



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
LINGUÍSTICA E TRANSCULTURALIDADE

SANTA CARIAGA PORTOLAN

DISCURSO(S) EM CONTEXTO ESCOLAR INDÍGENA

A construção de uma escola diferenciada



Dourados-MS

2011

SANTA CARIAGA PORTOLAN

DISCURSO(S) EM CONTEXTO ESCOLAR INDÍGENA

A construção de uma escola diferenciada

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Letras da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/FACALE), como requisito à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Linguística e Transculturalidade

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Dourados-MS

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

401.41 P853d	Portolan, Santa Cariaga. Discurso(s) em contexto escolar indígena : a construção de uma escola diferenciada / Santa Cariaga Portolan. – Dourados, MS : UFGD, 2011. 129 f. Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Análise do discurso – Lingüística. 2. Análise do discurso pedagógico. 3. Cultura indígena. I. Título.
-----------------	---

BANCA EXAMINADORA

SANTA CARIAGA PORTOLAN

DISCURSO(S) EM CONTEXTO ESCOLAR INDÍGENA: A construção de uma escola diferenciada

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti (FACALE/UFGD)
(Orientadora/Presidenta)

Prof. Dr. Mário Cezar Silva Leite (UFMT)
1º Membro

Prof. Dr. Adair Vieira Gonçalves (FACALE/UFGD)
2º Membro

Prof^ª. Dr^ª. Maria Ceres Pereira (FACALE/UFGD)
(Suplente)

A todos(as) a quem

Amo!!!

Minha família

Siderley, Valeska, Verônica, Rogério e
Otávio

A meus pais
Bonifácio e Amância

A todos os (as) meus (minhas) irmãos(ãs)

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a.

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti, que sempre me ajudou em meu trabalho, com sugestões sempre muito pertinentes.

Agradeço aos revisores deste trabalho: Rosicley Andrade Coimbra – revisor do texto e, à Prof^a. Msc. Ione Vier Dalinghaus – revisora do resumo em língua estrangeira.

À Suzana, secretária da Coordenação do Mestrado, pelo profissionalismo e atenção dedicada a todos os alunos do curso, sempre a terei em minha mais alta estima, agradecendo-lhe, sobretudo, pela amizade.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras pela amizade e dedicação prestadas aos alunos do mestrado.

Agradeço ainda àqueles a quem não mencionei o nome, mas que tiveram uma grande participação em minha pesquisa sou-lhes imensamente grato pelo incentivo.

E, por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pela bolsa concedida, sem a qual meu trabalho estaria comprometido.

E é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a todos, é preciso, então, compreender de que modos os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem, dizem, leem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto “sujeitos falantes”: compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o “efeito Münchhausen”, colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso.

Michel Pêcheux

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise do discurso pedagógico de educadores indígenas que trabalham na Escola *Tengatui Marangatu-Polo*, localizada na Reserva Indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul. A Aldeia é marcada por uma diversidade linguística em seu interior, especificamente na escola, o que gera constantes conflitos e dissonantes discursos, produzidos por sujeitos pertencentes a uma comunidade indígena multiétnica e multicultural: Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva, Terena (Aruak), e não-índios. Para investigarmos esses discursos tomaremos como *corpus* de pesquisa as Atas das reuniões pedagógicas da referida escola, situadas entre os anos de 1999 e 2002. O objetivo é compreender o fenômeno ideológico materializado nas Atas. A abordagem dessa materialidade discursiva (Atas) foi norteada pela Análise do Discurso. Como critério de análise utilizou-se como recorte o princípio da formulação (o dito), uma vez que a linguagem tem seus contornos próprios, não sendo um mero reflexo de algo que lhe é exterior. No decorrer do estudo, pode-se perceber que os efeitos do uso da linguagem em uma dada situação não ficam alheios aos problemas internos, ou seja, eles refletem o próprio contexto de produção. O resultado da pesquisa revelou que o discurso no interior da escola mantém-se entre o polêmico e o autoritário, com possibilidades deste último diluir-se no primeiro. Isso mostra que a ação da linguagem dos sujeitos sociais está ligada à cultura, à posição ideológica e à identidade. Por isso, os textos (Atas) são símbolos de identificação e de resistência étnica. Em relação ao funcionamento discursivo na Escola *Tengatui*, trata-se de um movimento do discurso em que, pela sua natureza – polêmica e autoritária –, flui, continuamente, em uma busca de identidades e de alteridade, na luta de classes dos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Ideologia; Discurso pedagógico; Sujeitos étnicos.

RESÚMEN

Este trabajo propone un análisis del discurso pedagógico de los educadores indios que trabajan en la Escuela *Tengatui Marangatu-Polo*, ubicado en la Reserva Indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul. La aldea es caracterizada por una diversidad lingüística en el interior de la escuela, donde generan constantes conflictos y discursos disonantes producidos por sujetos pertenecientes a una comunidad indígena multicultural: guaraní-Kaiowá, guaraní Ñandeva y Terena (Aruak), y no los indios. Para investigar esos discursos se construyó un cuerpo de investigación, de Acta de las reuniones pedagógicas de dichas escuelas hechas entre los años de 1999 y 2002. El objetivo es entender el fenómeno ideológico materializado en las (Atas). El abordaje de esa materialidad discursiva fue norteada por el análisis del discurso, siguiendo la tendencia ideológica. Como el criterio de análisis fue utilizado como el principal recorte el principio de la formulación (el dicho) puesto que el lenguaje tiene sus propios contornos, no un mero reflejo de algo que es externo. Durante el estudio, se puede ver que los efectos del uso de la lengua en una determinada situación no hechas ajenas a los problemas internos, a saber, que reflejan el entorno de producción real. El resultado de la búsqueda reveló que el discurso dentro de la escuela permanece en la controversia y en lo autoritario, con la posibilidad de este último diluirse en la primera. Esto demuestra que la acción de la lengua de los sujetos sociales está vinculada a lo cultural, a la posición ideológica y a la identidad. Así, los textos (Atas) son símbolos de la identidad y de la resistencia étnica. En relación al funcionamiento de la escuela *Tengatui*, ella presenta un movimiento del discurso que, por su naturaleza – polémica y autoritaria – fluye, continuamente en una búsqueda de la identidad y la alteridad en la lucha de clases de sujetos sociales

Palabras clave: Ideología; Discurso pedagógico; Los sujetos étnicos.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

1. AD: Análise de Discurso.
2. APM: Associação de Pais e Mestres.
3. CEUD: Centro Universitário de Dourados.
4. EMPEPG: Escola Municipal de Primeiro Grau.
5. FD: Formação Discursiva.
6. FDR: Formação Discursiva Representativa (utilizada para identificar o discurso de Caciques).
7. FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação.
8. FUNDECT: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. FUNAI: Fundação Nacional do Índio.
10. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
11. PIN: Posto Indígena.
12. SEME: Secretaria Municipal de Educação.
13. SPI: Serviço de Proteção ao Índio.
14. UEMS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
15. UCDB: Universidade Católica Dom Bosco.
16. UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
17. UFGD: Universidade Federal da Grande Dourados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
REFERENCIAL TEÓRICO	19
1.1 A Análise do Discurso de linha francesa.....	19
1.2 Formação Discursiva e Interdiscurso.....	22
1.3 Ideologia e Discurso.....	24
1.4 Identidade e Discurso.....	28
CAPÍTULO 2	
AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS SENTIDOS	31
2.1 História dos Índios da Reserva Indígena de Dourados-MS.....	31
2.2 A Escola Indígena de Dourados-MS.....	33
2.3 Os sujeitos e a língua.....	36
2.4 O Projeto Pedagógico e o Projeto de Ensino Diferenciado.....	42
2.5 Metodologia em Análise do Discurso.....	44
CAPÍTULO 3	
ANÁLISE DA MATERIALIDADE DISCURSIVA	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva refletir acerca da educação indígena no município de Dourados, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, procurando sublinhar dois pontos fundamentais: i) a nova realidade vivida pelo Brasil a partir do reconhecimento de sua diversidade étnica e cultural e; ii) o grande desafio da sociedade brasileira em aprender a conviver com essas diferenças e respeitá-las. Nesse sentido, a proposta deste estudo é problematizar os discursos que surgem em contexto escolar, discorrendo sobre o fazer pedagógico de alguns professores indígenas.

A Escola *Tengatui Marangatu-Polo* constitui-se no *locus* desta pesquisa e pode ser vista como um espaço de aceitação das diferenças, uma vez que luta pela valorização da língua materna – o Guarani – e pelo reconhecimento dos saberes indígenas, buscando resgatar suas tradições culturais. Para isso, pauta-se numa pedagogia de abordagem diferenciada. Na Aldeia Indígena de Dourados, o contexto também propicia a produção de discursos vários, pois é lugar de práticas sociais diferenciadas e o discurso, como se sabe, é um produto sócio-histórico, que carrega em si uma ideologia. Assim, em um primeiro momento, serão esses os elementos que constituirão a base material desta dissertação, para que, em seguida, seja possível compreender sujeito e sentido a partir do uso da linguagem.

Dessa maneira, buscaremos analisar o discurso pedagógico dos educadores da Escola Indígena *Tengatui Marangatu-Polo*, a fim de compreender o fenômeno ideológico materializado na ação da linguagem desses sujeitos. Para tal, tomaremos as Atas (em anexo) das reuniões pedagógicas compreendidas entre os anos de 1999 e 2002. Entende-se que esses documentos se configuram como a materialidade dos vários discursos presentes no interior da referida instituição escolar.

Para se chegar a esse objetivo, seguiu-se o seguinte percurso: buscou-se compreender, primeiramente, o processo e a formação histórica da Reserva Indígena de Dourados, a qual inclui a Aldeia Jaguapiru, local em que se encontra a Escola *Tengatui Marangatu-Polo* e suas respectivas Extensões¹: Extensão Araporã, Extensão Agostinho e Extensão Yverá; passando em seguida para os sujeitos, em um total de três etnias indígenas: Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva e Terena, as quais comportam culturas diferenciadas; logo após, o processo de formação dos professores que atuam nas Escolas Indígenas de Dourados; o Projeto Político

¹ Extensões são as escolas subordinadas à escola polo, isto é, à Escola *Tengatui Marangatu*.

Pedagógico da Escola *Tengatui*; o Projeto de Educação Diferenciada (ambos do ano de 1999); e por fim, a questão identitária e a questão ideológica. Esses elementos compõem os objetivos específicos que servirão como base de estudos discursivos.

Para o trabalho de análise, adotou-se a Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), iniciado por Michel Pêcheux, sem perder de vista as contribuições de Michel Foucault (MALDIDER, 2003). Entende-se que há um consenso entre os estudiosos da linguagem de que a década de 1960 foi marcada por grande discussão no campo das ideias, reflexões sobre as Ciências Sociais. Esse fato encontra-se ligado aos acontecimentos políticos e sociais no mundo ocidental, em especial na França, devido aos seus acontecimentos históricos.

A AD de linha francesa firmou-se como um campo de estudo da linguagem e pode ser tida como uma abordagem que nasceu em plena conjuntura histórica do pós-guerra, em fins dos anos 1960, marcada pelo contexto epistemológico do estruturalismo francês; período que se notabilizou pela ascensão do mundo capitalista e pela instabilidade do pensamento comunista². Tal fato trouxe consequências históricas antagônicas, uma vez que, enquanto uma parte da sociedade melhorava seu padrão de vida, outra sofria com as desigualdades sociais. O apelo à nova ordem social traria uma nova interpretação da história do indivíduo, refletida no discurso.

A escolha da AD justifica-se no sentido de compreender como a ideologia é materializada na linguagem. Para a AD é por meio do uso de palavras e expressões que se a identificação do sujeito com a ideologia é revelada. Desse modo, compreende-se que o sujeito pode, através de seu discurso, evidenciar uma identificação com a ideologia da classe dominante, mesmo não pertencendo a essa classe, e sem ter consciência disso. Levando-se em conta esses elementos, a proposta deste trabalho é saber como ocorre o funcionamento discursivo de índios da Reserva Indígena de Dourados, uma comunidade linguística que comporta uma diversidade étnica, resultando em imensos conflitos internos na própria Aldeia. Assim sendo, também buscaremos responder à seguinte questão: *Como o fenômeno ideológico se materializa na ação da linguagem dos sujeitos a ponto de interferir no processo de educação na Aldeia?*

Como dito anteriormente, para esta dissertação tomaremos como *corpus* de pesquisa as Atas de reuniões pedagógicas realizadas na Escola *Tengatui Marangatu-Polo*, num total de

² Sublinhemos aqui que o mundo encontrava-se polarizado pela Guerra Fria: de um lado um bloco capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos (EUA) e do outro, um bloco socialista, tendo à frente a União Soviética (URSS).

vinte registros, datada entre os anos de 1999 e 2002. No ano de 1999, inicia-se na Educação Infantil e nas Extensões a alfabetização em Língua Materna Guarani; já no ano de 2002, a previsão era estender às demais extensões, citadas anteriormente.

A escolha das Atas como *corpus* de estudo em AD se deve pelo fato de podermos vê-las como condições para a produção de discursos, posto que elas trazem inscritas em si a diversidade ideológica dos locutores: índios Guarani, índios Kaiowá, índios Terena, e locutores não-índios, demonstrando que, como textos, elas transcendem o campo do textual (em si), deixando de ser apenas o lugar em que se escrevem ou registram as deliberações (resolução/decisão) de Assembleias realizadas no interior da Escola *Tengatui Marangatu-Polo*. Além disso, nelas encontram-se registradas as primeiras reuniões pedagógicas voltadas para uma proposta pedagógica diferenciada na Aldeia Indígena de Dourados, mostrando a trajetória das diretrizes Pedagógicas da Escola Indígena Polo, em que o locutor marca as situações de interação entre os membros que compõem o *quorum* da discussão da questão indígena pautada numa educação diferenciada.

Na instância enunciativa encontram-se locutores ideologicamente inscritos, uma relação que constitui as “*condições materiais de base* do processo do *funcionamento* do discurso” (ORLANDI, 1996, p.110, grifos da autora). Com base nessas colocações podemos afirmar que as Atas são vistas como textos diferentes, pois comportam características próprias, visto que tratam de pautas específicas, abrindo então espaço para que possam ser analisadas de forma diferente, considerando-se que nelas os sujeitos se posicionam de maneira diferenciada. Elas comportam formulações por meio das quais deixam marcas relativas ao início do ensino em Língua Guarani aos alunos da educação infantil (Escola *Tengatui*) e nas séries iniciais da alfabetização (nas Extensões) entre os anos de 1999 e 2002.

Acreditamos que na materialidade das Atas encontram-se registradas (as) ações de linguagem³ representativas, pois guardam a luta empreendida pelos índios Guarani pelo reconhecimento e pela valorização de sua língua materna na formação do aluno indígena, um fato que se fez realidade no final do século XX, sintetizando, dessa forma, uma pedagogia diferenciada e intercultural no município de Dourados.

Por isso, adotamos como centro de reflexão duas dimensões: “constituição” e “formulação”. Segundo Maingueneau (2008, p.39), “os discursos constituintes auxiliam, com

³ A ação de linguagem como qualquer ação humana, pode ser definida em primeiro nível, sociológico, como uma porção da atividade de linguagem do grupo, recortada pelo mecanismo geral das avaliações sociais e imputada a um organismo humano singular e, pode ser definido em segundo nível, psicológico, como o *conhecimento disponível em um organismo ativo sobre as diferentes facetas de sua própria responsabilidade na intervenção verbal*. (BRONCKART, 2003, p. 99, grifos do autor).

efeito, o lugar-comum da coletividade, o espaço que engloba a infinidade de ‘lugares-comuns’ que aí circula”. Para se chegar ao efeito de análise da “constituição” dos discursos constituintes, deve-se ater a mostrar a articulação entre o intradiscursivo e o extradiscursivo, uma imbricação entre uma representação do mundo e uma atividade enunciativa.

Ainda de acordo com Maingueneau, em se tratando de *discursos constituintes*, o estatuto do autor não pode ser evidente; trata-se de um discurso em que se confere uma autoridade particular a seus *enunciados*. Já Orlandi afirma que a constituição faz parte do processo de produção do discurso e sublinha que é na formulação do enunciado que a linguagem ganha vida; é quando os sentidos se decidem, quando o sujeito se mostra e se esconde. De acordo com a estudiosa os sentidos remetem a um processo pelo qual o sujeito produz ciência como “informação” e não apenas como conhecimento, como saber (ORLANDI, 2005, p.1).

Para compreender esses processos, é importante mencionar o ponto de vista da constituição do(s) discurso(s) no caso específico da Ata. É importante mencionar que em AD não é o sujeito locutor que se apropria do discurso, já que o discurso é uma “forma social de apropriação da linguagem” (ORLANDI, 1996, p. 110). Dessa forma quem redige a Ata apenas registra a fala dos locutores e segue uma estrutura composicional, em que o Locutor 1(aquele que escreve) apenas articula a fala de outros locutores. Por isso, ele se encontra no centro do espaço discursivo, ou seja, nas várias formações discursivas das instâncias discursivas outras. Portanto, ele não pode ser considerado a origem do discurso. No entanto, quem escreve a Ata (Locutor 1) possui a ilusão de ser o sujeito do discurso, mas na verdade ele sofre um efeito da própria ideologia, um *reconhecimento* pelo confronto ideológico do sujeito com dada situação (ORLANDI, 1996, p.112).

A discussão da prática pedagógica diferenciada neste trabalho é abordada segundo um dispositivo que procura entender o discurso como portador de um caráter epistemológico no sentido de uma prática pedagógica extensiva, ancorada numa relação entre as ações da Escola Indígena *Tengatui Marangatu-Polo* e da sociedade que se encontra representada. Ou seja, pelas várias formações discursivas presentes na escola, como por exemplo, a Secretaria Municipal de Educação (SEME), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), as representações institucionais, como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a presença de Caciques, como representatividade espiritual étnica, que articulam a questão escolar indígena no município de Dourados. Trata-se, portanto, de uma instância discursiva profundamente heterogênea, que tem cada qual um funcionamento específico.

Não se trata, portanto, de interpelar o contexto educacional indígena, visto como um espaço estritamente escolar, mas sair em busca dos “entrelugares”. Na prática, isso significa a educação destinada aos Guarani, que por sua vez, não pode ser vista de forma isolada, mas entendida dentro de uma visão em que os sujeitos são sociais e múltiplos, o que pressupõe uma demanda de diferentes perspectivas epistemológicas e políticas que permitam (re)conhecer o sujeito em sua complexidade. Acredita-se que, ao se observar o professor a partir de uma situação real do diálogo interétnico e intercultural, esse tipo de relacionamento escolar revela-se em seu caráter polissêmico. Mesmo porque o diálogo não se limita ao discurso pedagógico do índio Guarani, mas é atravessado por outros dizeres, também constituídos por representações discursivas que transcendem a esfera institucional – a Escola Indígena – em que o processo de constituição do indígena ocorre mediante subjetivação, isto é, deslocando sua subjetividade por meio de sua prática discursiva.

Para discorrer sobre o espaço da relação linguagem e mundo em que o índio se encontra, este estudo determina como seu lugar teórico o dispositivo ideológico de interpretação do sujeito étnico, um gesto de interpretação em que a leitura incide no efeito ideológico e “valoriza-se o interdiscurso (no dizível) para que o que se propõe a pesquisar faça sentido” (ORLANDI, 2007, p.115). Mas sem a pretensão de se chegar à verdade do discurso, do seu sentido e de seus movimentos, mesmo porque, em AD, a linguagem não é transparente e o discurso é um processo contínuo.

Sob a ótica da AD, pesquisam-se os índios – sujeitos sociais históricos – por meio da materialidade da linguagem; acredita-se fazer assim emergir o cotidiano do seu fazer pedagógico. A escola indígena, vista como um lugar de onde emergem conflitos e confrontos, é lugar de ambiguidades e de contradições que se mostram *na* e *pela* linguagem, ou seja, pelos seus efeitos no discurso. E, nesse sentido, admite-se que, embora a escola (portadora de discursos institucionais) esteja comprometida com os interesses econômicos, sociais e políticos dominantes, reproduzindo ou legitimando essas estruturas, ela (a escola em seu fazer cotidiano) também é vista como sendo o lugar de legitimidade e de afirmação identitária dos indígenas.

Partindo desse ponto de vista e tendo como objeto de estudo os discursos em contexto indígena procura-se focalizar, em especial, a construção de uma pedagogia diferenciada como sendo um contexto de valorização e reconhecimento de valores étnicos, admitindo que “tanto o sujeito como o sentido do discurso não são dados *a priori*, mas são constituídos no interior das formações discursivas” (ORLANDI, 2001, p.46). Diante disso, os conceitos de constituição do sujeito e dos sentidos que nortearão esta pesquisa leva em conta a ideologia,

uma posição que permite ao analista do discurso se reportar aos sujeitos sociais, como sendo “*um lugar de significação* historicamente constituído” (ORLANDI, 2007, p.37, grifos da autora). Estuda-se o sujeito considerado em seu duplo aspecto: o linguístico e o histórico. Para a compreensão do estudo discursivo, o conceito de *formação discursiva* (FOUCAULT, 1987, p.35) se faz importante, porque determina o estado da luta de classes “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988, p.160) a partir de uma posição dada em uma conjuntura também dada.

Neste estudo, a *língua* é tomada como uma forma de atividade do sujeito, “por meio da qual a linguagem se relaciona com o mundo pela ação dos falantes” (CARDOSO, 2003, p.24), o que reforça a ideia de que as Atas que pretendemos analisar representam um lugar na qual a identidade surge como um processo em constante movimento, incompleto, plural, que se dá pelo discurso. É preciso, portanto, não perder de vista que a linguagem não é como algo transparente, mas opaco, lugar do equívoco, da cultura e da ideologia, logo, da heterogeneidade. A Escola *Tengatui Marangatu-Polo*, localizada no interior da Reserva Indígena de Dourados/MS passa a ser vista como uma das instâncias mais importantes na luta dos índios Guarani para a conquista de seus direitos garantidos por Lei, sendo a língua um meio de transformação e instrumento de defesa.

Após esta breve introdução, apresenta-se uma parte mais estrutural de nosso trabalho, definindo sua organização geral, dividida em três partes. O primeiro capítulo apresenta os pressupostos teórico-metodológicos da AD de linha francesa, procurando mostrar que não há separação entre a linguagem e a exterioridade que a constitui. Sob essa perspectiva, o discurso é visto como acontecimento, ligando a memória a uma atualização discursiva.

Parte-se do princípio de que em AD temos uma teoria que concebe a *linguagem* a partir da sua relação com a história, sendo *o discurso* o lugar onde se dá e se materializa essa relação.

A AD problematiza as *formas de leitura*, levando em consideração a (1) opacidade inerente à linguagem. O que a torna uma (2) disciplina do deslocamento, visto que ela instiga novas formas de significação, o que pressupõe romper com a visão do estudo centrado apenas no conteúdo.

Isso leva o analista a interpretar o linguístico e o histórico, ideologicamente determinados, dentro do espaço do interdiscurso (memória histórica), cujo foco está na compreensão do discurso, em sua *significação*. Definem-se o conceito de interdiscurso, assim como de ideologia, como dois elementos importantes na constituição dos sentidos, para então

se chegar à compreensão do mecanismo de funcionamento discursivo no interior da Escola Indígena.

No segundo capítulo, encontra-se o contexto das condições de produção discursiva que, em sentido *lato*, é a Aldeia Indígena de Dourados, que fundamenta as condições de produção do dizer como constitutivas. Um lugar de onde falam os sujeitos históricos em permanente construção identitária, portanto, identidades inacabadas, nos quais os sujeitos encontram-se ideologicamente determinados.

Para discorrer sobre a constituição do contexto histórico dos índios de Dourados e a constituição da Aldeia, recorre-se à Antropologia de Shaden (1974); para uma discussão contemporânea sobre Cultura nos apoiaremos em Laraia (2009) e para discorrer acerca de Linguagem e Educação o aporte de Gadotti (2003). Trata-se de uma reflexão acerca do que é cultura e língua, considerando-se que ambos são temas recorrentes no campo da Linguística, mas que vêm passando por uma profunda reflexão sob o ponto de vista da AD. Aborda-se o contexto cultural, que inclui língua e cultura, não de forma redutora, mas dentro de um complexo mais amplo que, associado às questões de linguagem, passa a ser observado pelo viés ideológico na ação educativa. Em relação ao contexto histórico e cultural dos índios de Dourados, buscou-se em Lourenço (2008) os assuntos relacionados à redução das terras indígenas e à questão da escola na Aldeia (entre os anos de 1929 e 1968) época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Para abordar o processo histórico educacional dos indígenas de Dourados como constituinte dos sentidos e das práticas do saber desses sujeitos buscou-se na experiência pedagógica diferenciada de Nascimento (2004) a vertente teórica da Sociologia do Conhecimento, visto que essa autora trata de uma experiência real na assessoria da escola indígena de Dourados.

O terceiro capítulo destina-se à análise das Atas do ponto de vista da AD, visando à compreensão do funcionamento discursivo e o efeito do uso da linguagem por parte dos sujeitos envolvidos. Para explicitar o processo de análise discursiva, de forma a interrogar os sentidos estabelecidos, a materialidade discursiva terá como foco o jogo que há entre a *formulação* e a *constituição*, que caracterizam o processo de significação do discurso, o “que implica uma relação (um batimento) entre o dizer e o não dizer” (ORLANDI, 2005, p.128) conforme registrado nas Atas. Para classificação dos discursos presentes nas Atas, adotaremos a distinção proposta por Orlandi (1996) para saber se determinado discurso é lúdico, polêmico ou autoritário.

Seguindo o percurso teórico da AD, procurou-se estudar o discurso como sendo efeito entre interlocutores (PÊCHEUX, 1975), em que o sujeito tem uma relação com a memória

(interdiscurso), que constitui a forma material. A qual, segundo Orlandi, implica o funcionamento ideológico da palavra. Nesta dissertação, os recortes dos enunciados levam em conta a sua formulação como um lugar em que se acredita poder melhor observar os efeitos de sentidos produzidos pela posição do sujeito, cujo funcionamento discursivo é produzido no interior da escola Indígena *Tengatui Marangatu-Polo*, lugar de constituição do dizer, do não dizer e do saber silenciado.

Dentro da perspectiva discursiva em que se inscreve e se fundamenta este trabalho, o sujeito não é homogêneo, mas heterogêneo em sua própria constituição. Este estudo encontra-se dentro do enfoque de abordagem qualitativa e utiliza-se da técnica interpretativa para saber como o índio, ao utilizar-se de sua linguagem, age em sua história de vida. Daí a hipótese de que o discurso reflete contradições e que essas são resultantes de conflitos internos na própria Aldeia que, por sua vez, se encontram refletidos na própria ação pedagógica.

Portanto, na perspectiva da análise discursiva, não se fala de sujeito empírico, mas de um sujeito social. Afasta-se, desse modo, do analista a possibilidade de um olhar etnográfico sobre o sujeito. E mais, a maneira como se define a forma material para compreensão do funcionamento discursivo – linguístico-histórico – desloca a análise da filiação positivista para a materialista, uma concepção de estudo que considera a linguagem numa dimensão psicossocial, atravessada pelo embate subjetivo e social – constitui-se como materialidade da história –, portanto, aberta à compreensão do homem e de sua ação no mundo.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A Análise do Discurso de linha francesa

Este trabalho encontra-se amparado na perspectiva da Teoria do Discurso iniciada por Michel Pêcheux (1988). Essa teoria nasce da tradição sociológica e marxista com propostas de reformulação da teoria linguística. A Análise do Discurso de linha francesa levou à construção de uma perspectiva discursiva de estudo que se opunha aos aspectos da Análise de Conteúdo, atuando assim na construção social do sujeito, procurando não dissociar os estudos da linguagem de seu processo de interação.

A AD surge como preocupação com o uso da linguagem, fazendo um estudo para além da frase, no qual são introduzidos componentes pragmáticos e a dimensão social é tomada como parte do estudo da língua, com o objetivo de combater o formalismo, dando lugar ao surgimento de diferentes práticas sob o rótulo de análise do discurso.

Nessa nova abordagem discursiva, desloca-se a noção de sujeito de si, para a perspectiva da Análise do Discurso, em que o sujeito da linguagem existe socialmente, sendo ele interpelado pela ideologia. O sujeito social se constitui na interação com o outro, ou seja, na presença do Outro no discurso. Ele deixa de ser visto como um sujeito determinado, entendendo-se a sua enunciação como correlata de certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam insubstituíveis, conforme assevera Maingueneau (1997).

Os estudos discursivos de Pêcheux se articulam entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. A primeira tem a língua como objeto de estudo, o segundo nos remete a materialidade discursiva que corresponde à ideologia, uma oposição explícita de onde se realiza a intervenção epistemológica contra uma dupla ameaça, a do empirismo e a do formalismo, que confunde “a língua como objeto com o campo da linguagem” (MALDIDIER, 2003, p. 32). Em relação à psicanálise, devemos sublinhar que, embora a AD trabalhe com a noção de imaginário – o real e o simbólico definido segundo o campo da psicanálise – a abordagem aqui empregada será pelo viés ideológico, ou seja, relacionando o

discurso “à ideologia e à determinação histórica e não ao inconsciente, como é o campo da psicanálise” (ORLANDI, 1993, p.16).

De acordo com Malidier é em fins dos anos 60 e início dos anos 70, que a teoria do discurso pecheutiana opera deslocamentos e propõe o discurso como reformulação da fala saussuriana, passando a buscar pela materialidade da ideologia, uma forma de compreender o funcionamento das instituições. Segundo a estudiosa, essa década ficou marcada pela “tripla assinatura de Antoine Culioli, Catherine Fuchs e Michel Pêcheux” (MALDIDIER, 2003, p.27). Ela explica que a virada teórica de Pêcheux inicia-se a partir de 1975, sobretudo, quando ele repensa o tempo da “luta de classes na teoria” para entrar no campo do “debate” das ideias na França. É época em que Saussure ainda era considerado o ponto de origem da ciência linguística para Pêcheux. Neste período, já dentro da conjuntura do dispositivo teórico da AD, Pêcheux elabora sua prática disciplinar adotando como um de seus principais conceitos “as condições de produção” determinadas por um “exterior”, incluindo em seus estudos o conceito de formações discursivas, um termo emprestado de Michel Foucault para os estudos da AD.

Os estudos da linguagem iniciados por Pêcheux mostram que a linguagem não funciona como um sistema fechado: ela apresenta “brechas” por onde a ideologia, presente no discurso e o próprio discurso, entram no campo de estudo do sujeito, não sendo mais possível estudar o homem sem considerar a influência de seu contexto de produção.

Estudiosa de Pêcheux, Orlandi aproxima suas leituras das dele quando vê “o discurso como lugar de contato entre língua e ideologia” (ORLANDI, 1993, p.17). Diferencia-se do mestre, contudo, propondo uma leitura do texto que ultrapasse o estritamente político e ampare-se em dispositivos que permitam uma análise que aproxime o simbólico (os dizeres vistos como efeitos de sentidos e, o modo como se diz, deixa vestígios) das relações de poder, buscando, assim, conhecer como a língua se materializa no corpo do texto, por meio do gesto de interpretação. Como teóricos fundamentais neste trabalho, Pêcheux e Orlandi entendem que a ideologia não funciona como um mecanismo fechado (e sem falhas), nem a língua como um sistema homogêneo.

As premissas de Orlandi seguem uma abordagem materialista, segundo sua filiação à teoria de Michel Pêcheux, visto que “não se trabalha com o texto enquanto uma unidade significativa, mas na ordem da língua, enquanto sistema significante” (ORLANDI, 2007, p.57). Nesse sentido, Orlandi procura mostrar que há um real da língua e um real da história, considerando-se que a ideologia é uma prática significativa, decorrente do efeito da relação do sujeito com a língua, por isso não se pode deixá-la à margem de uma interpretação da

linguagem humana. Ao colocar essas maneiras de ler dentro de um espaço polêmico, a estudiosa enfatiza que os sentidos não “brotam” das palavras, mas busca-se trabalhá-los nas brechas, nas aberturas, nos equívocos. Como procedimento de análise, Orlandi traz para dentro da análise do discurso recursos como a paráfrase e a metáfora, como “equívoco” (o efeito da falha da língua inscrevendo-se na história), esclarecendo que tais conceitos são tomados de formas diferentes daqueles tomados pela Linguística e pelos Estudos Literários.

A noção de discurso permite a compreensão da “relação entre a língua e a ideologia” (ORLANDI, 2005, p.82), entendendo que discurso e ideologia em AD não é uma ocultação, mas funcionamento estruturado; ela tem um modo de existência implicada na relação língua-sujeito-história. De fato como Pêcheux, Orlandi traz para dentro do contrato teórico da AD o conceito de formação discursiva, atribuindo a esse conceito “o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito” (ORLANDI, 2008, p.58).

Conforme lembra Maingueneau (1997, p. 12), o termo “discurso” e seu correlato “análise do discurso” remete exatamente ao modo de apreensão da linguagem. Explica ainda que a AD, apesar de nascer de uma dualidade conflituosa, interessa-se pelas “formações discursivas” (MAINGUENEUAU, 1997, p.14). Entendendo formação discursiva na delimitação do que Pêcheux define como *o que pode e deve ser dito*. Essas noções de formação discursiva foram introduzidas nos estudos da linguagem para designar conjuntos de enunciados de um mesmo sistema de regras historicamente determinados. Vê-se dessa forma que, sob o ponto de vista da AD, muda-se a concepção de sujeito marcado temporal e espacialmente para a concepção de um sujeito histórico, em que se articula outra noção fundamental, “a de um sujeito ideológico” (BRANDÃO, 2004, p.5), uma articulação da língua com a ideologia.

O conceito de ideologia, como os estudos de linguagem e os conceitos de história e de poder, compõe as condições em que se dão os processos discursivos em AD. De acordo com Maingueneau (1997), a AD é a “disciplina” que, em vez de proceder a uma análise linguística do texto em si ou uma análise sociológica ou psicológica de seu contexto, visa articular sua enunciação sobre certo lugar social.

1.2 Formação discursiva e interdiscurso

O conceito de *formação discursiva* (FD) surge com a problemática do estudo de enunciados como sistema de *dispersão*⁴, proposto por Michel Foucault, que afirma ainda:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1987, p.43).

Para Foucault, *formação discursiva* não consiste em uma concepção pragmática de linguagem, isto é, tal como é usada no cotidiano, como uma prática social concreta, em contextos interativos, mas como uma concepção em que não se excluem indivíduos ou grupos no estudo do discurso.

O projeto teórico de Michel Foucault situa-se na problemática da *história*, mais especificamente no que se chama *história das ideias e do pensamento*. Ao dar um novo enfoque às ciências humanas, o estudioso parte do princípio de que a história não pode ser vista de forma linear, mas a partir de sua ruptura e de sua descontinuidade, como componentes inerentes à compreensão do acontecimento discursivo. Essa forma de compreender a formação discursiva sofre várias modificações em sua abordagem dentro da AD pecheutiana, não sendo, contudo, abandonada; ao contrário, ganha força como um conceito fundamental para a AD, particularmente pelo seu campo de estudo que é a linguagem.

Esse estudioso da linguagem desloca o sentido do referido conceito e passa a estudar as ciências humanas não mais da perspectiva de homogeneidade, mas da heterogeneidade do sentido.

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 1988, p.160).

⁴ A preocupação de Michel Foucault não é com o discurso, enquanto expressão de uma ideia ou de uma linguagem, mas enquanto suas condições de possibilidade, o que o autor denomina como as condições da “formação discursiva”.

O princípio da *dispersão*, o conceito da *Formação Discursiva* e o conceito de *enunciado* estão ligados à teoria do discurso de Michel Pêcheux e continuam presentes ainda hoje facilitando a compreensão dos sentidos nos discursos. Assim sendo, a AD reconhece a dispersão das disciplinas como a necessidade que se sustenta na própria relação do conhecimento com a linguagem (com o discurso), sendo este sempre sujeita a interpretação. O que significa afirmar a abertura do simbólico nessa relação com a dispersão do saber em seus diferentes discursos.

Podemos dizer que a ligação entre esses estudiosos da linguagem deve-se à relação a que se chegou entre o discurso, o sujeito, o poder e a história.

A diferença entre Pêcheux e Foucault está em que, para o último, o conceito de formação discursiva é visto em termos de saberes e poderes e aponta para a não autonomia das práticas discursivas, diferentemente de Pêcheux que assume a ideologia marcada historicamente pelo viés marxista de posições ligadas à luta de classe.

O conceito de *interdiscurso* surgiu na década de 1980, em plena conjuntura de desconstrução do projeto teórico de Michel Pêcheux, terreno em que se tratava de um novo mundo marcado por heterogeneidades, por deslocamentos, por rupturas. Com base em Pêcheux, Orlandi define o conceito de *interdiscurso* como um conjunto de formações discursivas; trata-se, portanto, de um conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. A noção de interdiscurso é comparada a um tecido, a uma circulação de discursos, que se respondem uns aos outros ou fazem eco, retomam-se, citam-se mutuamente.

Esse Outro, no interdiscurso, pode ser compreendido como heterogeneidade enunciativa, que distingue duas formas de presença do “Outro” no discurso; a heterogeneidade “mostrada” e a heterogeneidade “constitutiva” (MAINGUENEAU, 2007, p.33). Na primeira, apreende-se a *alteridade* (discurso citado, autocorreções, palavras entre aspas etc.); na segunda, como ela não deixa marcas visíveis no texto, o linguista sugere que se leve em conta o espaço discursivo pelo seu duplo estatuto, de modelo dissimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, mas também como um modelo simétrico de interação conflituosa. A segunda concepção de estudo, segundo Maingueneau, não pode ser apreendida pelo aparelho linguístico *stricto sensu*.

A AD vem problematizar o discurso sob o signo da heterogeneidade, numa posição teórica não subjetivista, em que sujeito é um efeito de linguagem, não centrado no *eu* nem no *tu*, mas criado no texto, levando em consideração conceitos como as condições de produção, de *formação ideológica* e *formação discursiva*, respectivamente de Althusser e Foucault, estudiosos que influenciaram Pêcheux. O conceito de interdiscurso é articulado ao complexo

de formações ideológicas representadas no discurso pelas formações discursivas; para efeito de análise, quer dizer que algo significa antes, em outro lugar e de forma independente.

1.3 Ideologia e Discurso

De acordo com Marilena Chauí, o termo ideologia aparece pela primeira vez em 1801 no livro de Destutt de Tracy, *Eléments d'Idéologie (Elementos de Ideologia)* que, juntamente com o médico Cabanis, elabora uma ciência da gênese das ideias.

Segundo Chauí, a ideologia em Marx não está mais no campo das ideias, mas no campo da história (a história da natureza e a história dos homens), mais especificamente na segunda concepção e, apresentando-se como “um conhecimento dialético e materialista da realidade social” (CHAUÍ, 1989, p.35). Para Chauí, a história passa a ser a condição social básica para entender a sociedade do tempo marxista. Para compreender o conceito da história marxista, a estudiosa apresenta dois motivos: em primeiro lugar, não se pensa a história como uma sucessão de fatos; e em segundo, não se pensa a história como causa e efeito, mas como um processo dotado de uma força ou de um motor interno que produz acontecimentos. Esse motor interno é a “contradição” (CHAUI, 1989, p.36). Ela explica que a contradição (interna) é “um instrumento de dominação de classe” (1989, p.103). Isso por que a classe dominante faz com que suas ideias passem a ser ideias de todos, para tanto, elimina as contradições entre força de produção, relações sociais e consciência.

Para Althusser (1985, p.8): “A ideologia tem existência material” e não deve ser estudada apenas como ideia conforme a época marxista. Defende que na contemporaneidade se estude ideologia como um conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção, no qual há uma relação entre a sociedade (estrutura social) e a ideologia. Na relação de produção, diz Althusser, está em jogo os mecanismos ideológicos, que não estão presentes somente nas ideias, mas num conjunto de práticas, de rituais situados em um conjunto de instituições concretas.

Essas instituições concretas se desdobram em dois conceitos fundamentais na composição do aporte teórico althusseriano denominados:

Aparelho Repressor Estado – ARE – (compreendendo o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc.); e os Aparelhos Ideológicos Estado – AIE – (compreendendo instituições tais como: a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação) (BRANDÃO, 2004, p.23).

Os conceitos de Aparelhos Ideológicos do Estado e o conceito de ideologia dominante (marxismo-leninismo) são conceitos atribuídos às sociedades de classes que, de acordo com Brandão, na prática ARE e AIE são vistos como formas de funcionamento que diferem entre si. O primeiro funcionaria pela repressão; já o segundo, uma repressão atenuada, chamada de “dissimulada ou até simbólica” (BRANDÃO, 2004, p.23). Sendo que “a ideologia na qual funcionam é unificada sob *ideologia dominante*” (ALTHUSSER, 1976, p.26, grifos do autor). A distinção entre as duas é essencialmente *funcional*.

De acordo com o conceito althusseriano o sujeito é assujeitado, ele passa por um processo de interpelação e seu funcionamento é imaginário. E o lugar onde se pode melhor observar esse processo é através do aparelho ideológico dominante capitalista, que é a escola. Diferentemente de Marx, que divide a sociedade de sua época em duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado, Althusser diz haver uma “divisão do trabalho” na reprodução social. Essa relação deve ser entendida dentro do campo do imaginário dos indivíduos com suas condições reais de existência e, não da representação imaginária do indivíduo sobre suas condições de existências (ALTHUSSER, 1976, p.38).

De acordo com esse pensamento, a escola pode ser vista como um aparelho dominante pela sua forma de funcionamento (levando em conta a posições de classe). Primeiro porque ela reproduz as relações de produção, ela submete os indivíduos a uma ideologia, essa ideologia é da classe dominante. Nesse sentido, a democracia que a escola prega não tem outro conteúdo, senão aquele pretendido pela própria burguesia. Este tipo de sociedade apontava para um caráter conflituoso do indivíduo. Considera-se que dentro da teoria do social não há possibilidade de o indivíduo estar “consciente” de tudo. De acordo com a ideologia burguesa, o homem é igual ao sujeito e este é um sujeito consciente de si.

Neste estudo, entende-se a escola como uma instituição que, apesar de seu ponto de vista interno, atua nos mecanismos de dominação, que leva a uma sujeição ideológica, ela pode também ser vista como sendo um espaço para reflexão do próprio sujeito.

A expressão luta de classes é utilizada neste trabalho para designar a oposição historicamente verificada entre os índios das três etnias – Guarani, Kaiowá e Terena – que convivem juntas no interior da Reserva Indígena. Essa luta se dá tanto na esfera econômica quanto na de ordem social e gera todo tipo de conflito na Reserva *Jaguapiru*.

Esse fato chama atenção para o caráter contraditório que se manifesta entre os índios, motivo pelo qual procuramos compreender o seu funcionamento em classes, isto é, o “princípio” é a luta de classe, em que sujeitos étnicos tomam uma posição e defendem uma educação pautada na modalidade diferenciada no interior da Escola Indígena *Tengatui*. Essa preocupação pode ser entendida como uma luta política e ideológica, de constituição do sujeito e dos sentidos. Em outras palavras, uma luta que se apresenta como um lugar onde se pode entender o conceito de ideologia em um sentido muito mais amplo, visto que o mesmo deixou de ser visto como uma “colocação de extremos” para ser entendido numa relação que transcende o indivíduo em si.

Diante disso, a concepção de ideologia será abordada neste trabalho a partir de Michel Pêcheux, para quem as condições ideológicas de reprodução/transformação da luta de classes designam-se como sendo o *contraditório*, o que passa a ser comprovado em seus estudos e dos que estudam o discurso. Diante dessa nova leitura, *ideologia* é um conceito mais ligado à “visão de mundo” do homem, um deslocamento do sujeito individual para o mecanismo mais amplo que envolve o ser humano como um todo.

Segundo Pêcheux, o que existe de fato são relações entre “homens” e não entre coisas, entre máquinas, ressaltando que, na estrutura e funcionamento tanto da infraestrutura (economia) como da superestrutura (jurídico-político-ideológica), pode-se observar uma relação entre a ideologia e o inconsciente, que produz o que ele chama de evidências “subjetivas” (PÊCHEUX, 1988, p.152).

O estudioso atribui ao termo *evidência* a existência da categoria sujeito “eu” e, ao adjetivo *subjetivas*, o que o levaria à constituição do sujeito, refletindo a necessidade de se criar uma teoria materialista do discurso.

Ao refletir sobre a evidência, o autor passou a refletir também sobre a constituição da *identidade* do sujeito. É a *ideologia* que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” e, da mesma forma, são as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queira dizer o que realmente diz”. Segundo Pêcheux, na prática, é a não transparência da linguagem que constitui o *caráter material dos sentidos* das palavras e dos enunciados.

Assim sendo, a ideologia da “dominação”, em *sentido crítico*, passou a ter uma visão distorcida: era entendida como aquilo que mascarava a realidade opressora, pois ocultava uma realidade. Já diante de uma perspectiva discursiva, o fenômeno ideológico é visto em sentido mais amplo – a partir da sociedade e da história. A ideologia é pensada então como uma prática social que “se constitui num sistema de valores, pleno de representações, de imagens –

modo de ver o mundo, modo de ver a sociedade, modo que o homem se vê a si e aos outros” (BACCEGA, 2007, p.34).

Procura-se então abordar o conceito de ideologia deslocando-o para o campo da *formulação* do enunciado, numa relação com a linguagem, dentro de uma perspectiva interdisciplinar com ênfase nas Ciências Humanas e Sociais, “sobretudo na perspectiva de uma formulação discursiva” (ORLANDI, 2005, p.22).

Podemos dizer que é a subjetividade a serviço da compreensão do funcionamento discursivo e outro deslocamento que se faz é da noção de homem para a de sujeito, um estudo que transcende a dimensão empírica de pesquisa. Isso permite dizer que “o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído” (ORLANDI, 2007, p.37). O sujeito, visto sob o ângulo da memória, que é uma filiação nas redes de sentidos, se constitui pelo “esquecimento” (PÊCHEUX, 1988, p.163), sendo determinado dentro de uma relação entre a formação discursiva e o interdiscurso.

Metodologicamente, levam-se em conta as condições de produção, sendo os sujeitos considerados a partir das relações de força e de poder em que os mecanismos de funcionamento do discurso se estabelecem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Seguindo a linha de raciocínio de Michel Pêcheux, Orlandi afirma que “pensamos o texto em sua materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios)” (ORLANDI, 2005, p.12). Isso significa pensarmos nos indicadores de natureza linguística, que nos remete a um dado contexto discursivo.

As ideologias, portanto, não são “ideias”, mas práticas, conforme ressalta Pêcheux (1988). Na opinião de Orlandi, a noção de discurso é o lugar em que se permite a compreensão e onde se “pode observar a relação entre língua e ideologia” (ORLANDI, 2005, p.81), tomada, não sob o ângulo da ocultação, mas do funcionamento estruturado pelo modo de existência da relação língua-sujeito-história (sociedade). Orlandi lembra que ideologia, em AD, vem responder a questões complexas e considera a interpretação como constitutiva do “sujeito e do sentido” (2007, p.83). A autora afirma que não há sentido sem interpretação, pois a língua se inscreve na história para significar e é aí que ela propõe apreender a questão da ideologia e a questão do sujeito, porque, ao se interpretar, dá-se visibilidade ao mecanismo de funcionamento da ideologia e do sujeito.

É nesse sentido que se diz que não basta descobrir as regras de formação de uma língua, é preciso buscar os sentidos que estão ocultos, pois eles é que vão rasgar a máscara que esconde a heterogeneidade reinante. Ainda segundo Orlandi: “A ideologia representa saturação, o efeito da completude que, por sua vez, produz o efeito de ‘evidência’,

sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como ‘natural’ (2001, p.100).

1.4 Identidade e Discurso

Neste trabalho, definiremos a identidade como sendo “constituída de representações imaginárias”, conforme aceção de Coracini (2007, p.9), ou seja, só se pode “falar de identidade como tendo sua existência no imaginário do sujeito que se constrói nos e pelos discursos imbricados que vão constituindo os discursos” (CORACINI, 2007, p.61).

É dentro do sentido de imbricamento da relação de produção de discurso que este trabalho aborda a identidade indígena. Os sujeitos sociais indígenas, dentro de uma abordagem discursiva, não comportam uma identidade homogênea de sujeito empírico, mas identidades sociais, visto que eles são sujeitos sociais, historicamente determinados e heterogêneos por natureza. Trata-se de um percurso de estudo em que a identidade do sujeito é construída no interior da história e da memória, lugares de significado de grupos sociais. “Todo processo de construção do sujeito passa por um Locutor (L1)” (ORLANDI, 2006, p.126), que pode experimentar as representações de seu interlocutor e vice-versa.

Nos discursos, os sujeitos são sociais e aqui o indígena será tomado como sujeito do discurso segundo seus projetos culturais, procurando-se observá-los dentro de seu percurso histórico, que comporta diferenças culturais entre as nações Guarani e Terena.

Por sujeitos sociais indígenas, não devemos entender apenas aqueles que estão inscritos na categoria de discurso pedagógico (ORLANDI, 1996), mas todos os sujeitos etnicamente diferenciados e abordados numa categoria discursiva, não se referindo a indivíduos, mas à posição que o sujeito simbólico ocupa dentro de seu campo de constituição, que é a Escola *Tengatui Marangatu-Polo*. Essa escola é vista como um *locus* de constituição de identidade, sendo que as Atas, objeto deste estudo, apresentam-se como um lugar em que os discursos ali presentes são materializados.

O(s) discurso(s) constituído(s) numa *dispersão* (tal como foi proposto por Foucault) advém(vêm) de sujeitos cuja história transcende o espaço da Aldeia Indígena, visto que a proposta é observá-los em situação de uso da linguagem, em um espaço no qual defendem sua identidade, o que passa a ser um jogo estratégico de afirmação.

O sujeito, nesse sentido, não é visto como individual, em sentido puramente formal e abstrato, segundo uma visão kantiana, mas visto como efeito no qual “a linguagem passa a ser a chave do conhecimento no sentido de um sistema de signos constituidor do significado da experiência humana e do modo como o real é apresentado” (MARCONDES, 2000, p.142). Marcondes apresenta duas direções básicas do estudo da linguagem: a) a linguagem do ponto de vista lógico, garantindo assim o caráter objetivo do pensamento e do significado e; b) a interpretação da linguagem como um sistema simbólico, permitindo a comunicação humana. Ele explica que: “A consciência individual encontra-se sempre diante de um mundo já construído, já dotado de significado, e constitui-se por sua vez em interação com este mundo” (MARCONDES, 2002, p.144).

Partimos, contudo, do princípio de que, com base nas ciências humanas e sociais, sobretudo com base na cultura indígena e no discurso étnico, a *escola* é formadora de identidade, é também lugar de exclusão do discurso do Outro, e, considerando as movências de sentido, ela se justifica pela sua filiação a uma *rede de memória*, formando e excluindo sujeitos. Pensando dessa forma: “A cultura é entendida assim como um sistema simbólico, um sistema de significados que deve ser interpretada” (MARCONDES, 2000, p.141), sendo que, sob o ponto de vista do processo de interpretação, a Escola *Tengatui* constitui-se como um lugar marcado pelo conflito ideológico, lugar de reprodução simbólica e de heterogeneidade.

Sublinhe-se que, neste trabalho de compreensão do discurso pedagógico, a escola não é vista como uma instituição de reprodução – em que o sujeito é tido apenas como assujeitado (ALTHUSSER, 1974) –, mas como lugar de experiências, de informações, de noções, de conhecimentos, de cultura, de possibilidades, de transformação de sentidos e dos sujeitos, ainda que não esteja dissociada das “tendências conflitantes da globalização” (CASTELLS, 1999, p.17). A identidade indígena é afetada pela forma de organização social da sociedade de poder e de consumo, que leva a transformar o sujeito desde a sua base cultural, suas histórias de vida, de formação, de identidade, sendo que todos os elementos citados são fontes de tensão e de contradição.

Nesse sentido, para saber como a identidade indígena é construída/modificada, é necessário que nos aproximemos do espaço de seu contexto de produção, ou seja, do contexto social que é a Aldeia, de forma que se possa acompanhar o processo de transformação do sujeito, buscando captar, através da ação de linguagem, seus movimentos identitários. Esse olhar metodológico abarca a linguagem e a ideologia, visto que se está diante de uma relação atravessada pela subjetividade do sujeito. Diante do exposto, acredita-se que compreender o processo da subjetividade é saber que “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se

submete à língua significando-se pelo simbólico na história” (ORLANDI, 2005, p.100). Orlandi defende, ainda, que a subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza e explica que não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. De acordo com ela, para o indivíduo ser sujeito, é preciso que antes ele tenha sido afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. A autora destaca, assim, o efeito ideológico, segundo o qual se o sujeito não é origem de si, então ele não poderia interpelar-se em sujeito de si mesmo (PÊCHEUX, 1988), visto que está sob o efeito de evidências “subjetivas”. Para Pêcheux, a constituição do sujeito se processa pela subjetividade, criando aí a teoria da materialidade do funcionamento do discurso. Na verdade ele é contra o fato de o sujeito ser insubstituível e idêntico a si mesmo (origem e causa de si) e da *evidência* da existência do sujeito (ilusão da literalidade). Assim, sua crítica recai na maneira como as teorias da enunciação se submetem à ilusão das evidências subjetivas.

CAPÍTULO 2

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS SENTIDOS

2.1 História dos Índios da Reserva Indígena de Dourados-MS

O estado de Mato Grosso do Sul, que se encontra localizado na região centro-oeste do país, compreende uma área geográfica de 357.142,9 km² (4,19% da área do país). O município de Dourados, situado na região sul do estado, foi fundado em 1935, tornando-se um dos mais desenvolvidos dessa região, especialmente a partir dos anos 70, quando se tornou importante centro agropecuário e de serviços. Atualmente, vem se constituindo numa referência como polo universitário no estado. Hoje possui uma cidade Universitária, que abrange duas instituições públicas: a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), contando, ainda, com duas instituições privadas: o Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e a Universidade Anhanguera.

O município de Dourados está a cerca de 110 quilômetros da fronteira com o Paraguai, uma fronteira seca entre duas cidades: Ponta Porã, no Brasil e Pedro Juan Caballero, no Paraguai, conhecida por se tratar de um importante centro de compras e de turismo.

No cenário nacional, Dourados ficou conhecida por abrigar aproximadamente 13 mil índios em um espaço de 3.539 hectares de terra. A Reserva Indígena Francisco Horta, desde sua criação, em 03 de setembro de 1917, apesar de dispor de um espaço ínfimo em relação às demais reservas do país, abriga índios de três grupos étnicos: os Guarani-Kaiowá, os Guarani-Ñandeva e os Terena, sendo o primeiro em maior número. Além desses grupos, não-índios também dividem esse espaço em três aldeias: Jaguapiru, Bororó e Panambizinho. Assim, essas características heterogêneas, tanto linguísticas como culturais, impedem os sujeitos da Aldeia de manterem suas identidades, dada essa diversidade étnica.

Desse modo, o estado de Mato Grosso do Sul, em especial a cidade de Dourados, destaca-se por concentrar o maior número de indivíduos etnicamente diferenciados por metro

quadrado no país. A Reserva Indígena de Dourados acaba por se constituir em um espaço de terra demarcado onde os índios vivem num verdadeiro estado de confinamento humano.

As terras indígenas de Dourados são cortadas pela Rodovia MS 156 que liga o município de Dourados ao de Itaporã. Segundo Lourenço (2008), essa área teve seu título de propriedade definitivo expedido em 26 de outubro do ano de 1985 e foi legalizada em 14 de novembro de 1985, com 3.539 hectares, sendo que boa parte das terras originais, 61 hectares, foi perdida para propriedades circunvizinhas.

Na prática, o que se vê é que o espaço de terra reservado à Área indígena não comporta os povos que ali convivem, os quais lutam para reaver o seu território, de forma a abrigar suas famílias. A cada dia essa situação preocupa não apenas os governos (estadual/municipal), mas também as lideranças indígenas, cientes da situação de conflito no interior da Aldeia: uma realidade que agrava o estado de crise vivenciado pela comunidade e que não passa despercebido pela população douradense. A Escola *Tengatui Marangatu* encontra-se no foco desses problemas sociais e étnicos.

Os índios de Dourados encontram-se no *Tekohá*⁵, nome dado pelos índios Guarani e Kaiowá ao espaço de terra onde nasceram e habitaram o sentido de suas existências. A Terra para esses sujeitos não é qualquer terra, porque para os índios a palavra “terra” assume outro significado, diferente daquilo que significa para o não-índio. “A terra é para os Kaiowá sustentáculo de sua identificação étnica, constituindo um elemento básico para sua vida”. Para os Guarani, é como “algo divino, oferecido pelo Deus criador somente para eles” (LIMBERTI, 2009, p.24-5). Já a relação dos índios Terena com a terra tem outro valor simbólico pelo modo de serem conhecidos como “índio-agricultor” e de se intitularem “índios trabalhadores”, isto os diferencia dos demais índios (LOURENÇO, 2008, p.47). Pode-se dizer então que a palavra *Tekohá*, para os Kaiowá e Nandeva, está relacionada à questão espiritual e religiosa, enquanto para os Terena relaciona-se mais à questão de valor ou sobrevivência.

A comunidade indígena de Dourados se caracteriza como multiétnica e heterogênea. Desde sua criação, vem aumentando o seu número de habitantes sem que o Estado lhe conceda espaço para viver com dignidade. Apesar de todos os problemas sociais, econômicos e políticos na referida área, é clara a luta desses povos para manter sua cultura e resgatar seus

⁵ *TEKO* pode ser entendido como ser, jeito de ser, estado de vida, hábito, costume, a maneira de viver específico dos Kaiowá, o lugar onde se vive conforme os próprios costumes (MONTROYA, 1986, p.37). *HÁ* significa instrumento com o qual se fazem coisas, lugar, intento. *TEKOHÁ* pode ser entendido como um lugar onde se realiza o *TEKO*, lugar onde se vive conforme os próprios costumes (MELIÁ, 1980, p.47). Para os guarani, o *TEKOHÁ* tem características físicas e geográficas específicas. É algo divino, oferecido por Deus criador a eles (*apud* LIMBERTI, 2009, p, 25).

valores, o que incluem histórias de vida diferentes e até mesmo as situações de deslocamento e de contato com o outro. A aldeia representa um lugar de confronto e de conflitos desde sua constituição, o que desencadeou problemas com consequências irreparáveis para os sujeitos no interior dessa Reserva.

O que esses índios têm em comum em relação à terra é que para eles não se trata apenas de lutar por um território; é a condição de vida de seu povo que está sujeita ao julgamento e avaliação de outros, envolvendo conceitos como: ética e dignidade humana. Esses sujeitos aguardam, ansiosamente, uma posição do governo perante a demarcação de suas terras.

2.2 A Escola Indígena de Dourados-MS

A primeira experiência de educação escolar na Reserva Indígena de Dourados teve como “recorte temporal delimitado entre 1929, como o ano da primeira experiência de educação escolar na Reserva Indígena de Dourados e 1968, como sendo o fim do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI)” (LOURENÇO, 2008, p.17). É importante evidenciar que no ano de 1929, nas escolas indígenas, os sujeitos viviam sob um sistema de repressão e a escola consistia num lugar de reprodução cultural. A forma como se instalaram os sujeitos indígenas na Reserva caracterizou-a como uma comunidade heterogênea, com diversidade étnica, em um espaço multiétnico que está em estado de conflito constante, o que acaba refletindo na escola. Diante disso, pode-se dizer que “o intenso dinamismo na vida social é marcado por constante disputa política” (LOURENÇO, 2008, p.41). A educação, desde o período pesquisado na época do SPI, continua a manter-se num cenário de disputas e de poder com os mecanismos próprios de dominação.

A Escola *Tengatui Marangatu-Polo*,⁶ no que concerne ao plano institucional e administrativo, pertence, desde o ano de 1990, ao sistema de educação escolar municipal de Dourados, com ato legal de criação, autorização e reconhecimento deliberado pelo CEE/MS. Por sua localização, as escolas da Reserva foram enquadradas como escolas rurais, tanto a EMPEPG *Tengatui Marangatu* (Del. CEE/MS 4770, de 05/08/97) como a EMPEPG

⁶ Informações sobre a Situação da Educação Escolar Indígena do Município de Dourados. Relatório anexado ao Ofício n°. 129/DIE/DE/SEME, de 19/11/98.

Francisco Meireles (DEL. CEE/MS 2480, de 07/06/90), a primeira situada em terras indígenas e a segunda em terras particulares (Missão Caiuá), atendendo à clientela indígena. Esta última, localizada nos limites da Reserva Indígena, atendia (e atende até hoje) cerca de 90% (noventa por cento) de alunos indígenas. Essas escolas eram beneficiadas pelos recursos da Fundação Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e da Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A Escola Municipal de Primeiro Grau *Tengatui Marangatu-Polo*, localizada na Aldeia Jaguapiru, na Reserva Indígena de Dourados, compreende cinco extensões: a Extensão Araporã, a 5 km da sede; a Extensão Agostinho, a 6 km; a Extensão Francisco Hibiapina, a 300 m; a Extensão Y' Verá, a 4 km e a Extensão Panambizinho, a aproximadamente 28 km da sede.

Foi para atender a clientela dessas escolas que, no ano de 1999, a Escola Indígena Polo de Dourados implantou seu Projeto Pedagógico denominado Yvyra-Gua'a, uma parceria da Secretaria Municipal de Educação (SEME) e da Escola *Tengatui Marangatu-Polo*. Para a efetivação desse Projeto Novo de Educação, a Escola *Tengatui*, como escola municipal, contou com convênios e parcerias para assessoria com instituições como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), com o acompanhamento pedagógico da SEME e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), *campus* de Dourados, a qual, através de convênio, enviou estagiários do Curso de Pedagogia para desenvolver suas atividades na Escola *Tengatui*. Nesse período histórico, a Escola Polo e as Extensões possuíam um total de 29 professores, sendo três (03) coordenadores, um para o ensino específico e dois (02) para atender o ensino diferenciado.

No ano de 1999, iniciou-se um curso diferenciado para atender à demanda de professores das três etnias: Guarani, Kaiowá e Terena, que trabalhavam com a educação escolar indígena. O curso, denominado de *Projeto Ara Verá* ("Tempo iluminado"), de nível médio, tinha por objetivo formar professores Guarani e Kaiowá para trabalhar com alunos indígenas nas séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, com duração de quatro anos e previsão de término em 2002.

O *Projeto Ara Verá* foi assumido pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, voltando-se para atender a Educação Escolar Indígena como uma questão de cidadania. Uma ação do Estado apoiada em um projeto pedagógico estadual chamado *Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição*, que tinha por princípio a democratização do acesso escolar aos indígenas. Esse projeto teve acompanhamento da UFMS/UCDB, instituições

dotadas de equipes envolvidas com a educação escolar indígena. O referido projeto contribuía, assim, com a comunidade indígena, visto que propiciava aos profissionais da educação escolar indígena um ensino intercultural e bilíngue. Ainda era preciso, contudo, que os professores indígenas tivessem uma formação adequada com especialistas, no que se referia ao conhecimento da forma escrita e falada da Língua Guarani, além de profissionais da área de Letras/Língua Portuguesa.

No ano de 2006, iniciou-se o curso de Licenciatura Intercultural Indígena *Teko Arandu*, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD)⁷, curso em nível superior para os professores do estado de Mato Grosso do Sul. No ano de 2011, a UFGD, através do curso *Teko Arandu*, formou 170 professores indígenas Guarani e Kaiowá, para trabalhar com a educação específica e com o ensino diferenciado.

O grupo *Teko Arandu* foi criado no ano de 1991, na época já contava com o apoio da UFMS (CEUD), que desde o início tinha por objetivo prestar assessoria aos professores de etnia Guarani e Kaiowá, apoiado na Constituição de 1988 para então desenvolver a educação escolar bilíngue.

O ensino bilíngue e a educação diferenciada, no entanto, já vinham sendo discutidos nos bastidores da Escola *Tengatui Marangatu-Polo* e extensões. No ano de 1995 iniciava-se uma discussão em prol do ensino bilíngue e do ensino diferenciado. No ano de 1997, investia-se na formação continuada com o objetivo de informar e de conscientizar a comunidade escolar indígena da necessidade de mudanças na escola da Aldeia. Já no ano de 1998, a Escola *Tengatui Marangatu-Polo*, através da assessoria do Centro Universitário de Dourados (CEUD/UFMS), refletia-se sobre a mudança na educação indígena. E, no ano de 1999 instauram-se discursos em construção sobre a Escola de Modalidade Diferenciada na comunidade escolar indígena de Dourados.

No entanto, a falta de especificidade do Regimento Escolar e do próprio Calendário, associada à falta de formação específica por parte dos professores, ligada à falta de domínio

⁷ A primeira ação a favor da criação de um curso de formação superior específica para professores indígenas Guarani e Kaiowá emergiu em 2002 da iniciativa do Movimento de Professores Guarani e Kaiowá, instituição indígena que encaminha questões de educação escolar indígena; da primeira turma do Curso Normal em Nível Médio “Formação de Professores Guarani e Kaiowá – Ára Verá” (espaço/tempo iluminado), realizado pela SED/MS e das comunidades desta etnia. Muitos profissionais da área da Educação do Estado/MS, Universidades (UFMS, UCDB, UEMS, UFRR, UFMT), Secretarias Municipais de Educação do Estado, FUNAI, MEC e políticos locais, juntamente com os professores Guarani e Kaiowá, participaram da elaboração da proposta e dos entendimentos para a criação do “Curso de Licenciatura Indígena”. Fonte: <<http://www.ufgd.edu.br>> acesso em 07 de fevereiro de 2011.

destes em relação à sua língua materna falada e escrita, impedia o avanço das mudanças. A execução do Projeto de Ensino Diferenciado definia-se na Escola *Tengatui Marangatu-Polo* como um “sistema de valores, pleno de representações, de imagens – modo de ver o mundo, modo de ver a sociedade, modo que o homem se vê a si e aos outros” (BACCEGA, 2007, p.34). Diante disso, a proposta deste trabalho é ir em busca da representação de mundo dos sujeitos envolvidos e de como eles se constituem na escola, sendo esta vista como um dos instrumentos de sua “produção, acúmulo e transmissão”. Convém destacar ainda que “o sujeito da escola é, de fato, um sujeito produzido *pela* escola” (CARDOSO, 2003, p.49) e que a posição que ele ocupa é uma posição ideológica.

Do ponto de vista discursivo, pode-se dizer que o que existe é uma relação entre língua e objeto que é sempre atravessada por uma memória do dizer, e essa memória é que determina as práticas discursivas do sujeito. Diante do exposto, acredita-se que a materialidade das Atas guarda os mecanismos de funcionamento e de operacionalização da comunidade indígena de Dourados em situação de uso da linguagem. Elas registram o movimento dos indígenas para traçar uma educação centrada na educação de modalidade diferenciada. Para a AD, a materialidade é parte de memórias nas quais os elementos culturais e simbólicos assumiram efeitos diversos ao longo do processo de contato interétnico e intercultural vivenciado no espaço do *Tekohá* como área de conhecimento e de estudo. Metodologicamente, o trabalho na Escola Indígena *Tengatui* é desenvolvido através de Projetos de Ensino, tendo como grande eixo o *Tekohá*, tornado tema gerador para as áreas de conhecimento: História, Matemática, Geografia, Ciências, Língua Portuguesa e, em especial, o Idioma Guarani.

2.3 Os sujeitos e a língua

A questão da educação indígena é vista a partir de uma perspectiva *intercultural*, demarcada entre os anos de 1999 e 2002, ano em que a educação na Reserva de Dourados passa ser conduzida por procedimentos próprios de aprendizagem nas séries iniciais, cujo processo seria construído dentro de uma relação tensa e intensa entre diferentes sujeitos, de contextos culturais múltiplos. Dentro dessa perspectiva de estudo, “a linguagem deve ser entendida, sobretudo, como prática social concreta, como um sistema de atos simbólicos

realizados em determinado contexto social com objetivo preciso e produzindo efeitos” (MARCONDES, 2000, p.37).

Na busca de compreender a *ação de linguagem* dos sujeitos envolvidos com a construção de uma escola diferenciada, parte-se da perspectiva de que, por se tratar de um estudo que está na instância da linguagem, pode ela própria ser um instrumento de manipulação e de dominação do outro.

Tal concepção trata de uma linha de pensamento epistemológico cuja abordagem difere do da Linguística de visão estruturalista, que tinha a língua como um sistema fechado em si mesmo. A AD abre espaço para que se introduza o sujeito no texto, o qual não é a origem do sentido, visto que “sentidos e sujeito são produzidos na história, em outras palavras, eles são determinados” (MALDIDIER, 2003, p.51). O trabalho de análise aqui proposto requer uma reflexão filosófica e não meramente linguística. Nesse sentido, a língua é concebida como fenômeno ideológico e, enquanto uma questão ideológica, ela passa pelo processo de dominação e, por isso, entende-se que seja símbolo de resistência étnica dos povos.

A princípio, é importante considerar que a situação em que se encontram os índios na Reserva de Dourados não difere de outras comunidades indígenas, principalmente no que concerne à intensa presença e atuação de influências outras no interior das aldeias. Contudo, é no interior da escola que se pode observar, por meio da ação dos sujeitos, a forma como é exercida a atividade educacional.

Considerando-se que, na contemporaneidade, vive-se sob uma perspectiva democrática de ensino, não se pode deixar de destacar a importância que assumem os atores que estão envolvidos no processo de educação dos povos indígenas. Nesse sentido, há de se levar em conta ainda que:

A presença e a atuação, cada vez mais visível e marcante, de lideranças indígenas [...] demonstra a vitalidade desses povos de manterem suas tradições e práticas culturais num mundo cada vez mais marcado pela globalização, mundialização do mercado e pela integração das comunicações (GRUPIONI, 2001, p.87).

Pode-se dizer que é no cotidiano do processo de educação, na junção de todos os atores envolvidos, vivenciados pelo processo discursivo numa situação sócio-histórica de produção, que os indígenas de Dourados constroem os discursos que serão tomados como objeto de análise. Neste trabalho, parte-se do princípio de que não se observa o sujeito apartado de seu meio social, que é a escola, e da qual se origina o discurso pedagógico.

Pode-se dizer que das Atas que serão analisadas vão emergir vários discursos (*Formações discursivas*), cuja análise possibilitará saber o que os sujeitos sociais pensam sobre a sua língua, mediante o uso da própria língua. É dessa forma que se diz que o discurso indígena pode ser analisado como efeito de sentido, e não como uma simples transmissão de informações ou de conhecimentos. De acordo com Orlandi “no processo discursivo se explicita o modo de existência da linguagem que é *social*” (ORLANDI, 1996, p.26, grifo da autora). Dito de outra forma é no processo de *interlocução* que se explica o que a autora chama de *quebra de leis discursivas*.

Discutir a questão da educação neste trabalho, portanto, é determinar o sujeito social pelo dispositivo ideológico. É ter um fator de diferenciação no funcionamento discursivo derivado do interior da própria Escola Indígena de Dourados, envolvendo a questão do idioma Guarani como meio de preservação e de resgate da identidade dessa comunidade escolar, que podemos caracterizar como *multiétnica e bilíngue*.

Na educação escolar indígena, a implantação do idioma Guarani na alfabetização dos alunos é fundamental, uma vez que para esses índios a preservação de sua dignidade cultural passa necessariamente pelo resgate da língua. A língua representa o patrimônio cultural; é parte da consciência do povo em relação a si mesmo, o que quer dizer que envolve a memória coletiva. A língua é também um patrimônio histórico, nas modalidades oral e escrita, fato este que permite reforçar a identidade desses povos.

E mais, a língua remete ao sentimento de cultura local e aos antepassados através da memória coletiva, por isso se faz importante inseri-la na formação do aluno indígena. Ela é, antes de tudo, lugar de identidade e de coesão dos Guarani de Dourados. Dessa forma, a introdução da Língua Guarani na formação do educando indígena nessa comunidade linguística permite que esses povos reafirmem sua identidade à medida que se criam elos entre alunos, escola e comunidade. Nesse sentido, ela está relacionada à sobrevivência da própria comunidade.

Pode-se dizer que no mesmo contexto de formação social, que é a Área Indígena de Dourados, os Terena se diferenciam dos Guarani na forma como eles avaliam a educação, em especial na inserção de sua língua na formação educacional. Os Terena se relacionam bem com o ensino da Língua Portuguesa. Pode-se dizer que eles a tem como um instrumento de poder e dominação; ao contrário dos Kaiowá e Nandeva que se apropriam da “escola como bem utilitário para dominar os códigos da sociedade majoritária, especialmente a língua portuguesa”, visto que a escrita serviria “para obter mais informações” daqueles que tanto os destituíram “de direitos historicamente conquistados” (LOURENÇO, 2008, p.220).

Esses elementos dão um lugar de destaque ao discurso indígena, pois a Aldeia torna-se um lugar de discursos contraditórios, de dominação e de confronto, cuja língua é a principal arma. É um lugar onde se pode refletir sobre a linguagem, uma vez que podemos compreender como as diversas formações discursivas se materializam em formações ideológicas, dado o terreno sobre o qual se produziu essa materialidade – Reserva Indígena de Dourados.

Entendemos que os discursos de índios e não-índios, em situação de reunião pedagógica e materializados em Atas, são fatos históricos, uma vez que possibilitam conhecer esses sujeitos a partir de sua linguagem. Sob a perspectiva da AD: “Não se parte da história para o texto”, mas sim “do texto enquanto materialidade histórica”, posto que a “temporalidade (na relação sujeito/sentido) é a temporalidade do texto”, conforme afirma Orlandi (2007, p.55). Em relação à história do sujeito e do sentido, Orlandi enuncia que,

ao produzir sentido, o sujeito se produz, ou melhor, o sujeito se produz produzindo sentido. É esta a dimensão histórica do sujeito – seu acontecimento simbólico – já que não há sentido possível sem história, pois é a história que provê a linguagem de sentido, ou melhor, de sentidos. Daí o equívoco como condição do significar, sendo o mais importante deles o que cria a ilusão referencial, a da literalidade (ORLANDI, 2007, p.57).

Neste trabalho pensamos o discurso como uma linguagem em ação e consideramos ainda que, ao redigir uma Ata, registrando um relato, o discurso do sujeito que está sendo enunciado pode ser reformulado pelo relator do texto, muitas vezes sendo marcado por ele a partir de elementos modalizadores. Um exemplo é o uso de aspas ou expressões lingüísticas que dão outro sentido ao discurso, dito de outra forma, o que leva a um efeito metafórico do enunciado.

Considera-se que o estudo do discurso assume uma dimensão importante pelo seu caráter ideológico, uma abordagem discursiva que surgiu com Pêcheux (1988, p.87) quando teceu críticas ao caráter materialista da Linguística. Pêcheux teoriza como a ideologia é materializada na/pela linguagem. A partir desse ponto de vista, acredita-se que as Atas são importantes fontes simbólicas da representatividade do homem agindo no curso da história, e o discurso, um lugar particular para analisar o funcionamento discursivo dos sujeitos sociais em situação de reunião pedagógica.

As condições de produção do discurso advêm do contexto histórico da Aldeia Indígena de Dourados, que se constitui numa Reserva onde os sujeitos sociais produzem discursos. O

discurso é visto como palavra em movimento, prática de linguagem, passível de ser observada por meio da teoria do discurso.

Essa posição se justifica pelo fato de que, em AD, nem sentido nem sujeito são dados *a priori*, mas ambos fazem parte de um processo sócio-histórico, de onde emergem os sentidos segundo as formações ideológicas nas quais os sujeitos étnicos se encontram posicionados.

A questão que se coloca é: *Como atribuir ao discurso relatado em atas uma função da materialidade simbólica do sujeito social?* É preciso que se leve em conta que, na Aldeia de Dourados, os problemas sociais e políticos que a comunidade indígena vivencia diariamente se traduzem de forma explícita no interior da escola. Ao pensarmos a língua sob a ótica da AD, significa pensar a sua textualidade e o seu funcionamento. É trazer à tona questionamentos que entrecruzam o “dizer” que estão ali flagrados naquela materialidade reclamando sentido.

Nesse prisma, é importante pensar a escola como um aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1985) vendo-a não só como um espaço de luta, mas também como um campo de defesa da comunidade indígena. Trata-se, portanto, de compreender a escola indígena de Dourados como um sistema formado por instituições, onde há representações que participam igualmente das reuniões pedagógicas realizadas em seu interior. Na prática dialogam com professores e gestores indígenas, outras organizações escolares, independentemente de serem públicas ou privadas.

Vista dessa forma, a Escola *Tengatui* é uma instituição que pertence ao Aparelho ideológico de Estado, como Althusser define. Podemos dizer que a escola indígena de Dourados nasce com uma nova identidade, formada por um sistema complexo em que várias instituições e organizações participam de sua construção diferenciada. Por isso, se julgou pertinente procurar compreender a noção de funcionamento da linguagem a partir da instância ideológica tomando para isso as Atas pedagógicas registradas no ano de 1999 e 2002.

Neste estudo acredita-se que as reflexões que se colocam em relação às sociedades indígenas podem ser apreendidas pelo pesquisador e este pode compreender os sujeitos no percurso de sua história e não de forma isolada de seu contexto de produção.

É pertinente destacarmos a posição de Arruda quando afirma que:

No Brasil, o desconhecimento ou o desprezo pelo papel da diversidade cultural no estímulo e enriquecimento das dinâmicas sociais e, principalmente a recusa etnocêntrica da contemporaneidade de sociedades de orientação cultural diversa, tem sedimentado uma visão quase sempre negativa das sociedades indígenas. Na postura ideológica predominante os

índios não contam para o nosso futuro, já que são considerados uma excrescência arcaica, ainda que teimosa, de uma “pré-brasilidade” (ARRUDA, 2001, p.43).

Essa visão etnocêntrica é verdadeira em relação aos povos indígenas que convivem na Reserva de Dourados. Acredita-se que ao problematizar o discurso desses sujeitos possa compreendê-los a partir de suas diferenças culturais. A linguagem, nesse sentido, serve como uma espécie de *lente* que nos possibilita distinguir o mundo exterior daquele vivenciado pelo índio.

Esses sujeitos “interpelados pela história” (ORLANDI, 2007, p.15) aprenderam a resistir a todo tipo de pressão dentro da Reserva Indígena de Dourados, mesmo porque a história tem mostrado que os problemas antigos pelos quais passaram os índios persistem, mas a comunidade indígena os transformou em símbolos de luta identitária, marca de alteridade étnica por excelência.

Pode-se dizer que, ainda hoje, os índios buscam reverter a situação de confronto entre índios e não-índios vivenciada no município de Dourados. Acredita-se que tal fato se deve ao processo de integração daqueles índios à sociedade; inclui-se ainda a questão de pertencimento, que é um dos grandes problemas da contemporaneidade. Tudo isso torna singular a questão da problemática escolar indígena.

É pertinente lembrar que a cultura guarani influenciou de forma decisiva a formação do Brasil, especialmente a do estado de Mato Grosso do Sul. Suas contribuições vieram de diferentes maneiras, a começar pela cultura alimentar, passando pela língua, presente em nomes que ultrapassam os limites do estado; por meio da topografia e compreensão do território, como em vários costumes. Acredita-se que os elementos não podem ser esquecidos pela sociedade, principalmente quando se tem em vista a identidade da cultura Guarani.

Na perspectiva da AD, pressupõe-se que todos os sujeitos têm um conhecimento prático de senso comum, mas que as representações de linguagem são relativamente elaboradas a partir de sua vivência diária e dos conhecimentos práticos. Dessa forma, esses sujeitos são levados a refletir em relação ao contexto geral da sociedade na qual estão inseridos. Esses dados são “fenômenos” que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e não de ocultamento da realidade.

Por meio deste estudo procura-se evidenciar que os sujeitos sociais comportam desigualdades, uma vez que são influenciados por acontecimentos que se dão em seu ambiente natural, manifestos nas relações entre seus membros e com outras sociedades. Isso

quer dizer que não podem ser tratados como sujeitos estáticos, como se não tivessem sido constituído ao longo da história.

Como os sujeitos sociais da Reserva Indígena de Dourados são inscritos pelo Locutor da Ata? Em AD não se fala em sujeito empírico, mas sim de um sujeito ideológico, considerado como um sujeito social, dada sua representatividade. O Locutor, uma vez encarregado de escrever a Ata, organiza a fala dos outros locutores e ao inscrevê-los, utiliza-se de recortes do discurso dos próprios sujeitos sociais. Nesse aspecto, o Locutor da Ata pode registrar, como também omitir, enunciados importantes que contribuam para a produção de determinado sentido.

Diante disso, consideramos em nosso trabalho, para efeito de análise, a forma como os sujeitos sociais são inscritos pelo Locutor do texto. Lembramos que, ao se tratar de indígenas, deve-se levar em conta a existência de dois elementos imprescindíveis: identidade/alteridade e ideologia, elementos que se somam e são constitutivos num processo discursivo. Os assuntos que as Atas trazem, em sua maioria, estão relacionados à proposta pedagógica diferenciada. Tal proposta é vista como ensino democrático, de caráter formativo, progressivo e participativo. Prevê um novo paradigma de formação aos professores indígenas, tendo em vista a formação dos próprios educandos indígenas.

2.4. O Projeto Pedagógico e o Projeto de Ensino Diferenciado

O Projeto Pedagógico (YVYRA-GUAÁ) e o Projeto de Ensino Diferenciado foram postos em prática no ano de 1999. Podemos dizer que esses projetos encontraram seu fundamento na Constituição Federal, trazendo algumas inovações no tratamento das questões indígenas, sobretudo no que concerne à relação do Estado para com as comunidades indígenas espalhadas pelo país, dando os primeiros passos rumo à história, à proteção e ao direito à diferença cultural indígenas.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20/12/96), em seus artigos 78 e 79, os índios passaram a ter o direito a uma educação escolar bilíngue, ou seja, pautada no ensino da Língua Portuguesa e nas Línguas Indígenas. Dava-se aos índios o direito de recuperar suas memórias históricas, de reafirmar suas identidades étnicas, como de valorizar suas línguas e ciências, com apoio técnico e financeiro da União. Esse compromisso e apoio técnico/financeiro encontra-se na Resolução nº. 3, de 10/11/99, que definiu que

compete à União fixar as diretrizes da política de educação indígena, cabendo aos estados a tarefa de ofertá-la. Vale lembrar ainda que à consolidação de todos os direitos, inicialmente garantidos pela Constituição, somaram-se essas duas outras conquistas. Entretanto, devemos lembrar que a luta se deve mais pelos movimentos indígenas que, através de muito esforço, têm buscado assegurar as suas respectivas etnias políticas diferenciadas e um atendimento específico.

Como já foi dito, em Dourados a comunidade indígena reuniu-se com outras entidades governamentais e não governamentais e, por meio de debates políticos, comprometeram-se no sentido de juntos, fortalecerem, estruturarem e assumirem cada vez mais seus espaços próprios, incluindo a escola de categoria diferenciada. Podemos dizer que o passo significativo das conquistas empreendidas pela comunidade indígena desse município iniciou-se com a capacitação dos professores indígenas em fins dos anos 90, o que culminou em cursos de formação e treinamento desses profissionais para atuarem no ensino diferenciado.

É importante destacar, ainda, que o Projeto Pedagógico (YVYRA-GUAÁ), cujo tema gerador, *Tekohá*, vincula-se às vivências dos conhecimentos tradicionais e aos conhecimentos e saberes próprios dos índios Guarani e Kaiowá e procura levar em conta as diversas áreas do conhecimento relativas às sociedades indígenas e não indígenas. O Projeto de Ensino Diferenciado encontra-se vinculado ao mesmo tema gerador (*Tekohá*), porém, o grande eixo é a Língua Materna Guarani (L1), o que constitui, sem dúvida alguma, a essência dos ensinamentos dos povos indígenas da região sul do estado de Mato Grosso do Sul.

Sob esse ponto de vista, a Língua Guarani representa o campo de luta e de afirmação, conforme enuncia Limberti (2008, p.26): “a língua é sua trincheira cultural. É por meio dela que mantêm sua unidade e, por que não dizer, sua identidade”. Na ótica da autora, o fato de os índios se comunicarem entre si em língua guarani representa uma atitude de “deliberada ostentação de poder” (LIMBERTI, 2008, p.26). Podemos vislumbrar aqui um espaço para um diálogo direto com Foucault, quando este diz que: “tomar a palavra jamais representou um gesto ingênuo, o que significa que está ligado às relações de poder” (1999, p.10).

A Secretaria de Educação Municipal de Dourados (SEME) e a comunidade escolar indígena de Dourados se reuniram e juntas traçaram as propostas de educação específica e diferenciada. A educação bilíngue tem início no ano de 1997, uma vez que não se podia isolar mais a comunidade de seus problemas. A partir de então a escola encontra respaldo nas assessorias da SEME, UEMS, CEUD/UFMS, convergindo para o interesse de todos: assessores, gestores e professores. A discussão chega a 1998, ano em que se elabora o Projeto Político que, no ano de 1999, contemplaria toda a comunidade escolar indígena.

Para se compreender o sentido de uma Educação Diferenciada enquanto um processo gradual e simultâneo é importante nos atermos às discussões compreendidas entre os anos 1997 e 1998, espaço temporal em que se inicia o percurso que viria a concretizar-se na Proposta Pedagógica da Escola *Tengatui* e extensões, no ano de 1999. Na época, os discursos estavam em torno de problemas sociais e pedagógicos que refletiam na educação das crianças, dada a diversidade linguística e cultural dos alunos, na maioria índios, que se comunicavam em sua língua materna fora da sala de aula, enquanto o ensino era ministrado em Língua Portuguesa, distante da realidade da Aldeia. Era preciso, então, considerar que a área indígena de Dourados, diferentemente de outras aldeias, comportava três grupos indígenas (Terena, Guarani e Kaiowá).

Cada etnia (locutores) representada constitui um discurso diferente, cada uma possui ideologias próprias, identidades próprias, o que acaba por criar várias situações de conflito no âmbito escolar, o que, por sua vez, interfere nas questões educacionais. A saída para essa situação de conflito era criar uma modalidade de educação que contemplasse cada etnia. É importante considerar que, pelo fato de o interior da Aldeia comportar uma comunidade heterogênea, complexa e conflitante, prevaleceu a valorização da língua como elemento definidor e unificador, sendo a educação com categoria diferenciada destinada apenas às crianças de etnia Guarani.

2.5 Metodologia em Análise do Discurso

Como sublinhamos desde o início, este trabalho segue as orientações teórico-metodológicas da AD, uma abordagem discursiva “que não se reduz nem à análise linguística de um texto nem a uma análise sociológica ou psicológica do ‘contexto’” (MAINGUENEAU & CHARAUDEAU, 2004, p.44). Isso que dizer que, do ponto de vista de sua aplicação, há uma mudança de perspectiva entre o objeto do Método de Conteúdo e o da abordagem interpretativa da AD, pois aquele se restringe aos objetivos de pesquisa, na formulação de perguntas no quadro teórico-metodológico rigoroso, em que se esperam resultados para fornecer técnicas precisas e objetivas em busca de um verdadeiro significado.

A AD vem romper com esse modo de compreender o objeto: trata-se, portanto, de uma disciplina de rupturas. Para entender como ocorre o processo da ruptura epistemológica entre

a teoria da Análise de Conteúdo (AC) e a AD faz-se necessário compreender a noção de “texto” e de sua relação como um novo objeto, o discurso.

Para a AD, o texto passa a ser visto como uma “forma material, como textualidade, manifestação material concreta do discurso” (ORLANDI, 2005, p.78). O texto é também dispersão de sujeitos, visto que ele comporta posições-sujeito, que correspondem às diferentes formações discursivas. Nesse processo, a língua está sujeita ao equívoco na história. De acordo com Maingueneau (2008), refletir sobre um texto – e o modo como ele é construído – requer compreender o contexto social no qual ele se insere e para quem (leitor) ele está se dirigido. Maingueneau afirma que todo o texto pertence a uma categoria de discurso, denominada também de gênero do discurso.

Estas categorias representam os estilos de textos produzidos numa sociedade e variam em função do uso que se faz deles. No caso deste trabalho, nosso objeto de análise, a Ata, constitui-se em um gênero de discurso, como o são, por exemplo, os editoriais de jornais, conversas, as narrativas, os sonetos, os panfletos, etc. É importante saber que dentro de um gênero discursivo – como é o caso da Ata – tem-se o discurso político que opera sobre um plano diferente: “ele se situa na confluência dos discursos constituintes, sobre os quais se apoia (invocando a ciência, a religião, a filosofia etc.). Mas fundamentalmente, os discursos constituintes se definem pela posição que ocupam no interdiscurso” (MAINGUENEAU, 2008, p.38). Para Maingueneau “os discursos constituintes é que dão sentido aos atos da coletividade, eles são a garantia de múltiplos gêneros do discurso” (2008, p.38). O autor explica que esses tipos de discurso pretendem delimitar o lugar-comum da coletividade, o espaço que engloba a infinidade de “lugares-comuns” que aí circulam. Para ele, estudar os enunciados a partir de sua instauração, ou seja, de sua “constituição”, é mostrar a articulação entre o interdiscurso e o extradiscurso, revelando uma imbricação entre o pensamento do mundo e uma atividade enunciativa.

Por sua vez, Orlandi (2005) argumenta que há um longo percurso entre o interdiscurso (memória do dizer), que ela chama de nível de constituição do discurso e o texto (intradiscurso). A autora explica, ainda, que os limites são difusos desde a ordem das palavras, as repetições, as relações de sentidos, as paráfrases, as quais diluem a linearidade, revelando que há outros discursos nos discursos, fazendo com que os sentidos passem por mediações, por transformações, relações obrigatórias com o imaginário. Desse modo, o interdiscurso (memória) determina o intradiscurso (atualidade), atribuindo um estatuto preciso à relação entre memória/esquecimento e textualização.

Com base nos dois pontos de vista, este trabalho, embora tendo o *texto* em sua base metodológica de análise, não se interessa em simplesmente interpretá-los (o conteúdo), mas procurar neles o processo de formulação do discurso (funcionamento). O princípio norteador é de que em cada Ata que será analisada há vestígios da forma pela qual a política do dizer se inscreveu (memória do saber discursivo) na sua formulação; acredita-se que cada texto, no caso de cada Ata, constitui um conjunto de formulações que pode movimentar tanto o dizer e quanto o silêncio.

A análise neste trabalho considera que as palavras não significam por si, mas na relação com a exterioridade, que inclui os sujeitos que as falam. De acordo com Orlandi, essa forma de considerar a interpretação permitiu deslocar a noção de ideologia de uma formulação sociológica para uma formulação discursiva. Deve-se ressaltar que não há um método pronto em AD: tudo é construído, assim como o sujeito. De acordo com o dispositivo de análise, trabalha-se na instância da interpretação. Segundo Orlandi, os gestos de interpretação são carregados de uma relação da língua com/sobre a língua, entendendo que interpretar é dizer o dito. Na prática, a língua se inscreve na história, neste caso, na história dos índios da Reserva Indígena de Dourados.

De acordo com o conceito de conjuntura discursiva praticado por Orlandi (2007), aborda-se a linguagem a partir de um ponto de vista sócio-histórico, enquanto se considera a memória discursiva e as condições de produção do discurso (exterioridade) tal como definidas no domínio das ciências sociais e humanas.

Para o *corpus* de pesquisa, escolheram-se as Atas de reuniões pedagógicas da escola Indígena *Tengatui Marangatu-Polo* entre os anos de 1999 e 2002, período compreendido entre a implantação do Projeto Pedagógico e a implementação do Projeto de Ensino Diferenciado. Entende-se, dessa forma, que os assuntos das Atas não só dizem respeito às instâncias de ordem pedagógica, de interesse social da comunidade escolar, mas também de outras instâncias externas à comunidade indígena. Sendo assim, as relações de linguagem que se estabelecem no interior da escola *Tengatui* serão vistas com sendo relações de sujeitos e de sentidos, “efeitos de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2001, p.21), as quais definem o discurso. A escolha das Atas como material de estudo justifica-se pela busca de compreender o “uso da linguagem em suas determinações concretas” (ORLANDI, 1989, p.24), extrapolando sua condição de um simples suporte escrito para abordá-las enquanto textos carregados por processos ideológicos que lhes são constitutivos.

A ideia central do dispositivo teórico de análise é de que: “Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível” (ORLANDI, 2005, p.24). Isso

quer dizer que cada Ata, ao ser textualizada, apresenta, em sua formulação, características específicas do dizer que deixam marcas, que servem igualmente como mecanismos dos processos de significação no sentido de poder mostrar, em seus efeitos de sentido, suas possibilidades de leitura. Segundo Orlandi, é por meio da formulação que se estabelece dinamicidade entre o sujeito e o discurso. Orlandi afirma ainda que, “ter acesso à compreensão é atingir (desconstruir) a relação enunciação/enunciado, formulação/constituição do sentido” (ORLANDI, 2008, p.117).

No dispositivo de análise mudam-se (deslocam-se) as posições do(s) sujeito(s) para estudar as funções enunciativas (ORLANDI, 2008, p.77). Nos procedimentos de análise das Atas, adotamos os conceitos de *locutor/enunciador* para designar o porta-voz do grupo, o qual se representa como *eu* no discurso e de enunciador que é (são) a(s) perspectiva(s) que esse *eu* constrói. Atribui-se o estatuto de *interlocutores* (ORLANDI, 1996) às outras instâncias enunciativas *inscritas* pelo Locutor 1 da Ata. Com base nesses conceitos, o modo de se produzir a linguagem (que é social), isto é, o processo discursivo, passa a ser compreendido como *efeitos de sentido entre interlocutores* (ORLANDI, 1996, p.26), enquanto parte do funcionamento histórico-social geral. “A partir da consideração do lugar social dos interlocutores, podemos dizer que os conhecimentos podem ser ‘comuns’, mas não ‘iguais’” (ORLANDI, 1996, p.138). A situação, o contexto histórico-social e as condições de produção constituem o espaço de representação do discurso – que é constitutivo da significação discursiva –, são *constitutivos* e não secundários das significações de um texto.

Neste trabalho, partimos do princípio de que o sujeito funciona sob o efeito do apagamento da alteridade, fazendo com que, nas referidas Atas, os sujeitos sociais sejam instituídos segundo sua formação discursiva, extrapolando as representações de professores, de servidores, administrativos e líderes indígenas da Escola *Tengatui*, considerando que, nessa época, na escola encontram-se outras vozes discursivas: a FUNAI, a UFMS, a UEMS e a UCDB, o que faz com que o espaço discursivo das Atas seja marcado por essa heterogeneidade, constitutiva do próprio discurso.

Dos discursos em contexto escolar indígena, emergem diferentes formações discursivas, uma dispersão advinda de escolas indígenas, de instituições públicas e privadas, da FUNAI e da representatividade indígena, na figura de Caciques. Um lugar onde o funcionamento do discurso pedagógico é *dispersão*, atravessado de outros discursos, também institucionalmente constituídos; um lugar de diálogos multiétnicos e culturalmente diferenciados; lugar de conflito, de diferenças e de contato. “Todo contato é marcado pela relação dominante e dominado – em que aparecem alguns domínios de privilegiados pelos

quais se pode observar o processo desse contato em suas determinações” (ORLANDI, 1989, p.11). Nesse sentido, se diz que os enunciados revelam as ideologias materializadas e sustentadas pela ação pedagógica dos professores indígenas e de outros discursos, caracterizando a heterogeneidade.

Com o propósito de extrair sentidos, ou seja, efeitos do discurso materializado, define-se a produção discursiva no interior da instituição escolar procurando enfocá-la na batalha entre a descrição (exposta ao equívoco) e a interpretação (susceptível de o sentido tornar-se outro). Dessa forma, no dispositivo analítico se vai à busca do *dito* (interdiscurso) e do *não dito* (silenciado).

Neste trabalho, toma-se como dispositivo teórico de Análise do Discurso, o *dito* e o *não dito*, entrecruzados no interdiscurso. O *dito* encontra-se no âmbito da formulação da escrita e pertence à relação significativa da materialidade. Ele se encontra à luz da AD carregado de memória e impulsionado pelo desejo de verdade absoluta e de completude. Essa visão de leitura nos indica que o *dizer* tem uma relação direta com o *não dizer*. Orlandi observa que, a noção de não dito é contrário ao implícito de Ducrot (1972). Para ela, “o posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito mas presente)” (2001, p.82). O não dito, neste caso, significa por referência ao que foi dito, deixando claro que o silêncio não precisa ser discursivizado para significar. O silêncio não fala, mas significa. Nesse sentido, a autora reafirma que, a matéria significativa do silêncio é diferente daquela da linguagem verbal. Em outras palavras, o *não dito* (silêncio) não pode ser confundido com o *implícito* de Ducrot, visto que essa noção prevê modos de expressão implícita, que permitem deixar entender sem se ter objetivamente dito.

Os conceitos de *subentendidos* e *implícitos* de Ducrot devem ser levados em conta, pois se tratam de “um processo de interlocução, que pressupõe a constituição *de e por* sujeitos numa determinada situação histórica e social” (GUIMARÃES, 2009, p.95). Guimarães explica que é na prática que os sujeitos se utilizam de estratégias linguísticas e referenciais, não só no sentido de se fazer compreender, mas também de silenciar suas intenções. Pensando dessa forma, não se pode perder de vista o fato de que o “processo ideológico não se liga na análise à falta, mas ao excesso” (ORLANDI, 2007, p.66). Isso significa dizer que, na ideologia, não há ocultação de sentidos (conteúdos), mas apagamento do processo de constituição. Assim, a análise consistirá em buscar os mecanismos de argumentação, que revelam marcas identitárias. É nesse sentido que se acredita que a linguagem se mostra como prática e como produção ao mesmo tempo.

No percurso analítico, observa-se “a forma” de contato estabelecida no interior da Aldeia; o “modo” de posicionamento dos sujeitos e a “posição” que estes sujeitos ocupam na enunciação, conforme registrado em Ata, visto que esses elementos auxiliam na compreensão do funcionamento da linguagem, o que se acredita levar à compreensão do processo de construção identitária e da posição ideológica desses mesmos sujeitos. Procura-se, dessa forma, manter em vista o que enuncia Orlandi (2007, p.18): “a interpretação é o vestígio do possível”; é “o lugar próprio da ideologia ‘materializada’ pela história”. Segundo a mesma autora, a interpretação sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, chamada por ela de “política”. Neste trabalho, os sujeitos não são vistos como sujeitos empíricos, visto que, em AD, “o sujeito é a interpretação” (ORLANDI, 2005, p.22), ou seja, todos os que se encontram inscritos nas Atas são inscritos na materialidade linguístico-discursiva que tem a Reserva Indígena de Dourados, MS.

Como procedimento de análise, as Atas serão identificadas como [A1], [A2], [A3] e assim sucessivamente; os *recortes* que serão analisados serão identificados como: [a]; [b]; [c] e assim por diante. Os recortes⁸ (ORLANDI, 1996, p.140) seguem as regras da formulação de enunciado de valor expressivo, ou seja, fragmentos carregados de valor semântico específico. Recuperando o conceito de polissemia, passa-se da noção de sentido *literal*, para a do *efeito de sentido*, indicando-se, que nada está completo, todo sentido vem de outros discursos, do efeito da memória, do interdiscurso.

Após a análise tecem-se as considerações acerca da materialidade, levando-se em conta as três modalidades de tipos de discurso, conforme a tipologia criada por Orlandi (1996), para compreender o funcionamento discursivo na Reserva Indígena de Dourados, MS, que é o lugar determinado. Esse determinado não se refere nem ao número, nem à presença física, ou à situação objetiva dos interlocutores (descrita pela sociologia), trata-se das formações imaginárias, de representações, ou seja, da posição dos sujeitos no discurso (PÊCHEUX, 1969 *apud* ORLANDI, 1996, p.153).

As modalidades são as seguintes:

- Discurso lúdico: aquele em que a reversibilidade entre os interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém na interlocução, resultando a polissemia aberta. O exagero é o *non sense*, se a reversibilidade for total intenção, ou mesmo completa ausência entre os interlocutores e o ocultamento de seu objeto (discurso autoritário);

⁸ A ideia de recorte remete à noção de polissemia e não à de informação. Os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um espaço menos imediato, mas também, de interlocução, que é o da ideologia.

- Discurso polêmico: é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada. O exagero é a injúria;
- Discurso autoritário: é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto e a polissemia contida. O exagero é a ordem de o sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando.

Esses três traços formais que caracterizam cada tipologia estão ligados à relação de interlocução, isto é, de interação (relação homem-mundo) entre os interlocutores. Entenda-se reversibilidade como a “troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui”, conforme Orlandi (1996, p. 239). Sob esse ponto de vista, a reversibilidade é a condição do discurso, a qual, por sua vez, encontra-se necessariamente ligada à produção/depreensão da polissemia.

No processo de constituição do discurso há dois elementos importantes: a paráfrase, “considerada como a matriz do sentido”, e a polissemia, que “desloca o mesmo e aponta para a ruptura, para a criatividade” (ORLANDI, 1996, p.137).

Depois de observadas as formulações elencadas acima, o trabalho segue na discussão dos resultados, na procura de definir o tipo de discurso que se sobressai na Escola *Tengatui*, dentro da demarcação temporal estabelecida (1999 a 2002), de forma que se possa atribuir uma resposta à ação de linguagem dos sujeitos e mostrar a que tipologias esse discurso está ligado: lúdico, polêmico ou autoritário e, pelo seu grau de reversibilidade, a que discurso pertence – *paráfrase* ou *polissemia* –, direcionando a conclusão do trabalho.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DA MATERIALIDADE DISCURSIVA

Conforme salientado desde o início deste trabalho, o suporte teórico que o embasa é a Análise do Discurso, que não deve ser tida como uma metodologia, mas como uma disciplina de interpretação, uma vez que, para a mesma, o sentido não está preso somente ao enunciado, que é a materialidade linguística (o dito), mas a um exterior, um sentido outro (o não-dito). Por isso dizemos que a AD nasceu com a pretensão de interrogar os sentidos no discurso. Trata-se, portanto, de uma disciplina fundada pela intersecção de três epistemologias distintas, mas todas pertencentes às áreas da linguística.

Este trabalho parte de uma perspectiva de que a Ata “não é um documento, mas [um] discurso” (ORLANDI, 2007, p.58); ela vai além do texto e, quando submetida à análise, traz em si sentidos *pré-construídos*, que são os ecos da memória do dizer dos índios determinados temporalmente entre os anos de 1999 e 2002. Do ponto de vista do processo discursivo, a memória do dizer constitui o interdiscurso, ou seja, a *memória coletiva*, constituída socialmente, na qual o sujeito tem a ilusão de ser o dono de seu discurso e de ter controle sobre o que ele diz, evidenciando que em AD todo discurso já foi dito antes. O “que equivale dizer que é no contado do histórico com o linguístico que se constitui a materialidade específica do discurso” (PÊCHEUX, 2006, p.8).

Para a análise serão considerados componentes como: o sujeito, o enunciado, a fonte do enunciado, os sentidos múltiplos de cada enunciado, o contexto sócio-histórico, o contexto da escola, o momento em que cada documento foi escrito e a história relacionada a esses momentos na Aldeia de Dourados, o que equivale dizer que, a todo tempo, fala-se em memória do dizer ou memória discursiva. Porém, no espaço discursivo em que os sujeitos se encontram, a língua é opaca e heterogênea – consequentemente, ela não é transparente e homogênea –; isso faz com que ela seja “capaz de equívoco, de falha, de desliz”, conforme sublinha Orlandi (2007). O equívoco nos remete a ideia de que não há um sentido único do enunciado, visto que ele permite múltiplas leituras. Dito de outra forma, para a AD, a palavra, um elemento simbólico, não possui um sentido fechado em si mesmo, mas está aberto, o sentido pode escapar e migrar para outros lugares. Considerando-se que um enunciado não diz tudo, então ele silencia sentidos.

A instituição escolar tem, em sua base material, um componente ideológico. Ao refletir acerca do discurso, podemos partir do princípio de que “todo dizer é ideologicamente marcado” (PÊCHEUX, 1988), o que nos possibilita ler nas aberturas do fio discursivo, localizado na imbricação que se dá na linguagem com o ideológico.

Neste trabalho, procura-se manter fidelidade à maneira como foram escritas cada uma das Atas, de modo a conservar a originalidade dos registros. Nelas encontram-se inscritos os sujeitos sociais: índios Guarani, Kaiowá, Terena e não-índios, todos instâncias enunciativas inscritas pelo relator da Ata (Locutor 1).

A análise de abordagem discursiva pretende chegar ao materialismo histórico, material simbólico do discurso pedagógico dos índios; e, para critério de análise procuraremos estabelecer “recortes discursivos”, levando em consideração o contexto sócio-histórico e as condições de produção dos discursos.

ATA DE Nº. 01/1999⁹

Na primeira Ata [A1], o Locutor 1 (relator) instaura a reunião do dia e anuncia o assunto em pauta: [a] *convocamos os pais dos alunos [...] da 2ª série “A” matutino*, que estudam na Escola *Tengatui*. Em seguida, o mesmo Locutor anuncia o motivo da convocação: [b] *Após vinte dias de sondagem e diagnósticos feitos neste início do ano letivo de 99*. O objetivo da reunião é informar aos pais e responsáveis o problema de aprendizagem de seus filhos, o que levou a professora Clarice a fazer um diagnóstico da situação dos alunos.

O Locutor explica aos pais dos alunos que, após o término do período de diagnóstico e sondagem, chegou-se à conclusão de que os mesmos não conseguiam copiar as informações do quadro-negro. Destacou ainda *inúmeras dificuldades* encontradas por parte do professor em relação a esses alunos, como o fato de não acompanharem o ritmo dos demais colegas da sala de aula. Diante disso, foi preciso levar o problema ao conhecimento dos pais e responsáveis. Convém esclarecer que a professora, como o supervisor, são os enunciadores, porém quem deixa claro o objetivo de “recuperar”, de alguma forma, a defasagem (entenda-se “atraso”) de aprendizagem por parte dos alunos, é o Locutor 1 – ou seja, aquele que “assume” a responsabilidade pelo discurso.

A forma como esse Locutor instaura os seus interlocutores, entretanto, aponta marcas ideológicas presentes em situações cotidianas, como por exemplo, as boas intenções: [c] *deicharmos claro o nosso objetivo de recupera-lo e de que forma faríamos isto*. Essa posição se explica como um lugar em que o discurso passa pelo confronto do simbólico com o político. Além disso, o Locutor mostra aos seus interlocutores que, tendo domínio da situação escolar do aluno: [d] *Os pais e responsáveis pelas crianças que estiveram presentes gostaram muito da preocupação que temos pelos seus filhos e todos disseram que estavam dispreocupados, pois, seus filhos estariam em “boas mãos”*. Embora alguns alunos

⁹ [A1] Aos vinte dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e nove, convocamos os pais dos alunos: Cleisimara Ramos Machado, Alessandro da Silva, Valderi Brites Amarilha, Claudemar da Silva e Josiel da Silva. Ambos da 2ª série “A” Matutino que tem como professora titular Clarice Shecerra e Jeremias Pereira Luna, supervisor e também responsável pela mesma sala e série. Após vinte dias de sondagem e diagnósticos feitos neste início do ano letivo de 99. Concluimos que estes alunos não copiaram do quadro-negro e tinham inúmeras dificuldades em relação aos colegas – por isso levamos ao conhecimento dos pais e deicharmos claro o nosso objetivo de recupera-lo e de que forma faríamos isto, já que precisamos do apoio de todos responsáveis. Os pais e responsáveis pelas crianças que estiveram presentes, gostaram muito da preocupação que temos pelos seus filhos e todos disseram que estavam dispreocupados, pois, seus filhos estariam em “boas mãos”. Quanto aos demais alunos desta sala, estão a nível de 2ª série e estamos trabalhando dentro da proposta pedagógica desta Escola. Até o momento, não há nada para desabonar os trabalhos realizados dentro desta sala de aula – 2ª série “A” Matutino. Por ser verdade eu Jeremias Pereira Luna, supervisor, lotado nesta Escola, lavrei esta ata, onde vai assinada por mim e demais presentes – Dourados, MS. Dez de março de um mil novecentos e noventa e nove.

apresentem dificuldades de aprendizagem, o enunciador esclarece: [e] *Quanto aos demais alunos desta sala, estão a nível de 2ª série e estamos trabalhando dentro da proposta pedagógica desta Escola*, procurando mostrar que a escola atua dentro de uma proposta diferenciada adequada.

De acordo com a AD, para que as palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sido ditas, e essa noção fica por conta da história que se relaciona com a língua. A língua nos proporciona diferentes formas de reflexão; isso quer dizer que podemos inferir que a escola não está trabalhando de acordo com o Plano Pedagógico. Da mesma forma, em [d] subentende-se de que o discurso do principal agente do processo de ensino/aprendizagem (o supervisor), não está comprometido com a função social de preparar o aluno para inseri-lo no contexto de educação da Aldeia. Essas questões chamam atenção, pois é na escrita que se revelam consequências importantes, principalmente no que confere a sua formulação, porque o sentido transcende a escrita. É no plano da linguagem que percebemos que não se está em busca de compreender o enunciado em si, mas a própria condição dessa formulação, que é a base da constituição do funcionamento da linguagem, um lugar de deslize de sentido.

Podemos dizer que é aí que opera o interdiscurso, já que há o “outro” na identificação ou na transferência, abrindo, a possibilidade de interpretar através da memória do sujeito social. Tal fato pode ser explicitado no ato de enunciar-se do Locutor 1, ou seja, a forma como ele atribui a si próprio uma posição, a que chamamos de *posição ideológica*, conforme pode-se notar no excerto abaixo:

[f] *Até o momento, não há nada para desabonar os trabalhos realizados dentro desta sala de aula – 2ª série “A” Matutino*. Por ser verdade eu Jeremias Pereira Luna, supervisor, lotado nesta Escola, lavrei esta ata, onde vai assinada por mim e demais presentes – Dourados, MS. Dez de março de um mil novecentos e noventa e nove (grifos nossos).

Essas sequências discursivas são pertinentes, pois elas dão a ideia de encerramento da reunião pedagógica, sendo que se apresentam como as mais pertinentes e mais polêmicas, causando, de certa forma, um equívoco. Esse equívoco advém do trecho: *Até o momento, não há nada para desabonar os trabalhos realizados dentro desta sala de aula – 2ª série*. O enunciado *desabonar* pode ser entendido como desacreditar, depreciar ou perder. Mas como é um enunciado que está no plano da formulação, ou seja, no intradiscurso, podemos dizer que é aí que o *dito* se mostra. A ação ideológica se se mostra no plano da linguagem, o que permite ao analista tomar o texto em sua opacidade e chegar aos seus equívocos. Ou seja, chegar-se ao reconhecimento do sujeito e do sentido por meio do *não dito*.

Já em [f] *Jeremias Pereira Luna, supervisor e também responsável pela mesma sala e série “A” Matutino*, percebe-se o modo como o Locutor articula sua própria fala, mostrando em princípio que ocupa a função de supervisor, mantendo certo distanciamento. Ao passo que em [g] *Até o momento, não há nada para desabonar os trabalhos realizados dentro desta sala de aula – 2ª série “A” Matutino*, o mesmo Locutor muda o tom do discurso e passa a falar de outra posição, de autoridade, inscrevendo-se como um “eu”. Em outras palavras, ele tem a ilusão de ser o dono do discurso. Por meio dessa construção discursiva, o enunciador procura calar/silenciar o seu interlocutor, ou seja, não cabe por à prova o que está dito. Ele se coloca em defesa dos professores que trabalham com a referida turma: [h] *não há nada para desabonar os trabalhos realizados dentro desta sala*. Mas, de forma simbólica, ele acaba por representar a posição da própria instituição escolar.

Observa-se dessa forma que para melhor entender a questão ideológica deve-se ir além do texto, isto é, avançar em um espaço mais amplo no problema da relação do indivíduo com as formas de poder que ele ocupa; o lugar que ele vive e a função que ele desempenha (MARCONDES FILHO, 1985). Dito de outro modo, a materialidade discursiva permite pensar as falhas pelas quais os indivíduos são interpelados em sujeitos. Essa interpelação ideológica encontra um lugar de dizer, por meio do qual se produz sentidos. Ao envolver a identificação do sujeito que se anuncia, no caso, o *supervisor*, percebe-se que ele pertence às formações discursivas administrativas (FDA), ou seja, o lugar em que ele se inscreve. A Ata veicula “efeito de sentidos entre interlocutores” (ORLANDI, 2005, p.63), ou seja, uma materialidade textual em que se encontram inscritos gestos de interpretação de quem a redigiu.

Já no trecho [i] *seus filhos estariam em “boas mãos”*, o uso de aspas está associado à temática da *heterogeneidade* no interior da Aldeia. Tal conceito mostra que o discurso é atravessado por outro discurso, que pode ser do próprio enunciador. As aspas são formas linguístico-discursivas do discurso do outro e coloca em cena o sujeito ou o discurso do sujeito enunciador.

De acordo com a AD, no discurso, o sujeito é determinado por certa posição sócio-histórica e ideológica, esse sujeito é apenas uma representação imaginária, ainda que se enuncie colocando-se na origem da textualidade. O Locutor pode apresentar-se ainda da seguinte forma:

- a) Na origem do agrupamento do discurso, como unidade deste, constituindo significações (é do efeito discursivo que deriva o princípio de autoria);

- b) Ao se colocar na origem da textualidade, quando é parte do jogo de uma identidade (que tem a forma da individualidade e do “eu”).

Para refletir o movimento produzido pelo emprego dos enunciados, atribuídos igualmente ao sujeito enunciador da Ata, é importante conferir o que se encontra escrito no Projeto Pedagógico da Escola *Tengatui* no ano de 1999: “A escola sempre está de portões abertos para receber sugestões, críticas construtivas para melhorar nos aspectos administrativo, político e social” (YVYRA-GUA’A, 1999, p.2). Como já foi dito, em AD, a língua não é vista enquanto uma estrutura fechada (homogênea), mas aberta à interpretação, um lugar em que se permite pensar a ideologia como efeito do sujeito que, se colocando como “dono” de seu discurso, é uma “construção necessária do imaginário discursivo” (ORLANDI, 1993, p.19). E é essa relação imaginária que pode ser observada nos seguintes recortes dos enunciados:

- a) estes alunos não copiaram do *quadro-negro*;
b) deicharmos claro o nosso objetivo de *recupera-lo*;
c) seus filhos estariam em “*boas mãos*”.
d) Até o momento, *não há nada para desabonar os trabalhos realizados dentro desta sala de aula – 2ª série “A” Matutino*.

Considerando que, em AD, a memória do dizer é carregada de significações pelo que é dito, pode-se dizer que cada formulação está relacionada ao discurso de *poder* e de *dominância*, uma forma que o sujeito encontra para agir sobre o outro. Na visão foucaultiana, todo saber constitui novas relações de poder; na prática seria o mesmo que *saber* e *poder* encontrarem-se implicados mutuamente. É nesse sentido que Orlandi chama a atenção para o fato de que não há sentido sem interpretação, sendo o sujeito determinado no processo que intervém no imaginário, passa-se a entender ideologia como “interpretação” (ORLANDI, 1996, p.147).

Como já mencionado nesta dissertação, trabalha-se sob uma base ideológica, buscando dar mais possibilidade de visualizar o sentido conforme o enunciador o inscreve em seu discurso. Em relação ao enunciado “quadro-negro”, ele é um termo ambíguo, ou seja, ele vem carregado da “memória histórica que não se faz pelo recurso à reflexão e às intenções, mas pela filiação” (ORLANDI, 2003, p.13). Trata-se da história da educação brasileira, em especial, no que se refere à questão educacional indígena, antes de ganhar uma conotação democrática, quando passou por situações de uma política educacional repressora – na época

em que o ensino indígena estava sob a responsabilidade do SPI. No entanto, percebe-se que mesmo que os índios de Dourados tenham uma escola voltada para atendê-los, segundo suas especificidades, ela ainda se encontra distante do proposto. Tal constatação pode ser observada na própria materialidade discursiva, isto é, nos efeitos dos discursos construídos em contexto educacional indígena. Nesse sentido, o *quadro-negro* continua sendo um recurso muito utilizado para ensinar e as aulas continuam monótonas, pois passam a imagem de estar presas ao quadro-negro, remetendo a um ensino tradicional.

Posto que a escola *Tengatui*, desde o ano de 1999, propõe trabalhar segundo suas peculiaridades e especificidades, criando propostas curriculares próprias para atender a sua realidade, percebemos por meio dessa primeira Ata, que tal projeto ainda não foi posto totalmente em prática, ou seja, ele não se encontra em plena execução. Pode-se, nesse sentido, avaliar que o funcionamento de uma pedagogia diferenciada na escola ainda está distante de seu real objetivo. Lembrando que o Projeto Político Pedagógico parte de um princípio norteador de “que a escola se encontra no pico mais alto da pedagogia diferenciada onde ela enxerga ao longe as futuras gerações se enraizarem profundamente como aroeiras desse chão” (sic) (YVYRA-GUA’A, 1999, p.2).

Na prática, pode-se observar que a referida escola indígena ainda mantém um modelo de educação destinado às crianças, mas que, apesar de tudo, ainda se constitui como transmissão de conhecimentos, pautados em princípios de apropriação, o que leva o processo educacional indígena ao fracasso. Vê-se que não há a transformação do ensino e, conseqüentemente, do sujeito.

Partindo da ideia de que a ideologia segue um percurso que, para ser entendido, é preciso interpretação, pode-se tomar o recorte [h], em que o locutor afirma que nada pode desabonar os trabalhos realizados dentro da sala da 2ª série “A” Matutino, para marcar como a ideologia passa a intervir no discurso do sujeito enunciador, mostrando ainda como ela atua nos indivíduos ideologicamente a ponto de penetrar em suas atitudes cotidianas.

No referido recorte, o próprio enunciador (Locutor 1), ao utilizar-se da linguagem, atribui um juízo de valor. Nesse sentido, é importante observar que “todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras” (ORLANDI, 1993, p.15). Ao tomar a palavra, o sujeito enunciador se identifica e se posiciona, a exemplo do que ocorre no emprego do enunciado “desabonar” que, ao ser inscrito no discurso, guarda para si o *poder* e o *saber*, conferido pelo cargo ou pela posição que ocupa. Há, portanto, um equívoco, que é mostrado pelo efeito do sentido que evidencia que não há um sentido único na palavra, ou

seja, ela é um elemento simbólico, não fechado em si e, por isso, permite que se chegue ao enunciável.

Pode-se dizer enfim, que é no próprio contexto da [A1], ou seja, no modo como o Locutor instaura o *dito* (o posto), que se permite induzir que há um silenciamento do outro. Percebe-se que existe uma ordem estabelecida, uma ilusão de autonomia, mas que leva ao assujeitamento do outro, não presente, porém com uma ausência significativa.

Com a [A1] pode-se observar que a ideologia não está desvinculada do linguístico e do histórico no qual a linguagem é o elemento necessário e essencial em que se manifesta a representação do sujeito. O discurso presente em [A1] deixa claro que há um discurso de poder e dominância. Mostra ainda que, a escola indígena *Tengatui*, no ano de 1999, reproduzia e assimilava valores tradicionais de ensino dominante. Isso quer dizer que, na prática, não se criava nada de novo no mundo dos Guarani.

Do ponto de vista de seu funcionamento, [A1] enquadra-se dentro da categoria de discurso polêmico, uma vez que a polissemia é controlada entre os interlocutores. Nesse sentido, o Locutor 1 se apresenta como o único referente do discurso, tencionando controlá-lo, isto é, procurando dar uma direção única, em consonância com sua subjetividade.

ATA DE Nº. 02/1999¹⁰

Na [A2] o Locutor 1 anuncia que a reunião pedagógica será realizada com a presença do supervisor e dos coordenadores, que assumem a função de interlocutores.

A reunião inicia-se com a instauração dos sujeitos, o diretor da Escola Indígena de Dourados, João Machado e os supervisores: [a] *Aos quinze dias do mês de março de hum mil novecentos e nove o diretor João Machado, reuniu-se com os supervisores, Jeremias Pereira Luna, Francelina da Silva Souza e Edina Silva de Souza.* Em seguida, o Locutor 1 anuncia que o objetivo da reunião é para que o diretor possa: [b] *esclarecer as normas administrativas inseridas no Regimento Escolar.* Chama atenção, no entanto, a forma como esse Locutor articula a fala do seu enunciador: [c] *ou seja determinou o diretor que a partir desta data fica expressamente proibido aos professores [...].* Nesse recorte, o que se observa é como o Locutor instaura a fala do seu interlocutor, levando-nos a inferir um dos efeitos disciplinares; lembrando que o poder disciplinar está intrinsecamente relacionado ao projeto de “civilização” dos índios, conforme afirmação de Lourenço (2008, p.186). De acordo com a AD, trata-se de um equívoco, referindo-se à história, em que os sujeitos estão na ordem do simbólico e a língua funciona ideologicamente, ou seja, ela tem sua materialidade discursiva específica.

De forma direta o diretor também passa o recado aos demais interlocutores ali presentes, que são o supervisor e as coordenadoras. São a esses que o enunciador (diretor) se dirige, esclarecendo acerca de suas as decisões. Decisões estas que deveriam ser repassadas aos demais professores da *Tengatui* e extensões. Assim, pensar a língua pelo viés da AD, significa pensar a sua textualidade e o seu funcionamento; lembrando que não se busca o “sentido verdadeiro”, mas o real do sentido, presente em sua materialidade linguística e histórica (ORLANDI, 2005, p.59).

Logo se pode dizer que o discurso do enunciador da [A2] pode ser compreendido como construído num espaço de regularização, um espaço polêmico, heterogêneo. A memória

¹⁰ [A2] AOS quinze dias do mês de março de hum mil novecentos e nove o diretor João Machado, reuniu-se com os supervisores, Jeremias Pereira Luna, Francelina da Silva Souza e Edina Silva de Souza, com o objetivo de esclarecer as normas administrativas inseridas no Regimento Escolar ou seja determinou o diretor que a partir desta data fica expressamente proibido aos professores atendimentos aos pais sem que primeiro passe pela direção da Escola. Quanto ao diálogo dos professores na porta das salas, fora do horário do recreio somente em extrema necessidade assuntos inerentes à escola. Quanto ao recreio o diretor pediu pontualidade após o sinal por parte dos professores. Caso contrário, autorizou os supervisores tomar as devidas providências. Lembrou também aos supervisores que vistam os planos de aula pelo menos duas vezes por semana fazendo observância dos conteúdos a serem trabalhados. Por ser verdade eu Francelina da Silva Souza lavrei esta ata que vai assinada por mim e demais pessoas presentes nesta reunião.

(interdiscurso) pode ser marcada com um fato social, no qual todo saber relacionado a uma prática escolar diferenciada (já dito) se apresenta como o lugar da constituição do sujeito: é o Outro no Eu.

Nessa direção, os sujeitos, aqueles que são enunciados e os que são instituídos, constituem-se no entrecruzamento do dizer, que é flagrante na materialidade reclamando sentidos. Nesse aspecto, pode-se observar em [c] *ou seja determinou o diretor que a partir desta data fica expressamente proibido aos professores [...]* e também em [d] *Caso contrário, autorizou os supervisores tomar as devidas providências*, que o discurso é tecido ideologicamente, atravessado pela memória do dizer (interdiscurso), sendo que sua materialidade discursiva evidencia um discurso administrativo de poder e de autoridade.

Em [d] *Caso contrário, autorizou os supervisores tomar as devidas providências*, vemos que há um discurso de poder e de opressão sobre o outro, isto é, um discurso autoritário, de coerção. Trata-se de uma posição ideologicamente marcada pela *posição* ocupada pelo diretor, uma formação discursiva administrativa que se materializa em uma formação ideológica, revelando a reprodução de uma ideologia dominante. Mostra-se dessa forma que a escola é um lugar de reprodução concreta (lembrando Althusser). O discurso, quando materializado em formações ideológicas, gera todo um complexo heterogêneo, no qual comporta posições de classes, um movimento marcado pelo “discurso da contradição” (De NARDI, 2006, p.160).

Em [A2] o discurso está incoerente com o que determina o Projeto Pedagógico Diferenciado, ou seja, por se tratar de uma educação diferenciada, o modelo da educação precisa estender-se para além das fronteiras administrativas e dar condições para que os sujeitos se tornem sujeitos históricos, de modo que os professores tenham um pouco mais de abertura e que consigam transformarem-se a si mesmos e o seu meio social. Nesse caso, relação da escola com a educação e com os sujeitos envolvidos no processo educacional na Escola *Tengatui* e extensões precisa ser mais bem observado.

Todavia, o que se vê em [A2] é um tipo de funcionamento discursivo de resistência às mudanças no interior da própria escola. Diante disso, entende-se que a leitura desse documento constitui o fio discursivo do *confronto*, que pode ser explicitado através de marcas linguísticas ao longo da narrativa do Locutor 1: [e] *fica expressamente proibido; somente em extrema necessidade e assuntos inerentes à escola; pediu pontualidade; Caso contrário, autorizou os supervisores tomar as devidas providências*. Vê-se, pois, que o Locutor 1 constrói o discurso de seu enunciatário demarcando um terreno entre o dominante e o autoritário, lembrando o que diz Althusser, que a escola é um Aparelho Ideológico do Estado

(AIE), cuja relação de poder está muito presente. Revela-se, assim, que a ideologia não é algo imposto a um sujeito, mas é algo que faz parte do cotidiano, por isso ela é alimentada diariamente, neste caso, por uma formação discursiva administrativa, que provém de uma formação discursiva ideológica.

É importante deixar claro que em AD, o sujeito é uma função do discurso e não semelhante à figura empírica (do indivíduo), isso quer dizer que se trata do discurso de uma entidade social que é construída no discurso, enquanto mantém a ilusão de ser a fonte dos sentidos; lembrando ainda que há a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia (PÊCHEUX, 1988; ORLANDI, 2001; 2005 e 2007; BRANDÃO, 2006).

Assim, de acordo com a leitura de [A2], depreende-se a presença de um discurso autoritário, uma vez que não há a hipótese de interação entre os interlocutores. Nesse caso, a polissemia é contida por um agente que se apresenta como único, ocultando assim, o seu referente, ou seja, os demais sujeitos do discurso.

ATA DE Nº. 03/1999¹¹

[A3] traz a seguinte pauta: [a] *assessoria no projeto pedagógico*. Em seguida, o Locutor 1 anuncia que: [b] *O professor Diretor João Machado, encaminhou aos professores à avaliação feita pela direção da Escola*. Apresentando aos professores (interlocutores) da escola *Tengatui* e Extensões [c] *à [sic] avaliação feita pela direção da Escola*. O Locutor 1 registra que o Diretor procedeu da seguinte forma: [d] *leu as questões e juntos foi feito um comentário do mesmo*. Esta Ata traz a inscrição do dizer da formação discursiva administrativa, ou seja, o dizer do diretor da escola, efeito do interdiscurso.

Para ilustrar a análise, pode-se observar a forma como o Locutor 1 registra o enunciador, procurando dar ênfase ao que foi lido pelo diretor, constrói-se, assim, um movimento que interliga o intradiscurso (discurso como estrutura) e o interdiscurso (o já dito em outro lugar), que juntos compõem a formação discursiva pedagógica e administrativa. Esses retornos à base teórica estão implícitos na materialidade em estudo, visto que, por intradiscurso compreende-se o processo de formulação do dizer (da fala do diretor e sua enunciação) e por interdiscurso a retomada dos fios discursivos (enunciados que fazem ecos da memória discursiva), remetendo ao processo de constituição dos sentidos.

Vendo dessa forma e considerando o enunciado no plano da formulação, pode-se observar que o *dito* (o posto) leva a compreender que a avaliação foi feita pela direção da escola, de forma que os interlocutores aprovassem a decisão: [e] *Foi posto aos professores e presentes a decisão da assessoria da Professora*. Diante desse enunciado, leva-se em conta, com base na relação da linguagem, a exterioridade como fundamental para a compreensão da ação ideológica, uma vez que os sujeitos interlocutores (professores) são determinados pela formação discursiva pedagógica e atravessados pela ideologia. Pode-se dizer então que são sujeitos assujeitados, efeitos de linguagem, divididos, clivados, heterogêneos, encontrando-se num terreno contraditório, resultante de dispersão e de equívoco. Dito de outra forma, o real da história é afetado e desse modo, o texto vai em busca dos sentidos pré-construídos, aqueles

¹¹ [A3] Aos trinta dias do mês de março de hum mil novecentos e noventa e nove. Ao decessis digo, ao iniciar a reunião com os professores o Diretor João Machado, lembra que haveria alguns assuntos a serem tratados como: assessoria de quarenta horas, sendo vinte teóricas e vinte horas práticas, cujo calendário deveria juntos de defini-los, apenas lembrando que: esta assessoria seria no Projeto Pedagógico. O professor Diretor João Machado, encaminhou aos professores à avaliação feita pela direção da Escola, leu as questões e juntos foi feito um comentário do mesmo. Quanto ao Projeto Pedagógico a professora Lenir, lembrou que o projeto pedagógico deveria ser a nível da realidade de cada escola, ou seja, um projeto com os pés no chão. Foi posto aos professores e presentes a decisão da assessoria da Professora Adir. Em uma votação democrática “unânime” ficou aprovado pela maioria que há necessidade de um acompanhamento da Professora Adir.

que fazem eco na memória dos Guarani, ou seja, que remontam a sua época histórica. Assim, o enunciado *Foi posto aos professores a decisão da acessória [...] comporta uma formulação, que é o silenciamento do Outro*. Segundo Orlandi (1993), há uma dimensão do silêncio, não se trata de um mero acidente da linguagem. Vimos assim que, do ponto de vista discursivo, o que existe é a relação entre língua e objeto, ambos atravessados pela memória do dizer e é a essa memória do dizer que se atribui à ação de linguagem.

Importante se faz para este estudo observar a atuação ideológica presente nos discursos existentes dentro da própria escola indígena. percebe-se dessa forma, que não é exatamente o conteúdo que deve ser focado, mas o funcionamento discursivo que se move e cria rede de filiações na Reserva de Dourados, produzindo evidências, formando sítios de significância.

No recorte [f] *Em uma votação democrática “unânime” ficou aprovado pela maioria que há necessidade de um acompanhamento da Professora*, pode-se verificar como o que está escrito não comporta a verdade do fato, visto que no enunciado encontram-se ocultos outros sentidos. Nesse caso, a interpretação fica entre o dito e o não-dito, demonstrando que por trás da palavra “unânime” (inscrita entre aspas) existe uma contradição de que não houve uma votação deveras democrática. O que fica implícito é que há uma ação política exercida sobre o outro, uma ação que impede o interlocutor de se manifestar, ou mesmo, que tome uma posição, cabendo-lhe acatar a decisão. O conteúdo implícito é que a votação não ocorreu de forma democrática e muito menos foi unânime, desencadeando, assim, outras leituras e outras interpretações no que tange às ações internas da escola indígena.

A formulação [g] *a professora Lenir lembrou que o Projeto Pedagógico deveria ser a nível da realidade de cada escola, ou seja, um projeto com os pés no chão*, nos permite observar, por meio do intradiscurso (o que está dito), os efeitos da memória do interdiscurso. Pode-se perceber que o citado fragmento remete à ideia de que o projeto pedagógico não está em consonância com a realidade da escola indígena de Dourados. O efeito provocado é de que, apesar da busca por uma escola indígena que atenda à reivindicação da comunidade, a especificidade de cada etnia, aliado ao empenho dos professores, mostra que na prática não houve uma ressignificação concernente a uma pedagogia diferenciada nas Escolas da Aldeia de Dourados. Considerando a forma como o locutor instara o seu enunciatário em [A3] o texto se enquadra dentro da categoria do discurso polêmico, visto que os interlocutores não encontraram espaço para serem sujeitos de suas decisões, ou mesmo sequer foi lhes dado tal possibilidade de se colocarem como protagonistas.

ATAS DE Nº. 04¹² e 05/1999¹³

As Atas [4] e [5] trazem, respectivamente, como pauta a homologação de duas candidaturas à direção da Escola *Tengatui*. Esse ato pode ser interpretado como memória discursiva, lugar de ressignificação, dentro de uma perspectiva de AD, uma vez que instaurar a homologação de um candidato ao cargo da direção da escola já prenuncia uma mudança de paradigma:

[a] *Após a apreciação dos documentos: Escolaridade em Pedagogia-Licenciatura Plena, Escolaridade e Professor Ensino Médio – normalista, termo de posse na Prefeitura Municipal de Dourados, Certidão Negativa de Penalidades Administrativas e experiência comprovada (Caput. 3ª lei 2264/99) a ser fornecida na DAF/SEME, Certidão Negativa de Ações, fornecidos pelo Cartório do distribuidor, termo de compromisso, atualizados, e Proposta de Implementação no Projeto Pedagógico da U. E (UNIDADE ESCOLAR). Mediante a veracidade da documentação apresentada dar-se por homologada a candidatura de Teodora de Souza.*

[b] *reuniram-se nas dependências da Escola Tengatui Marangatu-Pólo, a comissão Eleitoral da Unidade Escolar, juntamente com a sua presidenta Professora Edina Silva de Souza, para tratar de assuntos referente a homologação da candidatura a direção da Escola do Professor João Machado, o mesmo apresentou a documentações exigidas na Instrução normativa nº. 001/99 de 02/junho de 1999. Mediante a veracidade dos documentos apresentado, dar-se-á por homologada a candidatura de João Machado.*

O que vai diferenciar a escola indígena das demais a partir desse momento é que serão os próprios indígenas que concorrerão ao cargo da direção da escola Indígena *Tengatui* e,

¹² [A4] Aos onze dias do mês de junho de hum mil novecentos e noventa e nove, as dezesseis horas e cinquenta minutos, reuniram-se neste estabelecimento A Comissão da Unidade Escolar para tratar assuntos referente a homologação dos candidatos a diretor de 1999. Após a apreciação dos documentos: Escolaridade em Pedagogia-Licenciatura Plena, Escolaridade e Professor Ensino Médio – normalista, termo de posse na Prefeitura Municipal de Dourados, Certidão Negativa de Penalidades Administrativas e experiência comprovada (Caput. 3ª lei 2264/99) a ser fornecida na DAF/SEME, Certidão Negativa de Ações, fornecidos pelo Cartório do distribuidor, termo de compromisso, atualizados, e Proposta de Implementação no Projeto Pedagógico da U. E. L (UNIDADE ESCOLAR). Mediante a veracidade da documentação apresentada dar-se por homologada a candidatura de Teodora de Souza, eu Francisco Souza Filho, lavrei a presente Ata, que teve seu encerramento às dezessete horas e dez minutos, a mesma vai assinado por mim e os demais participantes que formam a comissão desta Unidade Escolar.

¹³ [A5] Aos dezessete dias do mês de junho de hum mil novecentos e noventa e nove, as quinze horas e trinta minutos, reuniram-se nas dependências da Escola *Tengatui Marangatu-Pólo*, a comissão Eleitoral da Unidade Escolar, juntamente com a sua presidenta Professora Edina Silva de Souza, para tratar de assuntos referente a homologação da candidatura a direção da Escola do Professor João Machado, o mesmo apresentou a documentações exigidas na Instrução normativa nº 001/99 de 02/junho de 1999. Mediante a veracidade dos documentos apresentado, dar-se-á por homologada a candidatura de João Machado. Nada mais a ser tratado foi dado por encerrada a reunião as quinze horas e cinquenta minutos, eu Francisco Souza Filho, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e os demais participantes.

consequentemente serão eles que irão administrá-la. No entanto, isso não significa necessariamente uma forma democrática de construção, visto que a teoria que sustenta este trabalho entende que “o sujeito ocupa um lugar de espaço tenso, entre a reprodução do instituído e o desejo de subverter” (CARDOSO, 2003, p.52). Mas a escola, enquanto formadora de identidades, teoricamente, também é um lugar de desafios, de prática pedagógica significativa que possa fazer dela uma *práxis* comunitária, um lugar de inserção de ações e de resultados, não como algo isolado, mas como um contexto de presença, dando voz aos silenciados, mobilizando discursos dentro de uma perspectiva de rearticulação. Ainda que a escola, vista como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado, segundo Althusser, seja historicamente um lugar de reprodução ideológica e de poder, ela pode demandar uma ação democrática, ainda que o discurso da educação seja uma “prática do conflito” (GADOTTI, 2003, p.7), lembrando que do ponto de vista althusseriano, todo processo de disputa no interior de uma escola tem como pilar de sustentação a ideologia da classe dominante, inclusive em seus projetos pedagógicos.

O Referencial Curricular para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998) esclarece que a escola indígena, para mudar de fato, precisa da participação ativa de todos os atores envolvidos na educação escolar indígena, visto que se trata de uma ação educativa, mas também de uma ação política. Há, portanto, dois elementos que estão na base de compreensão dessa concepção da nova gestão, são eles: a Constituição Federal de 1988 e o Referencial Curricular para as Escolas Indígenas. Ambos vêm atender à demanda por uma função formativa, que auxilia na construção de currículos das escolas indígenas no Brasil. Esses elementos estão ligados às ações de implementação e desenvolvimento das escolas indígenas, destinados a órgãos estaduais e municipais que estão ligados, por sua vez, a uma política educacional indígena, conforme determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta possui uma função normativa, no sentido de atender a cada etnia indígena que compõe o cenário brasileiro no que eles têm por direito. Esses documentos garantem aos povos indígenas o direito de estabelecerem formas particulares de organização escolar – como, por exemplo, um calendário próprio – e lhes asseguram também grande autonomia no que se refere à criação, ao desenvolvimento e à avaliação dos conteúdos a serem incorporados em suas escolas. São, de fato, leis que asseguram às populações indígenas o direito à escola específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

O RCNEI contempla programações que orientam a forma de elaboração de Referenciais Curriculares próprios para atender à demanda das etnias diferenciadas baseando-se no respeito das suas culturas e valores tradicionais próprios. Nesse sentido, o RCNEI é um

documento histórico, visto que anuncia um marco histórico no que se refere à mudança de paradigma da Educação Escolar Indígena. Nele encontra-se inscrita a legislação específica para as Escolas Indígenas:

Como já se vem demonstrando ao longo deste referencial, o respeito à comunidade educativa é sempre mencionado como dimensão ética de particular importância, enfatizada como fonte de conhecimento de um conjunto de atores que, junto ao próprio professor, deve conduzir o planejamento curricular. São os mais velhos, as lideranças políticas, os pais e outros parentes, os curandeiros, xamãs ou pajés, os artesãos, os agentes de saúde e agentes agroflorestais, além dos outros professores, quem fornecem o apoio necessário à construção do currículo (RCNEI, 1998, p.65).

No RCNEI está claro que, no processo de educação, neste caso da Escola *Tengatui Marangatu-Polo*, que se orienta pelo princípio de gestão democrática, administrar significa ouvir a comunidade na qual está inserida a instituição. Trata-se, portanto, de um processo que prima pela participação ativa de todos os atores que estejam envolvidos no processo educacional.

Diante do exposto cabe ressaltar que em [A4] e [A5] encontra-se implícito o que demanda a legislação, sobretudo, no que diz respeito à forma democrática de escolher a direção da escola indígena como um processo de ação, que só se configura na prática se estiver em consonância com outros atores envolvidos no processo educacional.

É nesse sentido que ao final do século XX, a Escola indígena de Dourados, ao elaborar seu próprio Projeto Pedagógico (PPP), passa a dispor de um documento por meio do qual poderá lutar e resgatar valores tradicionais, ao passo em que cria uma nova identidade na formação de seus educandos, o que levaria à mudança da formação de professores indígenas em Dourados. O mais importante, nessa nova concepção, é o repensar dos índios em sua forma de organização e gestão escolar.

Com a criação do PPP, a Escola Indígena de Dourados passa, por um processo de redimensionamento, o que inclui a escolha da Direção. Pode-se dizer que se trata de uma ação que diminui a distância entre a escola destinada para o índio e um modelo de escola voltada para atender a especificidade indígena. O mais importante é que, se antes a *Tengatui* era administrada pelo olhar do outro, hoje o seu funcionamento e suas ações são tomadas pelo próprio índio, visto que cabe a eles mesmos as decisões concernentes à questão educacional na Reserva Indígena de Dourados. Essa mudança, que visa à superação dos entraves ao funcionamento de suas escolas, encontra viabilidade por meio de dispositivos já garantidos

por Lei, de forma a dar respaldo para que a comunidade indígena assegure a construção de um novo modelo de educação, agora voltado ao respeito e à valorização de suas práticas culturais.

A Educação Escolar Indígena passa a ser um cenário compreendido como prática social, lugar de especificidade, que se deve à ação de todos os sujeitos historicamente situados, conferindo-lhes, assim, autonomia.

Em [A4] e [A5], o Locutor 1 instaura a voz da legitimidade de duas candidaturas, através da homologação. Nesse sentido, esse Locutor instaura o processo discursivo da homologação da candidatura à direção da escola *Tengatui* e, apesar de não haver um processo dinâmico entre os interlocutores, o texto encontra-se aberto a possibilidade de leituras. Trata-se de discursos polêmicos pelo fato de o sujeito tomar a palavra e dar a candidatura como homologada. Nesse sentido a reversibilidade dá-se segundo certa condição.

ATA DE Nº. 06/1999¹⁴

Na [A6] registrou-se o *II Encontro dos professores Guarani/Kaiowá*, que aconteceu no mês de novembro do ano de 1999, na Escola *Tengatui Marangatu-Polo*, Aldeia Jaguapiru, Reserva Indígena de Dourados, conforme relatado em Ata. Esse documento, considerado um registro histórico, relata uma reunião em que os sujeitos identificam-se como sendo exclusivamente de etnia Guarani, lembrando que dentro dessa categoria temos os índios de etnia Guarani-Kaiowá e os Guarani-Ñandeva.

O Locutor 1 instaura a pauta:[a] *II JEJOTOPA MBO' EHARY KUERA G/K* na Escola *Tengatui Marangau-Polo*, que em português quer dizer: *II Encontro de Professores Guarani/Kaiowá*. Esse enunciado funda a ideia de que o discurso é um índice potencial nas filiações sócio-histórica e uma materialidade que produz *alteridade* demarcada pela escrita em Língua Guarani. Em [A6] procura-se compreender a linguagem como produto da interação entre índios e não-índios, sujeitos determinados sócio-historicamente, considerando ainda a exterioridade como indispensável.

Na possibilidade de desvelar os sentidos de [A6], que se encontram pautados na história indígena, ressalta-se que a escrita no idioma guarani reforça a expressão *diferença*. O Locutor ao anunciar o *II Encontro de Professores Guarani/Kaiowá* enseja, além do discurso da *diferença*, ao modelo idealizado de ensino destinado aos índios Guarani, indo ao encontro do que está escrito no Projeto Pedagógico Diferenciado, que tem como objetivo dar oportunidade à criança para utilizar-se de sua língua materna no Ensino Fundamental; para

¹⁴ [A6] Aos vinte e sete dias do mês de agosto de hum mil novecentos e noventa e nove as oito horas da manhã deu-se início ao II JEJOTOPA MBO' EHARY KUERA G/K na Escola Tengatui Marangatu, encontro dos professores Guarani –Kaiová de P.I.N de Dourados e P.I.N Caarapó pelo diretor João Machado e a coordenadora do Projeto G/K Edina Silva de Souza e presente também a Prof^ª. Marina Wenceslau da UEMS e da Prof^ª. Anari da UCDB, esse encontro tem parceria com a Funai do Departamento da Educação na pessoa da Prof^ª Célia Maria, e tem como objetivo na troca de informações e relatos de experiências dos professores Guarani-Kaiová que estão a mais tempo na educação diferenciada e foi proposto como início dos trabalhos do dia a apresentação do Prof. Ládio e Eliel a forma como desenvolvem em sala de aula os temas de ensino, segundo explicações escolheu-se um tema gerador exemplo: Tekoha tendo como objetivo conhecimento, visão crítica da realidade, arrendamento da Terra, Aldeia e a cidade, e muitos depoimentos deixam retratar a grande dificuldade que há na comunidade dando continuidade no período vespertino e Prof. Eliel continuou a falar sobre as atividades a serem desenvolvidas sobre o tema Tekohá já para as séries mais adiantadas, e nesse encontro houve manifestação de professores para um outro encontro para reforçar cada vez mais o Projeto de Educação Diferenciada e ficou como data prevista para a primeira semana de Dezembro, local a determinar, esses encontros e de vital importância para o resgate da cultura guarani Kaiová, no encerramento do encontro, estiveram presentes os Caciques Getúlio de Oliveira e Jorge e falou o Cacique Getúlio da necessidade e da importância de preservar a nossa cultura agora com a responsabilidade da escola que o único meio que podemos alcançar ao crianças retomando a história e a cultura do povo dentro da educação escolar e falou o Cacique rezador Jorge sobre seu trabalho em várias áreas indígenas e, encerrou o encontro com a reza indígena e, eu lavrei a seguinte ata que vai assinada por mim e demais participantes do encontro Edina Silva de Souza. Ressalvo entre linhas Prof^ª Anari da Secretaria Municipal de Caarapó e também a participação dos professores da Aldeia Panambizinho.

que ela possa ter a língua materna não apenas como instrumento de defesa, mas principalmente como um meio de garantir o processo cultural de seu povo.

A reunião interétnica é explicitada por meio dos interlocutores: [b] *professores Guarani-Kaiová de P.I.N de Dourados e P.I.N Caarapó pelo diretor João Machado e a coordenadora do Projeto G/K Edina Silva de Souza*. O discurso intercultural é marcado pelos demais presentes: [c] *a Prof^a. Marina Wenceslau da UEMS e da Prof^a. Anari da UCDB, esse encontro tem parceria com a Funai do Departamento da Educação na pessoa da Prof^a Célia Maria*, que representam as formações discursivas institucionais. Constituem as diversas FDs pedagógicas (*P.I.N de Dourados e P.I.N Caarapó*), a FD administrativas (diretor da escola Têngatui, coordenadores e supervisores, a FDs institucionais (UEMS e UCDB), a FD (FUNAI)), e os caciques, os quais serão chamados neste trabalho como sendo formação discursiva representativa (FDR). Cada uma dessas instituições que comportam formações discursivas/ formações ideológicas estabelecem lutas de classes. Diante do exposto vê-se que o espaço da reunião é marcado pela heterogeneidade constitutiva e o discurso polissêmico pode ser visto como efeito de sentidos entre esses interlocutores. Diante disso, pode-se dizer que o discurso, materializado em Ata, não resulta da intenção dos sujeitos sociais, mas da relação discursiva resultante do contexto social e histórico no qual se encontram inscritas essas diversas formações discursivas.

Observa-se ainda que o encontro [d] *tem como objetivo na troca de informações e relatos de experiências dos professores Guarani-Kaiowá* e coloca em foco os interlocutores, que se reúnem para buscar uma forma de resgatar e construir saberes. É importante ressaltar que, além de suas contribuições teóricas, a AD desempenha um papel social na medida em que contribui para o conhecimento do discurso, da cultura e da identidade do índio.

Na realidade em cada recorte tomado como objeto de estudo está representado o movimento histórico do processo de constituição da identidade dos índios guaranis, cuja materialidade é o fio da memória discursiva dos sujeitos sociais Guarani. Portanto, a análise, nesse sentido, vai além de uma simples inter-relação comunicativa entre os sujeitos que falam e que o locutor instaura em cada Ata. Pode-se extrair da materialização da [A6] a real unidade de valor e de sentido, que deixa de ser uma comunicação entre sujeitos, passando a ser uma produção de sentidos em diferentes contextos.

Vê-se, ainda, que há uma reunião intercultural realizada no contexto escolar da Escola *Têngatui Marangatu-Polo*, lugar de interlocutores inscritos: líderes indígenas, professores das etnias: Guarani e Kaiowá, do Posto Indígena do município de Dourados e do município de Caarapó-MS, além de professores da Aldeia do Panambizinho. Esses sujeitos constituem-se

como eixo fundamental para dar viabilidade a uma proposta pedagógica diferenciada, mas principalmente para se poder olhar e analisar as construções ideológicas ali presentes.

Diante do exposto, pode-se dizer que o diálogo na [A6] é um diálogo intercultural, pois é composto por um conjunto interdiscursivo e compartilhado por diversas forças discursivas: índios e não-índios, ensejando, desse modo, um canal de interlocução entre as nações indígenas da região e os dizeres institucionalizados, ambos determinados pelo discurso de poder. Trata-se de um acontecimento discursivo, entendido, à maneira de Pêcheux (2006), como o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória: as palavras significam, pela história e pela língua. E ela não é vista como um instrumento, mas como meio de transformação do sujeito e símbolo de identidade.

É sob esse prisma que se encaminhou a proposta de educação diferenciada na Reserva Indígena de Dourados, cuja luta em sua defesa vem sendo estruturada desde os anos 80, ganhando força somente no final dos anos de 90, com previsão de implantação nas extensões da escola Polo no ano de 2002.

É importante mencionar que, apesar de em [A6] virem somadas experiências de índios de etnia Guarani e etnia Kaiowá na educação escolar na Reserva Indígena, não se pode deixar de mencionar que índios de etnia Terena também estão sempre presentes e atuam em conjunto no processo de construção diferenciada. As etnias Guarani, Kaiowá e Terena encontram na língua o marco divisor de suas culturas, principalmente no que tange ao projeto de escola diferenciada. Vale lembrar ainda que a luta das comunidades Kaiowá e Guarani tem início nos anos 70, época em que o objetivo era a defesa dos territórios e a luta pelos direitos.

Ao retomar a abordagem da materialidade, percebe-se que após a explicação do objetivo, o enunciador João Machado, diretor da Escola *Tengatui*, pede aos professores Ládio e Eliel, ambos do Posto Indígena de Caarapó (PIN), para exporem suas experiências como professores que atuam a mais tempo no ensino diferenciado. O Locutor dá forma à fala de seus interlocutores e diz que os professores: [e] *desenvolvem em sala de aula os temas de ensino*, complementando em seguida: [f] *Escolheu-se um tema gerador exemplo: Tekoha tendo como objetivo conhecimento, visão crítica da realidade, arrendamento da Terra, Aldeia e a cidade*. E ainda: [g] *Muitos depoimentos deixam retratar a grande dificuldade que há na comunidade*. Explicando logo após que: [h] *desenvolveram em sala de aula os temas de ensino*. Marcando por fim que os professores escolheram um tema gerador, o *Tekohá*: [i] *para as séries mais adiantadas*, considerando que as crianças menores não teriam uma visão crítica formada em relação aos problemas que envolvem a realidade da Aldeia.

É importante mencionar que entre os problemas no interior da Reserva está a questão do arrendamento das terras indígenas aos fazendeiros da região, a questão da demarcação das terras e outros problemas que são agravados devido à proximidade da Aldeia com o centro da cidade de Dourados. Esses fatores deixam implícitas as preocupações dos depoimentos levantados pelos professores e a manifestação dos mesmos para marcar outra reunião, visto que: [j] *nesse encontro houve manifestação de professores para um outro encontro para reforçar cada vez mais o Projeto de Educação Diferenciada e ficou como data prevista para a primeira semana de Dezembro, local a determinar, esses encontros e de vital importância para o resgate da cultura guarani Kaiová.* Os professores aqui envolvidos representam a voz da comunidade indígena: eles são os legítimos representantes e agentes envolvidos no processo de implantação do ensino diferenciado. Junto a eles encontram-se os caciques, que enriquecem as reflexões acerca da educação através da construção de uma política diferenciada.

A grande marca da cultura indígena, em especial dos Guarani, é a representação (e autoridade) marcante dos caciques nas reuniões pedagógicas. Esses sujeitos normalmente ocupam dois cargos (de poder) na Aldeia: o de *líder indígena*, aquele que representa a comunidade em questões políticas e, ao mesmo tempo, o de *líder religioso*, o que tem o dom da Sabedoria. Eles são, portanto, símbolo de poder absoluto, seja no campo político, seja no campo religioso.

Temos, primeiramente, [k] *“falou o Cacique Getúlio da necessidade e da importância de preservar a nossa cultura agora com a responsabilidade da escola que o único meio que podemos alcançar as crianças retomando a história e a cultura do povo dentro da educação escolar”.* Em seguida, [l] *“falou o Cacique rezador Jorge sobre seu trabalho em várias áreas indígenas e, encerrou o encontro com a reza indígena”* (Grifos nossos). No primeiro enunciado, trata-se de discurso político, visto que o Cacique assume sua posição, que é a de chefe no sentido político e de líder responsável por sua tribo, posição que lhe permite atribuir funções e responsabilidades à escola e aos professores. Trata-se de um sujeito que ocupa o *poder* e é determinado pela posição ideológica, uma vez que não há sujeitos sem ideologia. O mesmo se pode dizer da *posição* e função representativa exercida pelo Cacique Jorge; nesse caso, ele se apresenta como um líder espiritual, mas é também um líder político. Na cultura indígena, cabe ao Cacique aplicar regras, definir punições, assim como aconselhar e atribuir responsabilidades.

Conforme observado no enunciado [k], o Cacique Getúlio deixa clara sua posição: atribui à escola a responsabilidade pela formação das crianças, fato presente no enunciado:

agora com a responsabilidade da escola, considerando que a responsabilidade não deve ser de ordem externa à comunidade. Diante desse discurso, entende-se a preocupação em se resgatar a cultura indígena, bem como de preservar a história através da educação. Assim sendo, à escola não cabe apenas transmitir conhecimentos, mas também a responsabilidade pela formação das crianças. Tanto o Cacique Getúlio quanto o Cacique Jorge estão na função de representar as suas respectivas comunidades, seja para a resolução de problemas internos, seja para definir punições, para resolver conflitos, declarar guerras, entre outras funções. São discursos que estão na ordem do saber e do poder, sendo que o saber mistura-se com a crença, enquanto o poder, com a ideologia. Diante do exposto pode-se observar o efeito do discurso que leva à ação dos interlocutores, uma ação provocada pelo que está dito (o posto). É importante ressaltar que essas colocações dizem respeito aos efeitos de cada discurso, que pertencem ao campo da troca de experiências entre as representações, mas que não se trata de uma única identidade indígena, visto que não está claro a que etnia pertencem os Caciques.

Deve-se considerar, ainda, que há outros discursos que auxiliam na construção do projeto diferenciado. Pode-se observar que os dizeres étnicos são atravessados por *outros* dizeres, também institucionalizados e ideologicamente marcados. São efeitos simbólicos de cada *posição* ocupada pelos sujeitos inscritos em Ata. Uma posição que deixa marcas identitárias que vão sendo tecidas na materialidade discursiva. O Locutor constrói o discurso demonstrando que não se trata de mais uma reunião pedagógica na *Tengatui*, mas de uma reunião específica, materializada, ganhando um caráter diferencial, visto que a palavra de poder revela-se no plano espiritual e no plano religioso. Trata-se de um espaço de troca de conhecimento e de experiências, que vão se somar para a construção de uma escola que seja de fato diferenciada.

A escola, como lugar de construção de identidade, é o lugar em que se cruzam discursividades ideológicas. A leitura do discurso interétnico, demarcada na instância do discurso do poder, é um modo de representação que pode levar tanto à inclusão quanto à exclusão da proposta diferenciada. percebe-se que ainda que seja um espaço de diálogo interétnico, é um *espaço* onde também se encontra a *contradição*.

No fragmento: [m] *foi proposto como início dos trabalhos do dia a apresentação do Prof. Ládio e Eliel a forma como desenvolvem em sala de aula os temas de ensino*, podemos observar que a troca de experiências se organiza e se articula por meio das informações passadas pelos professores Ládio e Eliel, através do relatos de suas experiências. Esses sujeitos foram levados *a dizer*, ou seja, a falar de algo, de suas experiências, mas suas falas não ficam no nível de simples informações, elas transcendem o plano político e ideológico,

uma vez que nelas revelam-se preocupações outras que fogem da dimensão do discurso pedagógico, como por exemplo, a questão da terra.

A construção discursiva dos professores é marcada pelo uso do enunciado *Tekohá*, que significa “espaço de reprodução das relações sociais em seu sentido mais amplo” (LOURENÇO, 2008, p.99), e representa, ainda hoje, o lugar em que os índios se reúnem com outras parentelas, para suas práticas religiosas e também para se expressarem através dos rituais festivos, em que a reza e o canto ocupam lugares privilegiados. Desse ponto de vista, o discurso indígena transcende o espaço didático-pedagógico, pois a palavra *Tekohá* é tomada em sentido mais amplo. Essa palavra é tida então como um lugar de experiência dos professores, carregando em si um valor semântico significativo, visto que não se trata apenas de meios para expressar experiências dos sujeitos educadores que se mostram comprometidos com a ação educativa na Reserva.

Esse espaço, como os próprios professores enunciam, abre possibilidades de leitura pelo valor semântico que se pode atribuir a cada formulação, como por exemplo: levar as crianças e jovens a terem uma visão crítica diante da realidade vivenciada na Aldeia. É importante lembrar que a Educação Diferenciada foi elaborada para atender à demanda de cada Aldeia Indígena, na qual o aluno está inserido, ou seja, nas Aldeias Bororó, Jaguapiru e Panambizinho.

Pode-se dizer que a palavra *Tekohá* para os Kaiowá e Ñandeva está relacionada à questão espiritual e religiosa, enquanto que para os Terena, relaciona-se mais à questão de valor material ou sobrevivência. A Reserva Indígena de Dourados constituiu-se num espaço de terra demarcado onde os índios vivem num estado de confinamento humano, caracterizando-se como multiétnica e heterogênea. Uma Aldeia onde cada um dos povos traz bagagens culturais diferenciadas, o que inclui histórias de vida diferentes e até mesmo a situação de deslocamento e de contato com o outro. Esses fatos transformaram esse espaço num lugar de confronto e de conflitos, motivo que levou ao desencadeamento de problemas irreparáveis para os sujeitos no interior dessa Reserva. Para as etnias que residem na Aldeia Jaguapiru a relação com a terra passa pela luta por um território como condição de vida de seu povo, sendo que esses sujeitos aguardam, igualmente, uma posição do governo sobre a demarcação de suas terras.

Diante do que foi explanado até aqui, pode-se dizer que a relação de interação que os Terena mantêm com a terra é no sentido de estratégia e de sobrevivência; ao passo que para os Guarani, o sentido de terra é tido como símbolo de vida e de afirmação. Ainda no contexto

escolar, para os indígenas de Dourados, *Tekohá* é sinônimo de retorno à vida de seus antepassados e não se refere à realidade empírica do mundo, mas é produto da historicidade, que faz parte do efeito metafórico, posto que “a historicidade aí está justamente representada pelos deslizamentos (nas relações de paráfrase) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas, presença de uma ausência necessária com a alteridade” (ORLANDI, 2005, p.24).

Por outro lado, a *cidade* representa uma influência negativa na vida dos jovens e adolescentes indígenas que residem nas Aldeias. Em sua maioria, os jovens acabam se envolvendo com o drogas lícitas e ilícitas, adquiridas na cidade e levadas para a Aldeia. A cidade representa, ainda, a falta de oportunidade de emprego, um dos motivos pelos quais, algumas vezes, o índio é levado a cometer suicídio.

Os enunciados contidos na [A6]; atribuídos aos professores são simbólicos e podem ser recortados e observados como um *gesto de interpretação* por parte do analista e como *espaço de interpretação* (ORLANDI, 2007, p.15) pelo autor da Ata. Essa maneira de olhar o enunciado, no caso aqueles que discutem o *Tekohá*, revela que as palavras são atravessadas de sentidos e de silêncio.

É dessa forma que o discurso dos sujeitos sociais indígenas se materializa, seguindo suas visões de mundo, ou seja, trazendo uma leitura de como esses sujeitos pensam o mundo, uma vez que eles também são determinados historicamente e o modo como pensam já remete às “várias formações ideológicas correspondentes às várias formações discursivas” (BACCEGA, 2007, p.52).

Vale lembrar que os indígenas do município de Dourados convivem com a dissolução de seus traços identitários, devido à proximidade da Aldeia com o centro urbano de Dourados. Disso resulta que a cada dia dificulta a continuidade e a reprodução sociocultural por parte dos povos indígenas; um problema social que atinge as três etnias indígenas que residem nesse município. Tal situação pode ser evidenciada no enunciado: [g] *muitos depoimentos deixa retratar a grande dificuldade que há na comunidade*. É interessante observar que a construção discursiva está no plural, o que não exclui nenhuma das representatividades étnicas ali presentes. Esses sujeitos são fortemente marcados pelos parâmetros do etnocentrismo, da cultura da acumulação, da hierarquia do saber dos sujeitos em processo de interação entre aqueles que atuam a mais tempo na educação diferenciada e os que ouvem e procuram apreender a forma de se trabalhar a língua Guarani, mostrando também de maneira

explícita como se estabelecem as relações entre as etnias no interior da escola indígena de Dourados.

Por meio da representação de subjetivação dos sujeitos, procurou-se chegar à forma dos mecanismos discursivos, vendo o sujeito como *efeito* e o resultado de sua ação como um *processo*, atravessado por questões políticas e pelo viés ideológico, uma articulação que em AD não se dá de forma transparente, mas é atravessada por desigualdades e contradições.

Ao tratar da noção ideológica de sujeito e suas modalidades de subjetivação, buscou-se compreender o sujeito como efeito e sua prática como uma ação política e ideológica que se mostra no discurso dos Caciques: o Cacique Getúlio argumenta que há necessidade de preservar a cultura, mas deixa claro que essa responsabilidade cabe à escola, visto que ela está mais próxima da criança. Já o Cacique rezador Jorge diz realizar trabalho em várias áreas indígenas. É importante lembrar que esse sujeito, o ideológico, sob a luz do materialismo, não se reproduz apenas, mas é construído via memória, portanto, é constituído “por faltas, lacunas que são repletas de historicidade” (ORLANDI, 2003, p.41). Pode-se dizer que é essa historicidade que reflete [A6] quando, numa espécie de confraternização entre culturas diferentes: Guarani-Ñandeva, Guarani-Kaiowá, Caciques e outras representatividades, discute-se a melhor forma para se atuar na educação escolar diferenciada.

Essas etnias ainda se diferem em relação à aceitação da língua materna no processo educativo. Dessa forma, a análise não se limita ao espaço da historicidade, *intercultural*, mas permite compreender a inter-relação entre os povos, vendo como essa relação se processa, como ela se articula e como os índios partilham de conhecimentos e saberes que são próprio dos Guarani.

Assim, [A6] apresenta um discurso centrado na busca do que seja ideal para a educação na Aldeia, tencionando a afirmação de uma identidade étnica Guarani, que se tornou visível pelo enunciado, a exemplo do que ocorreu em [a]: *II Jejotopa Mbo' Ehary Kuera G/K na Escola Tengtui Marangatu*. Tratou-se, portanto, de ouvir o próprio índio que fala de sua experiência pedagógica vivenciada pela língua. A língua para os Guarani é símbolo de identidade primeira, é a posição na qual eles falam sobre o Ensino Diferenciado na Reserva Indígena de Dourados.

Segundo a leitura da [A6], podemos observar que se está diante de um discurso polifônico: é a voz da diferença, dos contrastes, dos sujeitos sociais em processo de interação. Um discurso intercultural. Em outras palavras, trata-se do discurso da diferença, que pode ser tido como um discurso lúdico, aberto a reversibilidade, caracterizado por ser um lugar de

comunicação e conhecimento. Lugar em que os discursos ocupam posições significativas e não apenas social.

ATA DE Nº. 07/1999¹⁵

Na [A7] o locutor instaura a voz dos seus interlocutores, que são [a] *pais* (formação discursiva da APM), *funcionários administrativos* (formação discursiva administrativa, *lideranças* (formação discursiva de lideranças indígena), *o chefe* (formação discursiva da Funai), que encontram-se determinadas ideologicamente e que atuarão em dois momentos: [a] *assuntos referentes as informações gerais da Associação de pais e mestres A.P.M;* [b] *e eleição do Conselho Didático Pedagógico.*

Nesta Ata, procura-se analisar a posição do sujeito no discurso, pois consideramos fundamental o sujeito e como ele se materializa no discurso. Diante disso, procuramos desvelar o papel do sujeito Locutor na elaboração da textualidade e de como ele inscreve os seus interlocutores na Ata.

É o ocorre, por exemplo, quando o Locutor inscreve as informações acerca da verba:

[a] *De início o presidente da A.P.M Josias Aedo marques usou a palavra para explicar aos presentes de como está o andamento e aplicação das verbas recebidas. Neste mês recebemos o dinheiro no valor de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais) já estamos com um débito de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) e o restante será gasto de acordo com as necessidades da escola.*

[c] *Logo após foi formado o Conselho Didático Pedagógico componentes um docente Prof. Dorcas, um coordenador Jeremias Pereira Luna, um Diretor João Machado, um representante dos Discentes a aluna Abigail e um secretário Pedrina Machado. Nada mais havendo a ser tratado, foi dada por encerrada a reunião as 15:30, quinze horas e trinta minutos.*

Tomando-se os segmentos acima, pode-se afirmar que os enunciados não comportam um sentido completo, isso quer dizer que parte de seu sentido está no que os outros dizem e vice-versa. Na prática, o limite que separa o sujeito de seu discurso é muito tênue. O dizer do sujeito está no dizer do eu, enquanto figuras de locutor e enunciadador. Ele não é um indivíduo concreto, ele se constitui na interação social, na instância da linguagem, sobretudo através do processo histórico e social mais amplo. Ele pertence a uma classe social, não é um ser

¹⁵ [A7] Aos vinte e seis dias do mês de outubro de hum mil e novecentos e noventa e nove, as quinze horas, reuniram-se com os pais e funcionários administrativos, juntamente com os pais lideranças e chefe do posto, reunião esta presidida pelo Diretor João Machado, para tratar de assuntos referentes as informações gerais da Associação de pais e mestres A.P.M e eleição do Conselho Didático Pedagógico. De início o presidente da A.P.M Josias Aedo marques usou a palavra para explicar aos presentes de como está o andamento e aplicação das verbas recebidas. Neste mês recebemos o dinheiro no valor de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais) já estamos com um débito de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) e o restante será gasto de acordo com as necessidades da escola. Logo após foi formado o Conselho Didático Pedagógico componentes, um docente Prof. Dorcas, um coordenador Jeremias Pereira Luna, um Diretor João Machado, um representante dos Discentes a aluna Abigail e um secretário Pedrina Machado. Nada mais havendo a ser tratado, foi dada por encerrada a reunião as 15:30, quinze horas e trinta minutos.

passivo, é constituído numa relação de interlocução, inserido num contexto heterogêneo, um lugar de prática e de saberes. O sujeito também não é um registrador de informações, ele tem uma visão ampla da realidade, apesar de seu espaço pertencer a um contexto escolar específico.

[d] *Aos vinte e seis dias do mês de outubro de hum mil e novecentos e noventa e nove, as quinze horas, reuniram-se com os pais e funcionários administrativos, juntamente com os pais lideranças e chefe do posto, reunião esta presidida pelo Diretor João Machado, para tratar de assuntos referentes as informações gerais da Associação de pais e mestres A.P.M e eleição do Conselho Didático Pedagógico.*

Nesse caso, o sentido “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1988, p.160).

Para Pêcheux, “o sujeito se constitui pelo esquecimento” (1988, p.163), explicando que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeito de *seu* discurso) pelas formações discursivas” (PÊCHEUX, 1988, p.161). O autor deixa claro, porém, que essas formações discursivas não têm seu sentido vinculado à sua literalidade, mas são representadas na linguagem pelas formações ideológicas que lhes são correspondentes. Esclarece ainda que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva” (PÊCHEUX, 1988, p.163) que lhe é correspondente. A formação discursiva e a formação ideológica são constitutivas do sujeito do discurso. No caso da [A7] temos como sujeitos/interlocutores: pais e funcionários administrativos, portanto o Locutor instaura apenas um sujeito, que pertence à formação discursiva administrativa.

É importante ressaltar ainda que não há um sentido literal no dizer. Diante disso pode-se dizer que os enunciados [e] *De início o presidente da A.P.M Josias Aedo Marques usar a palavra* [f] *o restante será gasto de acordo com as necessidades da escola*, podem significar passar informações ou até mesmo uma forma de argumentar, ou seja, de persuadir ou convencer o outro. Diante do exposto, o que está registrado em [A7] será apenas o efeito da realidade, “ela produz a aparência da unidade do sujeito e a transparência do sentido” (ORLANDI, 2008, p.56). Assim, tanto sujeito quanto sentido se constituem na dispersão do texto, cuja reflexão analítica perpassa posições de sujeitos (que correspondem a várias formações discursivas), visto que não há um sujeito empírico em si, mas um sujeito que está inserido no campo da interpretação, não do texto/Ata. Esse sujeito não está no seu conteúdo, mas numa instância significativa que atravessa o texto.

Dessa forma, em [A7], o funcionamento do discurso se caracteriza como sendo um discurso polêmico, porém, apesar de os interlocutores estarem igualmente destacados, a reversibilidade se mostra como relativa.

ATAS DE N.º. 08¹⁶ e 09/1999¹⁷

As Atas [8] e [9] tratam de um mesmo tema: o Meio Ambiente. Esse tema está ligado ao espaço onde o homem desenvolve suas atividades, incluindo também a vida dos animais e vegetais. Estudá-lo faz parte dos temas transversais, presentes no currículo pedagógico da Escola *Tengatui* e das extensões. De acordo com o RCNEI, os temas transversais: Terra e Conservação da Biodiversidade; Auto-Sustentação (agricultura/artesanato) e Saúde (DST, AIDS, Drogas, Alcoolismo, Fumo e Suicídio) permitem a criação de um elo de discussão entre as áreas de estudo, atendendo o que pede a Constituição: respeito à proteção ambiental, um direito fundamental de todos os brasileiros. É nesse sentido que a escola promove uma palestra a fim de inserir a questão ecológica no cotidiano dos alunos da Reserva Indígena.

Na [A8] o Locutor instaura a reunião: [a] *No dia 21 do mês de setembro de um mil e novecentos e nove, a Escola Tengatui Marangatu* e instaura também a ação: [...] *deram início ao plantio de mudas frutíferas e ornamentais nas dependências das Escolas*. A começar a inscrever, o Locutor explica que a reunião teve o acompanhamento do Locutor/supervisor, ou seja, ele se instaura como Locutor e enunciador simultaneamente.

É importante destacar que, quando o Locutor instaura o evento, ele traz outros sentidos, porque, para compreender a relação índio e meio ambiente, é preciso retornar à história da Reserva Indígena, ou seja, a sua memória discursiva, aquela que constrói um percurso na memória histórica dos índios.

¹⁶ [A8] No dia 21 do mês de setembro de um mil e novecentos e nove, a Escola Tengatui Marangatu, juntamente com as extensões, direção, supervisores, professores e alunos deram início ao plantio de mudas frutíferas e ornamentais nas dependências das Escolas Polo e extensões. Anteriormente foi trabalhado nos didáticos pedagógicos, referente ao meio ambiente, que inclusive faz parte de nosso Currículo. Lembrando que as mudas foram trazidas do canteiro de reflorestamento da Prefeitura Municipal deste município. O trabalho voltado para ecologia teve como continuidade através da Escola Fesk (inglês), que doou 140 mudas, frutíferas e ornamentais, foram plantadas as margens da lagoa, “Campo do Raul” e Comunidade, eu Jeremias Pereira Luna, lavrei o presente registro onde vai assinada por mim e demais que participaram dos trabalhos ecológicos.

¹⁷ [A9] No dia 17 de novembro de 1999 as 8:hs na Escola Francisco Hibiapina, deu se início a palestra sobre o mosquito *Aedes Aegypti*, conhecido como vetor, causador das doenças da dengue e febre amarela. Na abertura da palestra o diretor, João Machado, aproveitou o momento para alertar as crianças à necessidade de preservarmos o meio ambiente, lembrou das queimadas, dos agrotóxicos nas proximidades do lago e do problema que nos traz o lixo. Conscientizou as crianças de preservar a natureza. Em seguida a Sr^a Cleineide Rodrigues Araujo, palestrante, esclareceu a todos o que é a dengue e os perigos que ela nos causa, os estágios, os sintomas e o mais importante; como evita-la. Da mesma forma como aconteceu na Escola Francisco Hibiapina, foi realizado na Escola Tengatui Marangatu –Polo. Após a palestra a ministrante foi até as salas de aula complimentar o trabalho. Queremos lembrar também que o mesmo trabalho aconteceu nas extensões. Pois temas como: lixo, doenças venéreas, dange, e muitas outras, faz parte dos temas transversais dos Pcms. Eu Jeremias Pereira Luna acompanhei e registrei os trabalhos ocorrido em nossa Escola. Dourados – MS. 17 de Novembro de 1999.

O Locutor instaura seus enunciatórios: [b] *as extensões, direção, supervisores, professores e alunos*, que podem ser vistos como as formações discursivas. Ele explica que o tema sobre ecologia [c] *Anteriormente foi trabalhado*. Enfatiza ainda que o meio ambiente: [d] *inclusive faz parte de nosso Currículo*, ressaltando que [e] *O trabalho voltado para ecologia teve como continuidade através da Escola Fesk (inglês)*. Estamos diante da organização da memória do Locutor, havendo uma transferência do discurso administrativo para o discurso pedagógico operado por meio do discurso.

A forma como o Locutor se enuncia pode ser observada também nos seguintes recortes:

- a) O Locutor não somente modela seu discurso, mas também dá corpo e imagem ao dito: [f] *eu Jeremias Pereira Luna, lavrei o presente registro onde vai assinada por mim e demais que participaram dos trabalhos ecológicos*;
- b) O locutor dá corpo e imagem do outro a quem o discurso se destina: [g] *a Escola Tengatui Marangatu, juntamente com as extensões, direção, supervisores, professores e alunos deram início ao plantio de mudas frutíferas*.

É importante ressaltar que é na memória que o sujeito e o sentido se inscrevem. O sujeito é essencialmente histórico, ele é “atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do efeito imaginário, [ele] só tem acesso a partir do que diz” (ORLANDI, 2001, p.48). Além disso, na [A8], esse sujeito não é o sujeito subjetivo, mas ideológico, nele outras vozes falam, inclusive a sua, conforme se vê em [h] *O trabalho voltado para ecologia teve como continuidade através da Escola Fesk (inglês)*, ficando assim no nível do interdiscurso, que é o discurso sobre o Meio Ambiente. Disso decorre também que a concepção de linguagem não está mais assentada na homogeneidade e na transparência dos sentidos, mas na heterogeneidade da própria superfície discursiva, o que leva necessariamente à abertura dos sentidos. Nesse caso, a evidência no sentido é um efeito ideológico.

O funcionamento do discurso da [A8] indica uma única fala, só há um referente, que é ao mesmo tempo locutor/enunciador; o discurso, nesse caso, pertence ao discurso polêmico, pois é representado pela formação discursiva administrativa.

Já na [A9], os sentidos são simbólicos e constituem processos nos quais a ideologia se faz presente. O Locutor da [A9] registra: [a] *As 8:hs. na Escola Francisco Hibiapina, deu se início a palestra sobre o mosquito Aedes Aegypti, conhecido como vetor, causador das doenças da dengue e febre amarela*. Em seguida, explica que a reunião ocorreu num primeiro

momento na Escola *Tengatui Marangatu-Polo* e em seguida na Escola Francisco Hibiapina (Extensão).

No texto, o Locutor enuncia os seus interlocutores a partir de dois pontos de vista: o diretor João Machado e a palestrante Sr^a. Cleineide Rodrigues Araújo. Portanto, enuncia duas formações: uma administrativa e outra da saúde. Entretanto, em [A9] pode-se falar em outras formações discursivas além das áreas da saúde e pedagógica, temos, por exemplo, a formação discursiva da ecologia (preservação do Meio Ambiente).

Primeiramente, o Locutor anuncia o Diretor João Machado: [b] *Na abertura da palestra o diretor, João Machado... aproveitou o momento para alertar as crianças à necessidade de preservarmos o meio ambiente, lembrou das queimadas, dos agrotóxicos nas proximidades do lago e do problema que nos traz o lixo. Conscientizou as crianças de preservar a natureza.* De acordo com Orlandi (2001, p.45): “Esta forma-sujeito corresponde, historicamente, ao sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo (responsável pelo que diz), um sujeito com seus direitos e deveres”. A evidência do discurso ideológico produz um efeito de subjetividade, conforme se pode observar no relato do Locutor.

O Locutor diz que o diretor “aproveita” o momento e assume a vez e a voz do palestrante, passando da formação discursiva administrativa para a formação ideológica, ou seja, o sujeito desloca-se de sua posição administrativa para assumir outra posição, a do palestrante. Mas isso não significa que se deslocou o sentido, mas sim que houve a manutenção do discurso de poder. De acordo com Orlandi (2001), identificamo-nos com certas ideias, com certos assuntos, com certas afirmações porque temos a sensação de que elas correspondem a algo que temos em mente. Orlandi chama esse *algo* de interdiscurso, o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram se constituindo em nossa relação com a linguagem. Para essa estudiosa, filiamo-nos à rede de sentidos, identificando-nos com processos de significação e nos constituímos por meio de posições de sujeitos relativas às formações discursivas, em face das quais os sentidos fazem sentidos.

Podemos dizer que o Locutor organiza o discurso do seu interlocutor, o diretor João Machado, inscrevendo os assuntos abordados pelo mesmo: [d] *as queimadas, os agrotóxicos nas proximidades do lago e o problema do lixo*, e diz, ainda, que o diretor [e] *Conscientizou as crianças de preservar a natureza a natureza.* Podemos dizer que a tomada de posição do diretor, passando à frente da palestrante, demarca um discurso de poder e de autoridade, pois quem fala o faz de algum lugar. Trata-se de um mecanismo ideológico de poder e saber: *aproveitou* o momento; *alertar* as crianças; *lembrou* das queimadas; *Conscientizou* as

crianças são enunciados que, tomados isoladamente, demarcam o discurso de saber e poder, que nada mais é que um efeito do mecanismo ideológico. O diretor, nesse caso, fala como sendo uma formação discursiva da Saúde, crendo que sua fala equivale à do palestrante.

O Locutor instaura o enunciador/palestrante: [f] *Em seguida a Sr^a Cleineide Rodrigues Araujo, palestrante, esclareceu a todos o que é a dengue e os perigos que ela nos causa, os estágios, os sintomas e o mais importante; como evita-la*, lembrando que os assuntos discutidos pelo diretor e também pela palestrante estão de acordo com os Temas Transversais, conforme o Projeto Pedagógico, que são a Terra e Conservação da Biodiversidade (dos seres vivos com o meio ambiente); Auto-sustentação/Agricultura e Saúde. Os temas transversais também estão de acordo com o RCNEI, uma vez aplicados à educação indígena permitem que haja um elo de discussão entre as três nações indígenas na Aldeia Indígena de Dourados, conforme inscrito no Projeto Pedagógico.

A palestra sobre o *Aedes Aegypti*, um dos temas transversais na área da Saúde deve ser desenvolvida por profissionais da área médica, ou seja, qualificados, como é o caso da Sr^a Cleineide Rodrigues Araujo, palestrante, conforme anunciado pelo Locutor da [A9]. Em seguida [g] *a Sr^a Cleineide Rodrigues Araujo, palestrante, esclareceu a todos o que é a dengue e os perigos que ela nos causa, os estágios, os sintomas e o mais importante; como evita-la; esclareceu a todos... os perigos... os sintomas... e o mais importante; como evita-la*. Aqui, a linguagem deixa de ser um simples instrumento de comunicação, passando a ser uma mediadora entre as nações indígenas ali representadas, no sentido de levar os alunos a modificarem o seu modo de se relacionarem com o meio ambiente, uma ação com o intuito de promover uma transformação.

O Locutor explica ainda que: [i] *Da mesma forma como aconteceu na Escola Francisco Hibiapina*, deixando claro que o procedimento da reunião na Escola Extensão seguiu o mesmo procedimento em relação à palestra na referida escola.

Tomando como referência o discurso de [A9], a reflexão leva a um funcionamento do discurso de categoria polêmica, visto que apesar de haver interação entre os interlocutores, a ideologia se organiza e atua mediante uma consciência de um consentimento espontâneo de seu interlocutor (sujeito assujeitado), o que faz com que, quem assume a palavra na maior parte do tempo seja o Diretor (sujeito ideológico). Esse sujeito ocupa a posição do discurso de poder, que pertence à formação discursiva administrativa.

ATA DE Nº. 10/1999¹⁸

Na [A10] o Locutor 1, ao inscrever a pauta do dia treze de novembro de 1999, diz que a reunião na Escola *Tengatui Marangatu* tinha [a] *finalidade de avaliar o trabalho pedagógico*. O mesmo Locutor explica que o Diretor/enunciador [b] *deu início a reunião colocando a pauta da mesma que logo após ser feita oralmente foi registrado no quadro pela professora Sirlene*. Explica em seguida que a reunião tem como finalidade também discutir a [c] *parte administrativa* (que pertence à instância da formação administrativa) e *parte Pedagógica* (que pertence à instância da formação discursiva pedagógica).

Na instância administrativa avaliou-se:

[d] *merenda os professores pediram no ano que vem tenha uma pessoa certa para chamar as turmas para o lanche e assim não acontecer de deixar esquecer alguma turma;*

[e] *Os professores da extensão Francisco Hibiapina disseram que seria melhor que se no ano que vem o lanche fosse feito na própria escola;*

[f] *O supervisor Jeremias que este ano ficou responsável pela TV escola como seleção e gravação de fitas, falou a respeito disso, colocando a falta de vídeo relacionados aos conteúdos trabalhados;*

¹⁸ [A10] Aos treze dias do mês de novembro de hum mil novecentos e nove, reuniram-se na Escola *Tengatui Marangatu* funcionários da mesma com a finalidade de avaliar o trabalho pedagógico. O Diretor deu início a reunião colocando a pauta da mesma que logo após ser feita oralmente foi registrado no quadro pela professora Sirlene. Na parte administrativa serão avaliados: serviços gerais, merenda escolar, limpeza, materiais didáticos, biblioteca, vídeo, supervisão, Direção, horário de trabalho. Parte Pedagógica: Ensino Aprendizagem, rendimento escolar, Pontualidade com o horário, deveres para com a coordenação e Secretaria. Ensino Diferenciado e os temas referentes ao Projeto Pedagógico. Estiveram presentes na reunião o chefe do Posto Indígena de Dourados, Sr. Alexandre Croner, o Capitão Lucioano Arévalo e o Cacique da tribo Guarani, Sr. Catalino. O de Chefe e o Capitão elogiaram o trabalho que a Escola vem realizando. Logo após a fala das lideranças aconteceu a avaliação sobre a merenda e a limpeza. Quanto a merenda os professores pediram no ano que vem tenha uma pessoa certa para chamar as turmas para o lanche e assim não acontecer de deixar esquecer alguma turma. Os professores da extensão Francisco Hibiapina disseram que seria melhor que se no ano que vem o lanche fosse feito na própria escola. O supervisor Jeremias que este ano ficou responsável pela TV escola como seleção e gravação de fitas, falou a respeito disso, colocando a falta de vídeo relacionados aos conteúdos trabalhados. O supervisor falou também a respeito de seu trabalho e pediu os professores colocarem também suas ideias ou fazer a sua avaliação a respeito do trabalho da supervisão. Em seguida a professor Edina que este ano atuou como supervisora, elogiou seus professores do Ensino Diferenciado e falou das dificuldades que teve principalmente por não ter o curso de Pedagogia. Eu, supervisora Francelina, coloquei sobre a dificuldade que tive de acompanhar mais de perto os professores devido às muitas outras atividades que tivemos durante o ano como: cursos, Projeto Pedagógico, Regimento Escolar. Quanto à direção o diretor colocou que o trabalho na Escola deve ser em conjunto. É necessário a cooperação de todos para que a Escola melhore cada vez mais. Na avaliação da professora Teodora ela falou a respeito da limpeza dos talheres para que melhore mais e da cooperação de todos nas atividades como elaboração do Projeto Pedagógico. O diretor falou ainda a respeito do Projeto de Ensino Diferenciado que foi aprovado pelo MEC, e também saiu na revista da TV Escola. Quanto ao turismo na Escola definiu-se que poderá continuar mas ainda será feita uma outra forma de organização. Foi proposto uma taxa de Cem Reais por cada visita, ou seja, por ônibus. Nada mais a ser tratado deu-se por encerrada a reunião. Eu Francelina, lavrei esta ata que vai assinada por mim e os demais funcionários.

[g] *O supervisor falou também a respeito de seu trabalho e pediu os professores colocarem também suas ideias ou fazer a sua avaliação a respeito do trabalho da supervisão.*

Na instância pedagógica avaliou-se:

[h] *a professor Edina que este ano atuou como supervisora, elogiou seus professores do Ensino Diferenciado e falou das dificuldades que teve principalmente por não ter o curso de Pedagogia;*

[i] *Eu, supervisora Francelina, coloquei sobre a dificuldade que tive de acompanhar mais de perto os professores devido às muitas outras atividades que tivemos durante o ano como: cursos, Projeto Pedagógico, Regimento Escolar;*

[j] *Quanto à direção o diretor colocou que o trabalho na Escola deve ser em conjunto. É necessário a cooperação de todos para que a Escola melhore cada vez mais;*

[k] *Na avaliação da professora Teodora ela falou a respeito da limpeza dos talheres para que melhore mais e da cooperação de todos nas atividades como elaboração do Projeto Pedagógico;*

[l] *O diretor falou ainda a respeito do Projeto de Ensino Diferenciado que foi aprovado pelo MEC, e também saiu na revista da TV Escola.*

O Locutor da [A10] inscreve, ainda: [m] *o chefe do Posto Indígena de Dourados, Sr. Alexandre Croner, o Capitão Lucioano Arévalo e o Cacique da tribo Guarani, Sr. Catalino: três líderes, sendo o primeiro representante da Funai e os outros dois, líderes indígenas. Essas representações estão demarcadas ideologicamente, são formações discursivas diferenciadas que pertencem a formações ideológicas também diferenciadas, cujos enunciados podem ser avaliados como discurso de poder e de autoridade. Um exemplo bastante significativo pode ser observado no seguinte recorte: [n] *Logo após a fala das lideranças aconteceu a avaliação sobre a merenda e a limpeza.* Tem-se assim: a FD do Chefe (Funai), a FD do Capitão (líder político) e FD do Cacique (líder espiritual). Apesar de a AD abordar o texto na dimensão simbólica, ele é historicidade, ou seja, ligado à memória, cuja materialidade deixa vestígios. Nesse sentido, pode-se dizer que para os povos indígenas, seus respectivos líderes exercem uma profunda influência do ponto de vista da educação para os mais jovens, o que demonstra que, apesar da aculturação sofrida pelos povos indígenas da região da Grande Dourados, a integração entre o passado e o presente encontra na figura do Cacique o sentido mais profundo do modo de ser Guarani: “o Cacique da tribo Guarani, Sr. Catalino”, já o capitão está mais ligado a exercer a tarefa de autoridade da tribo, conforme constata Shaden (1974).*

É importante mencionar ainda que a leitura do sujeito social etnicamente diferenciado é feita de um lugar que Estudos Culturais denominam “entrelugar”, ou seja, o lugar da diferença, da ausência necessária, do não-pertencimento, o lugar da exclusão das culturas étnicas.

Os sujeitos sociais que são os interlocutores vivem na Reserva Indígena de Dourados, que é constitutiva de uma pluralidade, mas também lugar da subjetividade, da ilusão do sujeito do discurso. Nesse caso, diz-se que a textualização, inscrita pelo Locutor 1, é a manifestação das instâncias enunciativas, representada pela FD administrativa e FD pedagógica (que vão formar o jogo ideológico presente em [A10]). Assim, é no interdiscurso, isto é, nos vãos entre o dito e o não-dito que se encontra a formação discursiva.

O Locutor, ao enunciar todo um conjunto de assuntos abordados, como: serviços gerais, merenda escolar, limpeza, materiais didáticos, biblioteca, vídeo, supervisão, direção, horário de trabalho, procura dar coerência ao propósito da reunião, ficando aí na ordem do intradiscurso, ou seja, na sequência discursiva que ele enuncia. Da mesma forma, o mesmo Locutor anuncia que na parte pedagógica haveria uma avaliação sobre Ensino-aprendizagem, rendimento escolar, pontualidade com o horário, deveres para com a coordenação e secretaria, o Ensino Diferenciado e os temas referentes ao Projeto Pedagógico. Os discursos materializados na ação de linguagem dos sujeitos enunciadorese se processam na articulação entre o *intra* (plano de expressão), pertencendo ao plano linguístico, o que remete à noção de *inter* (discurso), o interdiscurso (no plano discursivo), este no plano da enunciação.

É na relação entre o sistema da língua (que é a base de processos discursivos diferenciados) e a formação discursiva (aquilo que se diz de uma determinada formação ideológica, a partir de uma posição dada, que determina o que pode e deve ser dito), que se realizam a prática discursiva em [A10], na qual os sujeitos representados segundo suas respectivas formações discursivas se produzem e se reconhecem como sujeitos na história.

Entretanto, essa relação entre o intradiscurso e o interdiscurso não se dá diretamente, de maneira homogênea. Como pode ser visto, há fronteiras entre o linguístico e o discursivo que são constantemente deslocadas em toda prática discursiva. É nesse sentido que Pêcheux diz que as sistematicidades não funcionam de forma homogênea, mas heterogênea; e o texto (Ata) é o lugar material no qual se realizam esses efeitos de sentido. A fronteira provém, portanto, da autonomia relativa da língua e aquilo que provém da determinação das formações discursivas, que são sempre instáveis, sendo que, no plano de sua formulação, a Ata é uma espécie de ponto de convergência, visto que a análise remete às condições de produção, que são por natureza contraditórias.

Para a AD, o texto em sua própria constituição não pode ser assim entendido como fechado em si, mas aberto pela sua própria característica, que é heterogênea. Nesse sentido, o discurso não segue uma ordem, mas é atingido por processos de memória ideológica.

Na [A10] podemos verificar um movimento em relação à presença da fala dos interlocutores, no que tange o fazer administrativo, ou seja, das falas das lideranças: *Quanto à merenda os professores pediram; Os professores da Extensão Francisco Hibiapina disseram; O professor Jeremias [...] falou; O supervisor falou também; Em seguida a professora Edina [...] elogiou; Eu supervisora Francelina coloquei; o diretor colocou; A professora Teodora falou; O diretor falou ainda*, são todos enunciados que atestam uma abertura à reversibilidade.

Na [A10] entendemos também que, apesar de estar em pauta: [o] *Parte Pedagógica: Ensino Aprendizagem, rendimento escolar, em nenhum momento se fala a esse respeito, por isso, entendemos que apesar*, a interação entre os interlocutores pertence ao funcionamento discursivo polêmico, pois o sujeito, ou o fazer pedagógico não se expõe e a reflexão da materialidade se assenta no administrativo, assim sendo, a polissemia (no sentido da posição do professor) é contida.

ATA DE Nº. 11/1999¹⁹

A análise da [A11] abre a discussão sobre o que se pode chamar de “o exercício do poder intrinsecamente ligado à educação” (PARO, 2008, p.10). São interlocutores: os professores concursados, supervisores e diretor, mas não está claro quem é o Locutor/enunciador, ou seja, o sujeito que enuncia, ou aquele que se dirige aos seus enunciatários. Sabe-se que o espaço da enunciação é a Escola *Tengatui Marangatu-Polo*.

Na [A11], o Locutor instaura a reunião, cuja pauta era o: [a] *preenchimento da ficha de avaliação referente ao ano de noventa e nove* e relata que: [b] *Foi discutido com os professores cada item referente à avaliação*. O Locutor afirma ainda que uma discussão antecedeu o preenchimento da ficha. No entanto, esse fato não está claro, possibilitando outras leituras do enunciado dito, por exemplo, em [b]. Isso demonstra que acerca da constituição e formulação dos sentidos, há todo um processo de formulação do dizer. Isso se deve ao fato de o enunciado não estar concluído, havendo todo um processo de formulação do dizer.

Como se sabe, a escola é um dos pilares de sustentação do Aparelho Ideológico do Estado, e a escola indígena não foge à regra. Desse ponto de vista, ela é historicamente um lugar de reprodução de um discurso dominante; e para manter-se no poder o sujeito utiliza-se de princípios ideológicos edificantes, capazes de atingir, de forma eficiente, a política de relações no interior da própria instituição. Sua função é dissimular o problema da transmissão de poder que se perpetua no interior da instituição, ainda que se pautem pelos princípios democráticos. Ao observar a passagem na qual está dito: [c] *reuniram-se na escola Tengatui Marangatu todos os professores concursados, supervisores e diretor para preenchimento da ficha de avaliação referente ao ano de noventa e nove*, procura-se mostrar que: “A escola atua através da convenção [...] através de regulamentos, do sentimento de dever que preside o DP e esta veicula” (ORLANDI, 1996, p.23) A esse mecanismo, Orlandi chama *circularidade*, considerando, ainda, esse tipo de discurso com um funcionamento estruturante e relacionado a sua exterioridade.

A AD nesse sentido vai à busca de compreender o funcionamento da linguagem e não a sua função em um determinado discurso. Diante disso, pergunta-se: o discurso pedagógico

¹⁹ [A11] Aos quinze dias do mês de Dezembro de hum mil novecentos e noventa e nove reuniram-se na escola Tengatui Marangatu todos os professores concursados, supervisores e diretor para preenchimento da ficha de avaliação referente ao ano de noventa e nove. Foi discutido com os professores cada item referente à avaliação.

do índio, visto como um discurso produzido dentro de uma representação da cultura dominante, também estaria em defesa do discurso da diferença?

Este trabalho busca índices materializados na formulação do enunciado, cuja enunciação possa dar resposta à questão levantada de que a manutenção do discurso de poder está materializada num *corpus* em estudo. Na [A11] está posto é o que foi discutido com os professores, são itens referentes à avaliação, no entanto, o texto não explicita quais seriam esses itens, então se compreende que não está clara a avaliação anunciada, ou seja, é preciso buscar em seu exterior, no que não está dito, ou o que está silenciado no texto, para sabermos o funcionamento da linguagem no interior da Aldeia.

Mesmo porque não se nota a interação entre os interlocutores ali presentes, esse fato nos leva à dispersão dos sentidos e do sujeito como condição de existência do discurso. Tudo isso pode ser observado, se considerarmos que os sujeitos sociais mencionados neste trabalho têm uma história de vida marcada pelo signo da exclusão e da contradição, sua constituição e construção fazem parte de um sistema de hierarquia e de perpetuação da ordem social.

Dessa forma, ao se problematizar a construção de uma escola diferente na Aldeia Indígena, está-se trilhando caminhos que levam a uma dimensão que se coloca entre o real e a busca pela diferença, um olhar pautado pelo viés do próprio sujeito. Os sujeitos interlocutores da [A11] estão inscritos na ordem do interdiscurso, pois pertencem à ordem do dizível e só adquirem especificidade dentro da dimensão histórica das diferentes formações discursivas. Enfatize-se que, “no interdiscurso não há lugar para o sujeito” (ORLANDI, 1993, p.164) empírico, sendo que o sujeito do qual se fala é social e está inserido num plano social, político e histórico da Reserva Indígena de Dourados.

Na [A11] não é possível identificar o sujeito da enunciação; neste sentido, para encontrá-lo faz-se necessário atribuir uma distinção entre texto e discurso. Enquanto o discurso é uma dispersão de textos, o texto aqui deve ser visto como uma dispersão de sujeitos apenas para explicar a voz do Locutor da Ata que instala o seu enunciatário. O sujeito não é empírico, ele pertence à ordem das vozes sociais, que faz parte de outras instituições, sendo exterior ao conteúdo temático do texto e das vozes dos personagens (interlocutores), então não é possível saber quem é o locutor/enunciador da [A11].

Para mostrar que a ideologia também se apresenta como as intenções não explicitadas é preciso que se entenda que há um processo de interpelação e um assujeitamento do indivíduo pela língua para que ele se signifique, conforme Pêcheux destaca (1988). É nesse sentido que se diz que a língua é a responsável pela realização do discurso. Daí dizer que a ideologia é a própria realização do sujeito e do sentido se constituindo. Por isso se diz que na

[A11], o discurso foi preenchido apenas com a intenção em avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido na escola indígena no ano de 1999. Nesse caso, podemos dizer que a questão da ideologia surge justamente aí, pois o que está em questão é a própria avaliação, pois não está claro os critérios dessa avaliação.

Assim, é preciso pensar a relação com o outro na [A11]. Pode-se observar que, o que está dito não deixa claro se houve uma *avaliação*, o que coloca em questão o silenciamento dos interlocutores. Essa construção permite inferir que houve questões que levaram à discussão por parte dos componentes do grupo que fizeram parte da reunião. Deixando aberto a outras interpretações por parte do leitor, que diante do exposto atribuiu-se ao funcionamento da [A11] um tipo de discurso que tem uma tendência para o polêmico, visto que só se ouve a fala de um interlocutor, que remete a ideia de um discurso administrativo.

ATA DE Nº. 12/1999²⁰

Na [A12] a pauta se inscreve no campo da *avaliação* do trabalho pedagógico na Escola *Tengatui* e extensões, mas se estende também aos trabalhos prestados à Educação Indígena pelas assessorias da UFMS e SEMED. Aproveitou-se também para avaliar o acompanhamento de estagiários nas salas de aula das escolas indígenas. Trata-se da última reunião do ano de 1999, quando foi implantado o Ensino Diferenciado. O Locutor da [A12] é o próprio Diretor, ou seja, ele também é o enunciador. É ele que, ao inscrever os seus interlocutores, também se inscreve, representando aí o Locutor 1. Esse Locutor inscreve o seu enunciador, o seu interlocutor e vai tecendo as falas dos outros. Em alguns momentos, a sua própria voz de Locutor interpela o outro e faz-se ouvir nas quebras dos discursos.

Todos os sujeitos envolvidos na trama do fio discursivo são igualmente sujeitos interpelados pela palavra e pela “verdade”, por isso se diz que eles estão no plano simbólico e ideológico. Diante do que se vê a constituição do discurso em estudo, se dá por meio a emissão de opinião, de sugestão, de conselhos, configurando o interdiscurso.

O Locutor 1 anuncia que: [a] *Aos 17 dias do mês de Dezembro de 1999 reuniram-se nas dependências da E. M. Tengatui Marangatu o Diretor da Escola, Técnica da Seme Prof: Luciene, Prof Adir Casaro da UFMS, Professoras Estagiárias da UFMS e Professores da Tengatui que receberam as estagiárias.*

A [A12] traz diferentes formações discursivas: FD da SEME, como o órgão mantenedor da Escola Indígena, a FD da UFMS, na função de assessoria do Projeto

²⁰ [A12] Aos 17 dias do mês de Dezembro de 1999 reuniram-se nas dependências da E. M. Tengatui Marangatu o Diretor da Escola, Técnica da Seme Prof: Luciene, Prof Adir Casaro da UFMS, Professoras Estagiárias da UFMS e Professores da Tengatui que receberam as estagiárias. No 1º momento da Profª Luciene falou sobre o encontro que seria de avaliação, em seguida, a prof. Adir falou que a avaliação dos trabalhos serão para melhorar outras atividades futuras. A coordenadora achou que o estágio muito contribuiu para o andamento da escola e houve um bom intercâmbio entre professores das salas e alunos. A prof. Florinda e Franceline verificou que sempre deve ter esse relacionamento e ficar numa única sala e antes do começo do estágio deverão dialogar de preferência mais com as professoras das salas. Josias Aedo somou resultado o estágio na escola e rendeu mais nas 2ª, 3ª, 4ª séries. A profª. Adir o estagiário conhecer na real sala vivencia professores, alunos e até administrativamente. Todas as professoras acham que a escola devem continuar recebendo futuros estagiários. João achou que o estágio mais organizado no ano de 99 foi a da UFMS. E também inclui as extensões, escola do Agostinho, Araporã e outras. Profª Matilde foi gratificante e conheceu a realidade da comunidade, ela gostaria que continuasse o rodízio de estágio e a organização da escola é boa. Sugestão adquirir mais livros de literatura infantil para os alunos. A Profª Elizabete gostou das aulas e os alunos das atividades de reforços. A recepção e a acolhida foram marcantes para professora Cristina e verificar solução para as faltas de frequência dos alunos. A realidade local deveria ser trabalhado mais “em loco” segundo a Profª Ivete e deixar mais o livro didático. Eliane achou bom o relacionamento na escola, dificuldade por não ter meio de comunicação e informatizar a Secretaria da escola para produzir mais e A escola deveria procurar uma outra dinâmica melhor para dar aula para não haver desinteresse dos alunos e criar materiais didático.melhor e gostaria de trabalhar na escola chegou pensar. A produção de sucesso de uma escola depende do conhecimento que ela tem dessa comunidade, principalmente, a cultura onde ela está inserida. Sem mais nada eu João Machado lavrei a ata que vai assinado.

Pedagógico Diferenciado da Escola Indígena, a FD formada pelos estagiários, a FD administrativa, formada pelo Diretor e Coordenadores da Escola Indígena, a FD pedagógica, formada por professores que atuam na educação diferenciada, lembrando que, em AD, os sujeitos são vistos como históricos e constituem-se segundo gestos de interpretação do Locutor da Ata. Eles, os sujeitos sociais, significam segundo suas posições e seus discursos se materializam especificamente pela ideologia, pois cada entidade ali representada articula formações ideológicas específicas. De acordo com Orlandi (2003, p.20): “As diferentes formulações de enunciados se reúnem em pontos do dizer, em regiões historicamente determinadas de relações de força e de sentidos: as formações discursivas”.

Para tecer a fala de seus interlocutores, o Locutor 1, anuncia a pauta do dia: [b] *No 1º momento da Profª Luciene falou sobre o encontro que seria de avaliação*, anunciada pela representando da formação discursiva, órgão mantenedor, que é a SEME, Secretaria Municipal de Educação, passando então a relatar que:

[c] *Prof Adir Casaro da UFMS, Professoras Estagiárias da UFMS e Professores da Tengatui que receberam as estagiárias. A coordenadora achou que o estágio muito contribuiu para o andamento da escola e houve um bom intercâmbio entre professores das salas e alunos*. Observe-se que a Professora Adir, pertence à formação discursiva da UFMS e presta assessoria ao Projeto Pedagógico da Escola *Tengatui Marangatu-Polo*.

[d] *A prof. Florinda e Francelina verificou que sempre deve ter esse relacionamento e ficar numa única sala e antes do começo do estágio deverão dialogar de preferência mais com as professoras das salas*. Esses enunciados são próprios da FD administrativa, isto é, impõem-se aos estagiários certas condições para atuar na escola. O Locutor instaura outro discurso administrativo: [e] *Josias Aedo somou resultado o estágio na escola e rendeu mais nas 2ª, 3ª, 4ª séries*.

Em relação aos enunciados proferidos em [d] pelas professoras Florinda e Francelina podemos, através da construção enunciativa, depreender três interpretações, tais como:

- a) Os estagiários devem ter um bom relacionamento com os professores;
- b) Os estagiários deveriam ficar em uma única sala;
- c) Os estagiários, antes de iniciar o estágio, deveriam dialogar mais com os professores das salas.

O Locutor enuncia [f] *Todas as professoras acham que a escola devem continuar recebendo futuros estagiários. João achou que o estágio mais organizado no ano de 99 foi a da UFMS. . E também inclui as extensões, escola do Agostinho, Araporã e outras*. Esse enunciado revela que a ideologia representa uma vontade de forma simbólica, isso porque a

ideologia é um mecanismo que atua nos sujeitos sem que ele tenha consciência disto. Esse mecanismo pode ser mostrado pelas expressões *Todos acham, devem continuar, João achou e inclui as*: são enunciados indicando que a linguagem teria sempre um caráter ideológico que caracterizaria um aspecto do funcionamento educativo na Escola Indígena. Vê-se dessa forma que a ideologia fala de forma indireta – *todos* – e de forma direta – *João achou*. Assim, a ideologia se organiza de forma coerente através da palavra do sujeito real, falando de uma sociedade real. Isso acontece porque se imagina um projeto ou uma sociedade que aspiram a um futuro melhor e a uma escola melhor.

O Locutor 1 instaura os outros interlocutores ali presentes, pertencentes à instância acadêmica. Esses sujeitos colaboram com sugestões e propostas para o andamento do trabalho pedagógico na Escola Indígena:

[g] *Prof^a Matilde foi gratificante e conheceu a realidade da comunidade, ela gostaria que continuasse o rodízio de estágio e a organização da escola é boa. . Sugestão adquirir mais livros de literatura infantil para os alunos.* Diante do que está dito, está claro que a escola indígena dispõe de poucos livros na biblioteca para serem e lidos pelos alunos.

[h] *A recepção e a acolhida foram marcantes para professora Cristina e verificar solução para as faltas de frequência dos alunos.* Nesse recorte, por meio da fala da professora Cristina, pode-se esclarecer que no decorrer do ano letivo de 1999 persistiu o problema da evasão escolar, observável pelo número de faltas no ano de 1998, quando se discutia a necessidade de se implantar na Aldeia Indígena o Ensino Diferenciado.

[i] *A realidade local deveria ser trabalhado mais “em loco” segundo a Prof^a Ivete e deixar mais o livro didático.* Na expressão “em loco” temos uma construção discursiva que leva à percepção de que na escola em questão não se trabalha dentro da realidade da comunidade indígena, que pode ser constatado no enunciado *deixar mais o livro didático*, ou seja, a escola continua longe do que foi proposto pelo Projeto Pedagógico, visto que nele: “A escola *Tengatui Marangatu Polo* e Extensões criaram propostas curriculares próprias de acordo com a realidade e atendendo as peculiaridades e especificidades da comunidade (PROJETO PEDAGÓGICO, 2009, p.1)”. Da forma como foi registrada pelo relator, a questão pode ser entendida como um alerta ou uma denúncia.

No enunciado: [j] *Eliane achou [...] dificuldade por não ter meio de comunicação e informatizar a Secretaria da escola para produzir mais e A escola deveria procurar uma outra dinâmica melhor para dar aula para não haver desinteresse dos alunos e criar materiais didático.* Pode-se depreender que a escola indígena de Dourados, pelo fato de não atender de forma diferenciada, respeitando as etnias, leva à falta de interesse por parte da

criança pelo ensino e aprendizagem da Língua Guarani. De certa maneira, tal fato, ocasionou a falta de interesse dessas crianças pelas aulas. Além do mais, mostra-se urgente que o modelo de educação nas escolas indígenas de Dourados mantenha-se na forma tradicional de ensino, contribuindo, assim, para a manutenção do saber estabelecido (reprodução cultural). O que se vê é de que o saber continua centrado no professor, portanto distante do que está estabelecido em Lei.

[k] *A produção de sucesso de uma escola depende do conhecimento que ela tem dessa comunidade, principalmente, a cultura onde ela está inserida.* Esse enunciado ilustra bem a ideia de que a escola, como instituição – AIE – tem a função de reforçar a ideologia, ou seja, de fazer com que as pessoas se adaptem às ideias dominantes da sociedade também dominante. A escola, representada pelo enunciador, procura ocultar uma realidade, a reprodução, a começar pela tomada da palavra.

De acordo com a AD, o *dizer* tem uma relação direta com o *não-dizer*: [m] *Sem mais nada eu João Machado lavrei a ata que vai assinado.* Segundo Orlandi, há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do “implícito” (ORLANDI, 1993, p.12). É o que pode ser verificado no enunciado presente em [j] *Eliane achou [...] dificuldade por não ter meio de comunicação e informatizar a Secretaria da escola para produzir mais e A escola deveria procurar uma outra dinâmica melhor para dar aula para não haver desinteresse dos alunos e criar materiais didático*, pressupondo que na escola indígena não há dinâmica para atrair o aluno para a sala de aula, deixando claro que é preciso que a aula seja dinâmica para atrair o interesse desses alunos. Se em sala de aula utiliza-se apenas o livro didático como recurso de ensino e aprendizagem, supõe-se que a escola Indígena de Dourados ainda não dispõe de material específico para atendê-la. O que está claro é que há uma necessidade urgente em se criar materiais didáticos voltados para atender a realidade da própria criança indígena. Nesse sentido, na expressão *deixar mais o livro didático* encontramos implícitas outras leituras que, pela própria formulação, já se pressupõe que o enunciador, ao dizer o que diz não apenas anuncia, mas também denuncia, no momento da avaliação, que o livro didático é o material e o objeto de conhecimento na sala de aula na Escola Indígena de Dourados.

Outra questão a ser observada diz respeito ao quesito avaliação. Sob o ponto de vista dos estagiários, é possível conhecer a realidade do cotidiano da escola e, principalmente, o fazer pedagógico na visão desses sujeitos, apresentando uma ambiguidade. A escola segue uma tradição de ensino centrada no tradicional, que contribui para a manutenção da

reprodução cultural do modelo de educação vindo de fora. Enquanto isso, a referida avaliação, mencionada em [d], [e], [f] e [I] demonstra que esses profissionais ocultam a realidade, passando-se, desse modo, ao efeito contraditório: o que foi dito não condiz com a realidade.

Diante do que foi exposto, pode-se notar que não houve um diálogo que possibilitasse enxergar, na materialidade em análise, a participação efetiva das instituições e a forma como elas prestam assessoria à escola indígena. O que fica é uma lacuna a ser preenchida, visto que a educação diferenciada sequer foi mencionada, exceto a colaboração de estagiários que, olhando do lado de fora (um olhar exterior), podem melhor avaliar a situação da educação nas escolas indígenas. Dessa forma, percebe-se que, até o final do ano de 1999, a escola indígena ainda não estava inserida, de fato, na realidade da comunidade etnicamente diferenciada. Logo a escola continua sendo um instrumento de manutenção e não de afirmação, porque não é percebida como um lugar de transformação.

Aventamos que [A12] tende para o discurso polêmico, visto que houve algumas manifestações de interlocutores externos à Aldeia, apesar de conter a reversibilidade, presente em [I], construindo-se um discurso não coerente com o que está posto, procurando silenciar uma realidade, a de que na *Tengatui* e extensões segue-se mantendo uma forma tradicional de ensino.

ATAS DE Nº. 13²¹ e 14/2000²²

Na [A13] fala-se acerca do processo de reclassificação de um aluno. Deste texto procuramos mostrar quem são os protagonistas (interlocutores) do discurso. A ideia é construir um percurso das condições de produção do discurso, que tem como principal elemento os sujeitos sociais, que são a instância que dá existência à linguagem. Esses sujeitos representam “lugares determinados numa estrutura social” (CARDOSO, 2003, p.37), ou seja, são lugares de representações das formações imaginárias a que eles pertencem. Dentro dessa perspectiva, os processos de constituição da linguagem são “processos histórico-sociais” (ORLANDI, 1996, p.25).

Este trabalho situa os interlocutores nas formações discursivas dos discursos construídos na Escola *Tengatui Marangatu-Polo*. Os interlocutores da [A14] são os alunos (que passam pelo processo de reclassificação de série) e os membros do Conselho Didático Pedagógico da referida escola (supervisores e coordenadores). Esses sujeitos se encontram ligados ao discurso didático pedagógico, ou seja, numa dimensão do processo educacional na Reserva Indígena de Dourados, uma vez que os alunos passam por uma avaliação educativa.

Dentre essas representatividades, há discursos sujeitos às relações de poder/autoridade, uma relação que pode ser interpretada pelo enunciado em: [a] *A decisão tomada pelo grupo e que o aluno acima referido deverá passar pelo processo de avaliação cujo resultado da mesma decidirá se o aluno irá ou não para a terceira série*. Considerando que se analisa a relação entre poder e educação e também a forma da construção discursiva materializada em Ata, verifica-se que há uma distância entre as relações que se estabelecem no interior da escola *Tengatui*, contribuindo para a ineficácia do exercício pedagógico numa modalidade diferenciada. É preciso ter em mente que, na educação escolar indígena, a perda de alteridade e o não reconhecimento de que no processo educativo deve-se levar em conta a questão cultural, representam uma ameaça à aprendizagem do aluno. Diante disso, é fundamental compreender como ocorre tal processo e da forma como ele se efetiva.

²¹ [A13] Ao décimo terceiro dia do mês de março do ano dois mil reuniram-se membro do Conselho Didático Pedagógico da Escola *Tengatui* para dar o parecer sobre a reclassificação do aluno Ronaldo Lentes Almirão. Estiveram presentes os coordenadores Jeremias P. Luna, Francelina S. Souza e os professores Teodora de Souza e Pedrina Machado. A decisão tomada pelo grupo e que o aluno acima referido deverá passar pelo processo de avaliação cujo resultado da mesma decidirá se o aluno irá ou não para a terceira série. Eu Francelina S. Souza, lavrei esta ata que vai assinada por mim e os demais presentes.

²² [A14] De acordo com o parecer sobre o rendimento escolar diagnostico feito recentemente com os alunos que vieram transferidos do sistema de ensino através de ciclo, fica definido que o aluno Claudemir Reginaldo França, continua cursando a 1ª série do Ensino Fundamental e Claudia Reginaldo França, prosseguirá seus estudos na 3ª série. Eu coordenadora Francelina da Silva Souza, lavrei esta ata que vai assinada por mim.

Em [A14] a reunião trata de uma avaliação sobre o rendimento escolar de dois alunos (um aluno da 1ª série e uma aluna da 3ª série). Ao anunciá-los o Locutor 1 esclarece que, devido ao resultado do parecer e do acordo sobre o rendimento escolar, decorrente do diagnóstico feito sobre esses alunos, que foram transferidos pelo sistema de ensino através de ciclo, *fica definido* que, o aluno 1 permanece na mesma série e o aluno 2 irá para a próxima turma. É importante lembrar que enunciador e interlocutores são sujeitos discursivos representativos de um determinado lugar sócio-histórico-ideológico. O discurso materializado aqui é caracterizado pelo caráter do diagnóstico escolar e o discurso que prevalece é o da formação discursiva administrativa.

Portanto, na [A14] observa-se que o funcionamento discursivo não apresenta interação entre sujeitos, ou seja, não há reversibilidade, portanto, o discurso é autoritário. Uma vez que a reunião foi organizada para tratar de dois assuntos: um caso de reclassificação de aluno e, outro, para tratar do rendimento escolar de dois alunos, mas acaba sendo uma avaliação unilateral, prevalecendo à formação discursiva administrativa. É importante levar em conta que qualquer formação discursiva é resultado de uma dispersão de elementos históricos, sociais e ideológicos.

ATA DE Nº. 15/2000²³

O Locutor da [A15] registra na reunião do dia a seguinte pauta: [a] *a reunião seria Administrativa/Pedagógica*. Anuncia em seguida seus interlocutores: [b] *os Supervisores Jeremias P. Luna, Edina de Souza, juntamente com a professora Marina Venceslau, fez digo, chefe do Posto P.I.N. Alexandre de Abreu e demais professores incluindo as Extensões*. Esses interlocutores no interior de uma mesma formação discursiva compõem-se de diferentes vozes que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se e divergem entre si. Há, pois, espaço para a divergência, para as diferenças, visto que uma formação discursiva é constitutivamente frequentada por outro. De acordo com Pêcheux, esse “outro” da formação discursiva é justamente o interdiscurso, noção profundamente importante na abordagem da AD, uma questão relacionada com a memória discursiva, que aprofunda a relação da linguagem com os processos sócio-históricos; a relação do interdiscurso com o intradiscurso, a posição do sujeito do/no discurso, a questão da não evidência do sentido.

Ao anunciar seus interlocutores, o Locutor enuncia que o Diretor João Machado: [c] *Lembra das contratações dos convocados também tirou as dúvidas quanto à lotação do quadro docente desta Escola*. Dizendo em seguida que a Professora Marina: [e] *demonstrou preocupada com os professores do ensino diferenciado*, e também que o Sr. Alexandre de Abreu (PIN): [f] *explicou que em breve poderá ter curso aberto, mas com especificidade indígena, direcionado ao índio, disse também que o índio já está ocupando o seu lugar e que as capacitações levará o índio ocupar todo o seu espaço, com a união de todo. Vê também um aspecto positivo a respeito da Educação que tem muito evoluído nos últimos anos*.

²³ [A15] Aos vinte dias do mês de maio de dois mil na Escola Municipal Tengatui Marangatu reuniram-se a direção da Escola os Supervisores Jeremias P. Luna, Edina de Souza, juntamente com a professora Marina Venceslau, fez digo, chefe do Posto P.I.N. Alexandre de Abreu e demais professores incluindo as Extensões. A reunião deu se início, as 8:00 hs com a fala do diretor João Machado que explicou que a reunião seria Administrativa/Pedagógica. Lembra das contratações dos convocados também tirou as dúvidas quanto à lotação do quadro docente desta Escola. A professora Marina demonstrou preocupada com os professores do ensino diferenciado. O SR. Adexandre de Abreu explicou que em breve poderá ter curso aberto, mas com especificidade indígena, direcionado ao índio, disse também que o índio já está ocupando o seu lugar e que as capacitações levará o índio ocupar todo o seu espaço, com a união de todo. Vê também um aspecto positivo a respeito da Educação que tem muito evoluído nos últimos anos. A professora Marina disse que gostaria de ter em mãos a relação de nomes de alunos desta comunidade com 2º Grau completo para que possam encaminhá-los para o 3º Grau. A coordenadora Edina de Souza agradeceu a conquista do acréscimo remunerado para os professores do diferenciado, mas lembrou da necessidade dos professores cumprir o horário, ou seja, não chegar atrasado em sua sala de aula. Quanto a capacitação garantido em reuniões anteriores e registrado no calendário de nossa Escola. Os professores sugeriram que a necessidade maior seria nas disciplinas de Português/Matemática. Após a reunião administrativa reiniciou a reunião pedagógica na escolha do livro didático pedagógico. Apenas lembrando que a coordenadora Francelina de Souza esteve presente coordenando os professores de suas séries na escolha do livro didático, no tempo integrou. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrado a reunião, Eu Jeremias Pereira Luna lavei esta ata que vai assinada por mim e demais presentes.

O locutor enuncia o interesse da interlocutora Mariana, visto que a mesma [g] *gostaria de ter em mãos a relação de nomes de alunos desta comunidade com 2º Grau completo para que possam encaminhá-los para o 3º Grau*. Dá a conhecer que a coordenadora Edina: [g] *agradeceu a conquista do acréscimo remunerado para os professores do diferenciado, mas lembrou da necessidade dos professores cumprir o horário, ou seja, não chegar atrasado em sua sala de aula*. O locutor expõe também que: [h] *em relação a capacitação garantido em reuniões anteriores é registrado no calendário de nossa escola*. Ressalta ainda que: [i] *Os professores sugeriram que a necessidade maior seria nas disciplinas de Português/Matemática*.

Explica o Locutor que: [j] *Após a reunião administrativa reiniciou a reunião pedagógica na escolha do livro didático pedagógico*. E por fim, lembra que somente [k] *a coordenadora Francelina de Souza esteve presente coordenando os professores de suas séries na escolha do livro didático, no tempo integrou*.

Na [A15] pode-se verificar que, na reunião, muito se falou sobre as questões administrativas, mas a parte concernente à prática pedagógica na escola e à continuidade de estudos dos alunos ficou restrita à preocupação da Professora Marina, quando a mesma [e] *demonstrou preocupada com os professores do ensino diferenciado*, e também quando o Locutor deu-nos a conhecer que a professora Marina [g] *gostaria de ter em mãos a relação de nomes de alunos desta comunidade com 2º Grau completo para que possam encaminhá-los para o 3º Grau*. Como é possível notar, pouco se falou sobre o ensino diferenciado numa reunião que se anunciou como administrativa e pedagógica. Em relação à formação, ficou por conta do comentário de Alexandre Abreu, representante da Funai. Salvo a preocupação da professora Marina, conforme se pôde ver em [g], outro ponto muito pertinente diz respeito à capacitação, visto em [h], que continuou sendo registrado no calendário e, em [i] está claro de que os professores pedem capacitação nas disciplinas de Português e Matemática, em detrimento do idioma Guarani, conforme ficou registrado em Ata de nº. 06/99, que é a língua da alfabetização na *Tengatui* e extensões. Está claro ainda que o livro didático continuou sendo o material de apoio do professor em sala de aula no ano 2000. Também não se falou em material para a formação diferenciada.

Diante do que está posto, o objeto de reflexão, [A15], se dirige a dois pontos: a professora Marina mostrou-se preocupada com os professores do ensino diferenciado; e que a mesma gostaria de ter em mãos a relação de nomes de alunos desta comunidade com 2º Grau completo para que possam encaminhá-los para o 3º. Grau.

Diante disso, percebemos que, embora a reunião tivesse sido instaurada como sendo Administrativa e Pedagógica, o discurso se apoiou no administrativo, em especial, no que se refere [b] à *convocação, quadro de lotação de docentes nas escolas indígenas, acréscimo remunerado para os professores, na escolha do livro didático*. Já em relação ao ensino, verificou-se que o diferenciado aparece em meio à demonstração de preocupação em relação à formação dos professores indígenas apenas.

O discurso em [A15] deixa a interpretação em aberto. Isso porque significa muito mais pelo que não foi dito, do que pelo que ficou implícito. O que se percebe é que a escola, enquanto um lugar de relações de poder, implica sujeitos sociais numa relação dominante/dominado. Porém, trata-se de um espaço também de construção de identidades. É importante mencionar que o índio, dentro das possibilidades concretas, precisa encontrar-se e situar-se como o sujeito de seu discurso, para que a educação diferenciada faça sentido.

De acordo com a leitura feita da [A15], chegou-se à conclusão de que o seu funcionamento discursivo é polêmico, pois apresenta um equilíbrio entre a polissemia e a paráfrase. Nota-se que nesta reunião houve manifestação entre os interlocutores, porém preponderou o lado do discurso administrativo.

ATA DE Nº. 16/2001²⁴

Como vem sendo mencionado neste trabalho, na AD o sujeito “vai perdendo a polaridade ora no *eu* ora no *tu* e se enriquecendo com uma relação dinâmica entre identidade e alteridade” (BRANDÃO, 2004, p.76), passando a ser efeito do gesto do Locutor que ora também é enunciador. A Ata aqui tratada abarca a formação discursiva indígena (Guarani, Kaiowá e Terena) *versus* o discurso do não-índio (SEMED, A FUNAI e a Caixa Econômica Federal).

Na [A16] a identidade indígena vai sendo tecida à medida que o interlocutor é anunciado e enunciado pelo Locutor 1, uma vez que os sujeitos são culturalmente construídos por meio do relato da Amostra Cultural, que tem a Aldeia Jaguapiru como lugar e cenário. As representações discursivas são formadas pelas três etnias: Guarani, Kaiowá e Terena, sujeitos que transitam e criam significações, passando pelo processo de resignificação no contexto da Escola *Tengatui Marangatu-Polo*, mas também das extensões.

Partindo do princípio de que o sujeito constrói sua identidade no processo da interação com o outro e que no decorrer desse processo o indivíduo, ao se constituir, é afetado e instaurado como sujeito pela ideologia, define-se *sujeitos étnicos* como efeitos “do real da

²⁴ [A16] Aos quinze dias do mês de novembro do ano dois mil e hum, às oito horas e vinte e cinco minutos, reuniram-se nas dependências da Escola Tengatui Marangatu todos os professores, funcionários administrativos e A. S. G. com o objetivo de discutir os últimos detalhes para a Amostra Cultural que será o dia trinta de novembro deste ano. No início o funcionário administrativo Francisco Souza Filho, apresentou um formulário da Caixa Econômica Federal para ser descontado através da folha de pagamento o seguro de vida coletivo, para quem estiver interessado, também fez alguns encaminhamentos com relação a vida escolar dos alunos. Proceguindo o Diretor João Machado disse que a SEMED está interessado em abrir nesta U.E. salas do EJA, os professores interessados devem fazer a inscrição dos candidatos a alunos e apresentar à direção da escola. A hora cívica será no dia 19 de novembro, dia da Bandeira. Quanto a amostra cultural, terá a participação dos caciques, Terena, Kaiowá e Guarani cada etnia terá sua cultura exposta. Teremos cartazes, faixas de propaganda. A FUNAI irá participar deixando à disposição trator, carreta e ampliação de fotos para o painel, na parte pedagógica as professoras irão montar os textos para os painéis. Os professores irão fazer maquete com famílias tradicionais e mapa da aldeia da parte diferenciada. Edina sugeriu de fazer um grande cocar de sapé decorado com utensílio tradicional. As horas para pesquisa do ensino diferenciado será usado para confecção de material para a Amostra Cultural. Os professores do Ensino Fundamental decidiram que irão fazer a apresentação por série: grupo da primeira série, segunda, terceira e quarta série. As atividades a ser apresentadas: mural com fotos Marketing das três etnias e artesanatos será apresentada pela primeira série. As 2ª séries ficaram com as seguintes atividades ainda a ser definida, pesquisa das lideranças dos anos 50 até a data de hoje. Quanto a terceira, quarta e C.A.II da escola Pólo e extensões as atividades serão; apresentação da ervas medicinais, alimentos típicos, animais que existia, exposição dos trabalhos dos alunos. O ensino noturno EJA irá apresentar e expor utensílios domésticos. O ensino diferenciado irá expor fotos, trabalhos com alunos, maquetes com a hidrografia antes e atual a maquete será geograficamente, artesanatos e armadilhas. Será enviado alguns tecidos para confeccionar as roupas tradicionais, como saco branco, estopa. Também teremos a bebida típica para encerramento. O Cacique Getúlio disse da importância de mostrar o nosso costume tradicional, ele disse que o fato de ter uma escola bonita não impede de usarmos nosso costume, ele falou que já adquirimos pelo menos cinquenta por cento dos costumes que não pertence ao nosso povo mais ainda temos muita coisa conosco ou com nossos pais que ainda sabe fazer os artesanatos antigo. Sem mais nada a ser tratado a reunião deu-se por encerrado às dez horas, e Eu Pedrina Machado lavei esta ata que vai assinada por mim e demais participantes.

língua com o real da história” (ORLANDI, 2005, p.46), o que, segundo Orlandi, não é possível sem que se trabalhem os efeitos da ideologia.

Diante do que foi exposto, faz-se necessário situar essa proposta de análise, considerando que, ao se problematizar o discurso pedagógico, acredita-se ser a educação um exercício do poder e o texto/Ata é a reconstituição material desse exercício. Ainda se pode observar que o índio, ao se situar, posiciona-se; e para tanto utiliza a língua. Assim sendo, já se está dentro de uma abordagem discursiva, visto que não se toma a língua como uma estrutura fechada em si mesma, tornando possível interpretar as falhas dos sujeitos do discurso.

Ao se definir a Ata como *corpus* de pesquisa, entende-se a materialidade inscrita pelo Locutor 1: este não registrou apenas mais uma reunião pedagógica, mas um texto de onde emerge historicidade, um lugar em que as palavras não são escritas de forma aleatória, e nem sujeitos aparecem como seres empíricos; eles são, ao contrário, representações, ou seja, são os interlocutores, o que inclui o próprio Locutor. Todos esses se constituem ao mesmo tempo e encontram seu fundamento na ideologia. Esse processo de construção identitária passa pelo locutor do texto, enquanto aquele que realiza um gesto de interpretação sobre o dizer dos outros se constitui em representações.

Diante do que foi exposto, toma-se a [A16], visto que sua “historicidade é significativa e significada” (ORLANDI, 2005, p.12), sendo as datas (mês e ano), a Escola *Tengatui Marangatu-Pólo*, a comunidade escolar, as representatividades inscritas e o assunto Amostra Cultural historicamente constituídos, resultando na discursividade em seu real contraditório.

Para ilustrar e fundamentar todos esses elementos do discurso é importante ressaltar que são sujeitos e que são determinados a partir de um lugar sócio-histórico-ideológico.

O texto abaixo revela as condições de produção nas quais os sujeitos se constituem e buscam reconstrução e ressignificação.

[a] reuniram-se nas dependência da Escola *Tengatui Marangatu* todos os professores, funcionários administrativos e A. S. G. com o objetivo de discutir os últimos detalhes para a Amostra Cultural que será o dia trinta de novembro deste ano [b] A hora cívica será no dia 19 de novembro, dia da Bandeira. [c] Quanto a amostra cultural, terá a participação dos caciques, Terena, Kaiowá e Guarani cada etnia terá sua cultura exposto. [d] Edina sugeriu de fazer um grande cocar de sapé decorado com utensílio tradicional. [e] As horas para pesquisa do ensino diferenciado será usado para confecção de material para a Amostra Cultural.[f] As atividades a ser apresentadas: mural com fotos Marketing das três etnias e artesanatos será apresentada pela primeira série. As 2ª séries ficaram com as seguintes atividades ainda a ser definida, pesquisa das lideranças dos anos 50 até a

data de hoje. Quanto a terceira, quarta e C.A.II da escola Pólo e extensões as atividades serão; apresentação da ervas medicinais, alimentos típicos, animais que existia, exposição dos trabalhos dos alunos. O ensino noturno EJA irá apresentar e expor utensílios domésticos. O ensino diferenciado irá expor fotos, trabalhos com alunos, maquetes com a hidrografia antes e atual a maquete será geograficamente, artesanatos e armadilhas. Será enviado alguns tecidos para confeccionar as roupas tradicionais, como saco branco, estopa. Também teremos a bebida típica para encerramento. [g] O Cacique Getúlio disse da importância de mostrar o nosso costume tradicional, ele disse que o fato de ter uma escola bonita não impede de usarmos nosso costume, ele falou que já adquirimos pelo menos cinquenta por cento dos costumes que não pertence ao nosso povo mais ainda temos muita coisa conosco ou com nossos pais que ainda sabe fazer os artesanatos antigo

Todos os elementos simbólicos comportam memórias – seja para o sujeito, seja para a história – e cada enunciado comporta uma significação. Esses sujeitos são identificados segundo suas culturas: índios de etnia Guarani, índios de etnia Kaiowá, índios de etnia Terena. Agindo dessa forma, o Locutor 1 é “aquele que instala as condições de formação de outros discursos, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma reunião de sentidos” (ORLANDI, 1993, p.24). A esse processo, Orlandi chama identificação a uma cultura. Essa se define com características próprias.

Tomemos um exemplo: os indígenas da Aldeia de Dourados, ao se expressarem segundo seus costumes, moldam a sua cultura e, ao mesmo tempo, contribuem para constituir a identidade sul-mato-grossense. A identidade indígena específica e diferenciada pode ser observada no enunciado [h]: *Edina sugeriu de fazer um grande cocar de sapé decorado com utensílio tradicional*, indicando que na fala do interlocutor materializa-se uma diferenciação cultural. Dessa forma, no momento em que o sujeito enuncia *um grande cocar de sapé com utensílios tradicionais*, no decorrer da construção discursiva o sujeito diferenciado também é construído. A diferença (*alteridade*) faz parte de todos os elementos de cada cultura, seja Guarani, Nandeva ou Terena. Essas representações são tecidas no fio discursivo do Locutor da Ata que se constitui nessa junção.

É importante lembrar que essas práticas discursivas indígenas representam a construção da memória nacional, o que é possível observar na seguinte formulação [i]: *A hora cívica será no dia 19 de novembro, dia da Bandeira*. Há de se considerar que os índios, considerados antes como sem pátria, foram instaurados como indivíduos brasileiros e transformados em sujeitos, ou seja, “ressignificados” em relação ao seu próprio lugar.

Passaram, pois, por um processo de reconstituição dos sentidos, em outras palavras, eles foram *deslocados*.

Ao longo de sua história, o processo de deslocamento ocorreu por pressões de cunho material e ideológico que deixaram marcas em suas histórias. “Das diversas etnias se desenvolveria o índio genérico e deste o brasileiro, sendo que o processo seria liderado pela etnia ou grupo mais desenvolvido” (LOURENÇO, 2008, p.13). Lourenço descreve a Aldeia Indígena de Dourados desde o início dentro de um cenário multiétnico, que ocasionou um “choque cultural”, sendo que esse processo se daria entre os grupos Guarani, Kaiowá, Terena e Paraguios.

Vista sob essa ótica, a questão educacional indígena assume uma dimensão outra, uma vez que é em relação a esse processo “civilizatório” que os povos Guarani se definem com seu modo de ser. Assim, cada etnia ali representada desenvolveu-se dentro de uma visão de mundo particular e única. Essa visão de mundo se traduziu em marcas nos discursos educacionais na Escola Indígena, demarcando ora o discurso do colonizador, ora o discurso do colonizado.

É nesse contexto que vai sendo tecida a modalidade diferenciada de educação, ou seja, dentro de uma dinâmica de interlocução entre os povos indígenas da *Tengatui*. Mas é uma relação de poder, que leva ao assujeitamento do sujeito pedagógico. Para mostrar a educação como apropriação da cultura, atravessada pelo poder e pela ideologia, pode-se verificar a dimensão do discurso a seguir:

[j] *O Cacique Getúlio disse da importância de mostrar o nosso costume tradicional, ele disse que o fato de ter uma escola bonita não impede de usarmos nosso costume, ele falou que já adquirimos pelo menos cinquenta por cento dos costumes que não pertence ao nosso povo mais ainda temos muita coisa conosco ou com nossos pais que ainda sabe fazer os artesanatos antigo.*

Esse é um tipo de discurso no qual o sujeito enunciatador instaura o fio discursivo do Cacique, introduzindo-o em meio à formulação repetida várias vezes: *O Cacique Getúlio disse; ele disse que; ele falou que*. No campo discursivo isso é conhecido como “discurso relatado” (ALTHIER REVUZ, 1998, p.133). Althier Revuz mostra que a linguagem é heterogênea em sua constituição ao defender a tese de que no discurso há outros discursos, que podem ser mostrados por meio da enunciação e da mesma forma reconhece que a língua é um sistema de diferenças e espaço de equívoco.

No recorte: [k] *O Cacique Getúlio disse da importância de mostrar o nosso costume tradicional*, a marca da identificação do sujeito é produzida nos enunciados: *nosso costume/adquirimos/nosso povo/temos/conosco ou com nossos pais*, de modo que na voz desse sujeito falam outros sujeitos, circunscrevendo a alteridade na forma de identificação. Esses sujeitos não estão numa mesma ordem de posicionamento, considerando-se que *Cacique* se refere ao chefe da tribo indígena, que assume, um caráter diferencial em relação aos demais sujeitos. Sua imagem, como a dos demais sujeitos, constitui materialidades históricas e memórias discursivas da Reserva Indígena de Dourados.

Por outro lado, a presença do *Cacique Getúlio* dentro do cenário da escola pode ser vista como a possibilidade efetiva de criação de uma escola diferenciada, considerando-se que ele não é apenas um detentor dos conhecimentos tradicionais de seus antepassados, mas um líder político e também religioso, podendo ser identificado como *karai* e *pa'i*. De acordo com Chamorro (2008, p.70), *Karai*, refere-se ao líder religioso *xamã* e *pa'í*, conhecido como líder civil, designado pelo termo *arawak* “cacique”. No terreno espiritual, “os *karai* se apresentam como líderes carismáticos, são vistos como a consciência na comunidade [...]. Já os *pa'i* representavam uma liderança que se destacava nas questões civis e militares” (CHAMORRO, 2008, p.71). Podemos dizer que essas formações discursivas se inter-relacionam ao se articularem, ou seja, elas se complementam e polemizam no âmbito do interdiscurso.

Para marcar o encontro da atualidade e da memória dos indígenas em processo de construção identitária, toma-se uma parte significativa na qual os sujeitos discursivos são inscritos pelo enunciador, lançando-se assim ao exterior, ao campo da linguagem, denotando posições em confronto.

O Locutor 1, ao instaurar os sujeitos, atribui a cada representatividade funções: são atribuições demarcadas culturalmente, enquanto a escola indígena é vista como um lugar de construção identitária e também um espaço de afirmação da cultura indígena.

[1] *As horas para pesquisa do ensino diferenciado será usado para confecção de material para a Amostra Cultural [m]_As atividades a ser apresentadas: mural com fotos Marketing das três etnias e artesanatos será apresentada pela primeira série. As 2ª séries ficaram com as seguintes atividades ainda a ser definida, pesquisa das lideranças dos anos 50 até a data de hoje. Quanto a terceira, quarta e C.A.II da escola Pólo e extensões as atividades serão; apresentação da ervas medicinais, alimentos típicos, animais que existia, exposição dos trabalhos dos alunos. O ensino noturno EJA irá apresentar e expor utensílios domésticos. O ensino diferenciado irá expor fotos, trabalhos com alunos, maquetes com a hidrografia antes e atual a maquete será geograficamente, artesanatos e armadilhas. Será enviado alguns tecidos para confeccionar as roupas tradicionais, como saco branco, estopa. Também teremos a bebida típica para encerramento.*

Como se pode verificar, a [A16] é uma prática identitária construída por símbolos instaurados no enunciado a partir do tema gerador “Amostra Cultural”, *Marketing* das três etnias: *Terena, Kaiowá e Guarani cada etnia terá sua cultura exposto*. Ao se instaurar o outro, há um movimento concomitante de construção da escola diferenciada dentro de uma rede de significações e de sentidos. É interessante observar que são efeitos da ideologia que vão se diluindo em meio à história dos indígenas, seguindo determinações históricas.

Para melhor entendermos a posição do sujeito capturado pelo discurso, reportamo-nos tipologia dos discursos e da reversibilidade que são critérios para definir os modelos discursivos. Para a AD, o trabalho de dizer de todo falante ao ser inscrito pelo Locutor constitui “uma atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um locutor determinado, com finalidades específicas” (ORLANDI, 1996, p.61), em que se procura dar um funcionamento discursivo específico. O critério adotado para a distinção dos discursos é a relação entre o referente (objeto do discurso) e os interlocutores.

Quanto à dinâmica do discurso, a [A16] nos leva a afirmar que, se na fala encontramos a presença do outro atuando dentro de um processo de interação, neste texto há uma relação de diálogo intenso entre os referentes, como por exemplo: *Os professores do Ensino Fundamental decidiram que; As 2ª séries ficaram com as seguintes atividades ainda a ser definida; O Cacique Getúlio disse da importância de mostrar o nosso costume tradicional*, que são enunciados que comprovam que o modo de funcionamento discursivo neste texto é o discurso lúdico, aberto à polissemia, portanto aberto à reversibilidade.

ATA DE Nº. 17/2001²⁵

Na [A17] o Locutor 1 registra o atendimento a uma mãe, instaurando o assunto: a mãe pede ajuda à escola para encontrar uma solução para o problema da permanência de seus filhos: um estuda na 1ª série vespertino e o outro na 2ª série.

O texto em si representa a relação de poder e educação. Essa relação explica “porque o discurso pode ser visto como a instanciação do modo de se produzir linguagem” (ORLANDI, 1996, p.26). Esse modo de existência da linguagem é *social*.

[a] comparece na secretária da escola Polo, a senhora [...] mãe dos alunos [...] [b] a mãe declarou que os alunos ficaram 45 dias nas praças da cidade de Dourados. [c] malargada por quê? [d] mãe disse que é, para ganhar alguns dinheiro para comprar refrigerantes e outras coisas que crianças gosta. [e.] a mãe foi advertida que pedagogicamente a escola não se responsabilizará pelo desenvolvimento dos alunos, vistos que faltaram muitos.

A materialidade discursiva revela que a escola é um lugar onde os problemas sociais se apresentam e, ao mesmo tempo, ajuda a compreender o espaço interior da instituição e os problemas sociais da própria Aldeia Indígena de Dourados.

Em Dourados, há muitos índios perambulando pelas calçadas, isso é um fato. É uma situação simbólica, que emblematiza o estado de vulnerabilidade do índio, sua “busca” pelo alimento, a falta de expectativa de vida das crianças indígenas. Em [d] a mãe disse que é para *ganhar alguns dinheiro para comprar refrigerantes e outras coisas que crianças gosta*. Essa construção mostra o quanto à ideia de consumo já se instaurou, fazendo parte da memória do sujeito, embora este não seja consciente disso. Segundo alguns conceitos da AD, “através do dispositivo ideológico de interpretação o sujeito vem carregado de memória” (ORLANDI, 2005, p. 28). Essa memória não é psicológica, segundo essa abordagem, mas da filiação nas redes de sentidos – é o interdiscurso.

Considerando que o sujeito pode ser interpelado pelo esquecimento, passa-se ao enunciado: *[e] a mãe foi advertida que pedagogicamente a escola não se responsabilizará*

²⁵ [A17] Aos 16 dias do mês de novembro de 2001, comparece na secretaria da escola Pólo, a senhora Irina Vera Gonçalves, mãe dos alunos Donizete Vera Gonçalves Savala da 2ª série da prof: Célia Reginaldo e Kelvin Vera Gonçalves Savala da 1ª série vespertino do profº Vicente Isnarde, a mãe declarou que os alunos ficaram 45 dias nas praças da cidade de Dourados, malargada por quê? A mãe disse que é, para ganhar alguns dinheiro para comprar refrigerantes e outras coisas que crianças gosta, a mãe foi advertida que pedagogicamente a escola não se responsabilizará pelo desenvolvimento dos alunos, vistos que faltaram muitos. Sem mais nada eu, João Machado, lavrei e vai assinado, junto com a mãe professores e Presidente do C.E. Dourados-MS, 16-11-2001.

pelo desenvolvimento dos alunos, vistos que faltaram muitos. A forma como o enunciador expõe, assim como a posição a partir da qual ele instaura o seu discurso, remete ao imaginário da nação indígena de Dourados de que a escola vivia sob um tipo específico de poder, que pode ser chamado de “disciplinar” (LOURENÇO, 2008, p.119) e está relacionado à forma de funcionamento da escola, que se utilizava de técnicas e dispositivos que permitiam um controle do “corpo” social. Nesse caso, o corpo social é representado pela mãe quando advertida: [c] *malargada por quê?*; [e.] *a mãe foi advertida que pedagogicamente a escola não se responsabilizará pelo desenvolvimento dos alunos, vistos que faltaram muitos.* Esses enunciados remetem ao cotidiano da escola indígena na época do SPI, um período marcado pela repressão. Por outro lado, revela que o processo de educação escolar continua sendo contraditório e ambíguo.

As formulações dos enunciados e a própria enunciação indicam que, “todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através das outras palavras” (ORLANDI, 1993, p.15). Essas outras palavras de que trata Orlandi são o *não-dito*, uma forma de se apagar sentidos, de silenciá-los e de produzir o *não sentido*, mecanismos esses que, segundo a estudiosa, têm caráter ideológico, mostrando-se como algo que ameaça. Tal constatação pode ser observada em: [e.] *a escola não se responsabilizará.* Nesse recorte o processo educacional mostra a forma como a teoria está ligada à prática. Para compreender que há uma diferença entre a *base* (linguística) e o *processo* (discursivo-ideológico), Pêcheux (1988, p.161) explica ser essa a distinção que leva ao ponto de partida para se compreender que “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe é ‘próprio’, vinculado a sua literalidade”.

Esse processo do qual fala Pêcheux, pode ser observado no efeito produzido pelo enunciado [e] *a escola não se responsabilizará.* A posição enunciativa, conforme materializada em [e], pode ser vista como sendo efeito do sujeito e de sentido, gesto de interpretação do outro no mesmo. A todo esse complexo ideológico materializado no texto em estudo, Pêcheux chama interdiscurso, o espaço de troca entre os discursos, ou seja, das várias formações discursivas. Esse último é conhecido em AD como o todo complexo das formações discursivas que, segundo Pêcheux, fornece “a cada sujeito” sua “realidade” enquanto sistema de formações ideológicas e de significações.

Sobre o que foi enunciado em [e], podemos encontrar em Orlandi, ao citar Courtine (1982), algumas palavras que corroboram nossas afirmações. Diz a autora que é no interior da língua que os efeitos das contradições ideológicas aparecem e se manifestam, em toda a sua existência material. Em suma, essa reflexão leva à “política do silêncio” (ORLANDI, 1993,

p.75), produzindo “um recorte entre o que se diz e o que não se diz”. E mais, nesse processo de compreensão da escola e do seu fazer, assim como do poder que se estabelece em seu interior, ocorre o silenciamento do outro.

O funcionamento do discurso, conforme ele se revela, mostra a escola como a negação da diferença e como formadora de identidade. Porém, embora a escola não esteja consciente de sua condição de assujeitador, pode-se compreender que o efeito da formulação: *a escola não se responsabilizará* mostra que a mesma está despreparada para o grande desafio da contemporaneidade, que é iniciar o discurso da Paz, levando o sujeito à aceitação da diferença e da alteridade tão almejada.

Conclui-se dessa forma que [A17] apresenta um discurso autoritário, conduzindo-o para a paráfrase (o mesmo). Isso quer dizer que na prática, o sujeito outro não encontra espaço e tampouco lugar para produzir sentido, uma vez que, o funcionamento discursivo é autoritário, ocupado pela formação discursiva administrativa, portanto, não há espaço para as relações interpessoais (não aberto à reversibilidade) no interior da escola.

ATA DE Nº. 18/2001²⁶

A [A18] traz como pauta: [a] *avaliação do desempenho escolar dos alunos da classe de aceleração II A matutino*. E mediante a avaliação é analisada também a produtividade obtida nessa classe:

[b] conforme objetivo de projeto, por não conseguirem obter as habilidades mínimas necessárias que são básicos para o ingresso nesta série. De acordo com a Resolução nº 619/SEMED, de 21 de Novembro de 2001, os alunos mencionados ficarão retidos na série de origem, ou seja, 3ª série da 1ª etapa do Ensino Fundamental.

Conforme o que está dito na [A18], os alunos da classe de aceleração ficaram retidos na série de origem, no caso 3ª série da 1ª etapa do Ensino Fundamental, pelo fato de não possuírem habilidades mínimas necessárias para o ingresso na 5ª série.

De acordo com a Resolução, este caso está ligado à regularização da vida escolar dos alunos, o que inclui a sua formação. Porém, segundo a mesma lei, cabe à escola criar métodos próprios de ensino-aprendizagem para o aluno, levando em conta sua especificidade étnica. De acordo com a formulação do Projeto Pedagógico, no que tange ao conhecimento do aluno, não se prevê “preocupar-se somente com o conteúdo” (PPP, 1999, p.3), mas principalmente com a qualidade do ensino, procurando interferir de forma significativa na formação do aluno.

Diante do exposto, na procura de entender a materialidade simbólica da [A18], observa-se que o que está dito nos leva a compreender que, na prática, o ensino tem práticas contraditórias, porque na escola *Tengatui* e extensões não se atua dentro de uma proposta pedagógica diferenciada, no sentido de “erradicar” o índice de reprovação e de evasão de alunos indígenas. O que se vê é que a escola não cumpre a função de uma política escolar diferenciada, ou seja, não se percebe em [A18] um discurso transformador, sendo que o discurso não esconde as diferenças de classe. Isso pode ser verificado quando o Locutor 1, ao instaurar a fala do seu enunciador, revela que a escola continua a ser um instrumento de defesa e manutenção do modelo integracionista, conforme foi visto em [b], ou seja, dois

²⁶ [A18] Ao décimo oitavo dia do mês de Dezembro do ano dois mil e hum reuniram-se para realizar uma avaliação do desempenho escolar dos alunos da classe de aceleração II A matutino, a professora da turma Zenir Valério Felipe Rodrigues e a coordenadora pedagógica Francelina Silva Souza. Analisando a produtividade obtida nesta classe, observamos que os alunos Jailson Benites Vilhalva e Angelina Garcia, não terão condições de serem aprovados para a 5ª série conforme objetivo de projeto, por não conseguirem obter as habilidades mínimas necessárias que são básicos para o ingresso nesta série. De acordo com a Resolução nº 619/SEMED, de 21 de Novembro de 2001, os alunos acima mencionados ficarão retidos na série de origem, ou seja, 3ª série da 1ª etapa do Ensino Fundamental. Nada mais a ser tratado, eu Francelina Silva Souza, lavrei esta Ata que vai assinada por mim e pela professora da Classe de Aceleração II A matutino.

alunos ficarão retidos na série de origem. Considerando os documentos analisados até o momento, vemos que a escola continua disseminando a cultura do colonizador em todas as suas dimensões.

Diante do que foi dito até agora, acredita-se que a “escolarização insuficiente” na Aldeia Indígena de Dourados seja “a origem e a causa do analfabetismo” (GADOTTI, 2003, p.101). Isso quer dizer que a escola ainda não assumiu para si a responsabilidade pela formação do cidadão, e o aluno é chamado a assumir essa tarefa.

A Escola *Tengatui Marangatu-Polo* tem entendido que a realidade escolar dos alunos é de baixo desempenho, sendo que os anos decorridos de atividade pedagógica revelam o não rendimento do aluno, seja por situações frustradas pelos conflitos internos, culturais e políticos, seja pela falta de formação dos professores que atuam na educação escolar indígena. Por conta disso, a leitura implica observar a materialidade da [A18] tendo em vista seu viés ideológico.

Ressalte-se que no ano de 2001 o ensino na Língua Materna Guarani já se encontra incluso no Regimento Escolar e no Calendário escolar diferenciado. São os planos didático e pedagógico que são discursivizados e materializados em [A18]. Esses se constituem como eixos fundamentais na proposta pedagógica da escola *Polo*, não se reportando ao sujeito empírico, mas à instância ideológica, segundo a condição histórica de sujeitos envolvidos no processo de educação. Nesse sentido, a AD entende que tanto o sujeito quanto o sentido não estão fora da dimensão histórica, eles são identificações simbólicas (PÊCHEUX, 1988, p.17).

Para compreender como se processa uma identificação simbólica, faz-se necessário reportarmo-nos ao Projeto de Ensino Diferenciado, onde se lê que estudar a língua indígena terá por objetivo fazer dela “um instrumento de defesa” (PROJETO DE ENSINO DIFERENCIADO, 2000, p.1). Vemos aí que há um jogo simbólico, ficando o sem-sentido no campo do imaginário: “É aí que a escola se encontra no pico mais alto da pedagogia diferenciada onde ele enxerga ao longe as tradições culturais do passado e propiciando as futuras gerações enraizarem profundamente como aroeiras desse chão” (PROJETO PEDAGÓGICO, 2002, p.2).

Por isso se diz que a leitura da [A18] nos leva a outros sentidos, visto que não se estaria “garantindo” ao aluno um processo de aprendizagem e de desenvolvimento pautado na especificidade de cada etnia; tampouco esse aluno é visto como prioridade. Diante disso, a observação do funcionamento do discurso na [A18] nos leva à identificação de um discurso autoritário, que é próprio do discurso administrativo, ou seja, ele tende à paráfrase (para a repetição do mesmo) e isto pôde ser evidenciado.

ATA DE Nº. 19/2002²⁷

A [A19] refere-se à primeira reunião pedagógica do ano de 2002. O Locutor 1 anuncia: [a] *Aos 15º dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dois reuniram-se nas dependências da Escola Tengatui Marangatu todos os professores, coordenadores pedagógicos e a Direção.* Podemos marcar aqui que esses são os interlocutores. O Locutor instaura então a pauta: [b] *com o objetivo de realizar uma lotação prévia do corpo docente concursado e convocado.* O enunciador é em seguida instaurado pelo Locutor: [c] *O Diretor João Machado, que assume o comando da reunião.* Em seguida o Locutor explica como a reunião foi conduzida: [d] *O Diretor João Machado deu início a reunião dizendo que seria feita a lotação para deixar tudo organizado para o começo das aulas, apesar de ainda não estar definido, pois a última decisão será tomada pela SEMED.* Diz também que o mesmo: [e] *passou alguns encaminhamentos aos professores em relação ao cumprimento de horário, uso de vídeos, materiais da biblioteca.*

Após instaurar os demais interlocutores, o Locutor explicou que: [f] *Em seguida, as coordenadoras Francelina, Édina e Florinda, juntamente com os professores iniciaram o Planejamento da Avaliação Diagnóstica Inicial.*

A materialidade da [A19] pode ser observada, ou seja, explicada por meio do seu caráter ideológico. Nesse sentido, a ideia é mostrar como a língua não funciona como um bloco homogêneo ou mesmo fechado, ao contrário, no âmbito da linguagem, a língua é cheia de “brechas” por meio dos quais os sentidos escapam. Portanto, não há uma relação linear entre o pensamento e a forma gramatical na constituição discursiva dos referentes/interlocutores numa situação de interação. Diz-se, assim, que a ideologia vem mostrar que não há ordem nas coisas.

O exemplo disso pode ser visto em [d] *deu início a reunião dizendo que seria feita a lotação para deixar tudo organizado para o começo das aulas, apesar de ainda não estar definido, pois a última decisão será tomada pela SEMED.* Esse enunciado revela que o interlocutor utilizou-se de mecanismos ideológicos para explicar a reunião, para tanto, valeu-

²⁷ [A19] Aos 15º dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dois reuniram-se nas dependências da Escola Tengatui Marangatu todos os professores, coordenadores pedagógicos e a Direção com o objetivo de realizar uma lotação prévia do corpo docente concursado e convocado. O Diretor João Machado deu início a reunião dizendo que seria feita a lotação para deixar tudo organizado para o começo das aulas, apesar de ainda não estar definido, pois a última decisão será tomada pela SEMED. O Diretor João Machado deu início a reunião dizendo que seria feita a lotação para deixar tudo organizado para o começo das aulas, apesar de ainda não estar definido, pois a última decisão será tomada pela SEMED. Ao terminar a lotação, o Diretor João Machado passou alguns encaminhamentos aos professores em relação ao cumprimento de horário, uso de vídeos, materiais da biblioteca. Em seguida, as coordenadoras Francelina, Édina e Florinda, juntamente com os professores iniciaram o Planejamento da Avaliação Diagnóstica Inicial. Nada mais a ser tratado, eu Florinda Souza da Silva, lavrei esta Ata que vai assinada por mim e demais participantes.

se do cargo que ocupa. É o poder de autoridade que lhe autoriza utilizar-se de argumento de autoridade. Uma ação que pode ser compreendida como o poder com a capacidade de agir sobre o outro, ou de determinar a forma de governar, mesmo que para isso utilize-se de um argumento aparentemente em favor do sujeito. Isso mostra que o espaço das relações sociais é contraditório.

O Locutor 1 instaurou a lotação e outros assuntos: [g] *encaminhamentos aos professores em relação ao cumprimento de horário, uso de vídeos, materiais da biblioteca, e, de igual maneira, o [h] Planejamento da Avaliação Diagnóstica Inicial*, daquele ano. Todos esses assuntos são da ordem do discurso administrativo, portanto pertencem à formação discursiva administrativa.

Na busca de compreender uma educação pautada numa política diferenciada, é importante ressaltar que, dentro de uma concepção mais ampla da educação, está a questão das implicações metodológicas de uma prática educativa. Isso quer dizer que a discussão sobre a questão da lotação implica mexer nas bases de uma proposta política e pedagógica diferenciada, o que significa pôr em discussão a questão da autonomia.

Por autonomia pode-se compreender o direito – e a capacidade – de compreender os fatos e de resolver os problemas que acometem neste caso específico, a Aldeia Indígena de Dourados. Isso implica em o sujeito conhecer a sua situação histórica e social. De acordo com Marcondes Filho (1948, p.91): “A dominação não se pode realizar se o dominado adquire consciência dessa dominação e tem interesse em mudá-la”. É nesse sentido que se entende lutar por uma escola diferenciada, ou seja, quando o sujeito encontra espaço para fazer-se sujeito. Ao transformar-se ele também transforma o seu meio.

Neste trabalho entendemos que projeto pedagógico diferenciado pressupõe formação diferenciada, no entanto a educação encontra-se no interior de outra instância, considerando que o fazer pedagógico está subordinado ao discurso administrativo “vinculado à escola, à instituição em que se origina e para o qual tende: isso lhe dá um caráter circular” (ORLANDI, 1996, p.84), ou seja, um movimento na história. Tal afirmação pode ser explicitada por meio do recorte [a] *O Diretor [...] deu início a reunião dizendo que seria feita a lotação para deixar tudo organizado para o começo das aulas, apesar de ainda não estar definido, pois a última decisão será tomada pela SEMED*. O que fica patente, de um lado, é a forma como o enunciador instaura a questão da lotação de professores para ocupar os cargos nas escolas indígenas, ajudando a manter a escola como o lugar de manutenção das relações de poder. Na [A19] percebe-se que há uma ação de linguagem que torna relativa à autonomia da escola indígena, visto que ela continua sendo representada pela cultura dominante. Essa é uma postura que pode ser caracterizada como um discurso autoritário e dominante, ou seja, é um

discurso que afirma que o uso da linguagem está empregado no sentido da paráfrase, da mera repetição, que na maioria das vezes é totalmente descontextualizada.

ATA DE Nº. 20/2002²⁸

A [A20] refere-se à última reunião do ano de 2002. De acordo com o Locutor 1 a reunião se realiza: [a] *Aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e dois na sala da Escola Tengatui Marangatu*. Traz como pauta: [b] *o Conselho Didático Pedagógico para resolver algumas situações pendentes de alunos* e, também, para que se possa: [c] *discutir e avaliar a prática pedagógica na sala de aula*.

Como se pode notar, a reunião é didático/pedagógica e se encaminha para a resolução da situação dos alunos; a avaliação da prática pedagógica aparece nas entrelinhas da discussão da primeira questão. De um lado, há uma mãe de aluno e seus argumentos; do outro, temos a instância pedagógica buscando atribuir aos alunos o fracasso pelo rendimento. A forma como foi construída a interação entre os interlocutores é de debate, tendendo para o confronto. Assim, se a mãe argumenta e exige uma resposta da escola, a escola, por sua vez, se defende, levando a uma reflexão sobre o fazer pedagógico da própria da instituição.

Essa construção discursiva pode ser vista como um *jogo* que envolve o próprio fazer pedagógico, ou seja, a forma de se ensinar na Aldeia. Esse texto leva também a outra leitura: a de que a escola é omissa ao não assumir para si a responsabilidade pelo fracasso do aluno. A mãe questiona o sistema. Observemos: [d] *Emília Machado declarou que seu filho Fábio frequentou o não letivo de dois mil e dois com quase cem por cento de presença e questionou o motivo pelo qual o mesmo foi reprovado, e devido a isso a mesma declarou que já pediu transferência para outra escola*. Na instância pedagógica – professores e coordenadores – procura-se por uma justificativa para mascarar a realidade, conforme se depreende em: [e] A

²⁸ [A20] Aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e dois na sala da Escola Tengatui Marangatu reuniram-se as 15 horas o Conselho Didático Pedagógico para resolver algumas situações pendentes de alunos e discutir e avaliar a prática pedagógica na sala de aula, e esteve presente na reunião a mãe de aluno Emília Machado e declarou que seu filho Fábio frequentou o não letivo de dois mil e dois com quase cem por cento de presença e questionou o motivo pelo qual o mesmo foi reprovado, e devido a isso a mesma declarou que já pediu transferência para outra escola, a coordenadora Florinda Souza e Silva falou que o aluno passou para a 2ª série com dificuldades de alfabetização e também que a Professora titular de sala teve que se ausentar por períodos por motivo de saúde e tudo isso contribuiu para que o aluno tivesse um bom rendimento na escola, a coordenadora Francelina falou que os alunos com dificuldades de leitura que passam para a 2ª série deve-se ter o cuidado desde o início do ano letivo fazer um trabalho diferenciado pois a alfabetização é um processo e a professora Elizabete declarou que nesse ano teve que se ausentar por motivos inadiáveis de saúde ficando como substituta a Professor Roseli Batista e a mesma declarou que já no final do ano no quarto bimestre já conseguia fazer uma leitura coerente de produção de textos curtos, mas mesmo assim a professora declarou que o aluno não está totalmente pronto para a 3ª série, após as várias colocações e ponderações dos conselheiros presentes a mãe do aluno resolveu pedir transferência do seu filho para outra escola, e eu Edina Silva de Souza lavrei a presente ata que vai assinada por mim e demais pessoas presentes... Em tempo fica registrado a questão do aluno Claudemar Peixoto da 2ª série da professora Elizabete Valério que sempre recusou a entrar na sala de aula e também com problemas de alfabetização, pouco interesse nas questões escolares outro caso que seria, do aluno Gustavo Echeverria que não foi tratados por Ausência dos pais.

coordenadora Florinda Souza e Silva falou que o aluno passou para a 2ª série com dificuldades de alfabetização e também que a Professora titular de sala teve que se ausentar por períodos por motivo de saúde e tudo isso contribuiu para que o aluno tivesse um bom rendimento na escola.

O locutor registra ainda que: [f] *a coordenadora Francelina falou que os alunos com dificuldades de leitura que passam para a 2ª série deve-se ter o cuidado desde o início do ano letivo fazer um trabalho diferenciado pois a alfabetização é um processo.* Porém, de acordo com a professora substituta: [g] *a Professor Roseli Batista e a mesma declarou que já no final do ano no quarto bimestre já conseguia fazer uma leitura coerente de produção de textos curtos, mas mesmo assim a professora declarou que o aluno não está totalmente pronto para a 3ª série.*

Assim, também chama atenção na [A20] o que foi dito em: [h] *após as várias colocações e ponderações dos conselheiros presentes a mãe do aluno resolveu pedir transferência do seu filho para outra escola.* É importante ressaltar que a mãe não apenas pediu explicação da reprovação, mas também questionou a forma como a escola cuida dos alunos, ou seja, quis saber qual era a responsabilidade da escola em relação à criança. O que fica claro é que, ao se justificar, o discurso pedagógico silencia outros sentidos, no qual a linguagem aparece como figura e o silêncio como “fundo” (ORLANDI, 1993, p.33). O silêncio está nas palavras, mas as palavras são povoadas de sentidos outros.

Sob a perspectiva da AD observa-se que, apesar da ideologia na escola ser vista como uma norma e uma regra a ser seguida, o sujeito assujeitado procura explicar-se e justificar-se através da linguagem. Esse mesmo sujeito dá forma efetiva de si e do sentido, levando a inferirmos acerca do funcionamento ideológico na escola. Por isso, é em nome da ideologia que esses sujeitos continuam a se defender.

A leitura de [A20] leva a uma reflexão: a de que é preciso uma ação efetiva da escola de forma a encontrar uma base que assegure a construção da escola diferenciada. Para tanto, é necessário que se tenha uma categoria de formação específica como eixo norteador. Há ainda, a exigência de um currículo diferenciado, que seja reflexivo, que seja reelaborado constantemente, bem como algumas práticas diferenciadas. E mais, um projeto pedagógico que possa levar para a sala de aula uma resposta que contribua com o aprendizado dos alunos, de modo que a identidade anunciada seja efetivada na prática.

Assim, na [A20] vemos que o discurso presente é polêmico, pois, apesar da reversibilidade, ele apresenta uma interação tensa entre os interlocutores, direcionado o discurso para uma polissemia controlada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho optou-se por fazer uma leitura das Atas de reuniões pedagógicas realizadas na Escola *Tengatui Marangatu-Polo*, localizada na Aldeia Indígena Jaguapiru, denominada Francisco Horta. Esta pesquisa fundamentou-se na Análise do Discurso, seguindo um caminho, tanto teórico quanto metodológico, dos estudos de Pêcheux (1988) e de Orlandi (2005, 2007). Com base nesses estudiosos, foi possível formular um percurso da análise e, diante da materialidade discursiva, buscou-se compreender o sujeito indígena em sua dimensão humana sob a luz da Análise do Discurso. Trata-se de um estudo que busca compreender o sujeito e sua identidade no interdiscurso.

O trabalho de análise permitiu entrever um discurso como fragmento de múltiplos discursos (a memória discursiva) dos índios da Reserva Indígena de Dourados: os índios Guarani, os índios Kaiowá, os índios Terena e outras instâncias enunciativas como: a FD administrativa; a FD pedagógica; a FD caciques; a FD institucional; a FD da Funai, que o Locutor da Ata deixou inscritas em cada materialidade analisada. Esses sujeitos, na instância da linguagem, constituem-se dentro de um movimento de interação, uma relação homem/mundo.

A escolha da abordagem discursiva responde ao interesse do objetivo proposto, que é analisar o discurso pedagógico dos educadores da Escola Indígena *Tengatui Marangatu-Polo*, a fim de compreender o fenômeno ideológico materializado na ação da linguagem desses sujeitos. Esta abordagem subsidiou a compreensão da leitura das Atas, *corpus* desta pesquisa, como material de estudo dos efeitos de sentido dos sujeitos, sobretudo pelo que ela oferece como possibilidade de recorte na *formulação* do enunciado, deixando o analista mergulhado no campo da ideologia.

Agindo dessa forma, procurou-se examinar cada texto, ou seja, cada Ata, segundo sua *formulação*, e perceber as novas possibilidades de leitura de acordo com a natureza cultural e ideológica dos índios Guarani, Kaiowá e Terena. Constatou-se, que a formulação é gesto de interpretação do Locutor/enunciador do texto, cabendo a este a responsabilidade de instaurar seus interlocutores e instaurar-se a si mesmo.

Nesse sentido que se diz que o analista está impedido de atribuir sentido *a priori*, em especial aos sujeitos indígenas de Dourados, cujo espaço na Reserva se limita a 3,5 hectares de terra, para uma população tão heterogênea, seja no seu modo de ser, de ver o mundo e de

posicionar-se. Diante dessa conjuntura complexa, viu-se, no decorrer das análises, que a escola diferenciada ainda se anuncia. Desse modo, já se sabe que, na procura de compreender o processo educativo a partir do mundo e sob o olhar dos próprios sujeitos que são indígenas, a leitura já é uma relação estratégica do confronto de interesses que estão na base dos diálogos interétnicos e interculturais representados.

Dentro desse contexto de produção, a ação ideológica é uma construção histórica e a escola diferenciada acompanha esse percurso, em que sujeitos observam e são observados numa interação, às vezes se mostrando silenciados, momento em que surgem os sentidos, pois: “As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) que refletem as diferenças ideológicas” (ORLANDI, 1993, p.20). Diante de uma abordagem ideológica do sujeito, em especial dos índios, pode-se compreender a construção do silêncio como uma das formas de sentidos.

Assim sendo, a decisão em relação à pedagogia diferenciada passa necessariamente pela ideologia, visto que as posições dos sujeitos e dos sentidos são lugares representados na ação da linguagem. Neste trabalho, o discurso é bem marcado pela posição do discurso de *poder*, lembrando que a AD não busca respostas, mas está à procura de uma compreensão do sujeito por meio da posição que ele ocupa e, diante disso, saber o seu deslocamento de sentidos, ou seja, se ele é capaz de mudar de posição e interferir em seu objeto de conhecimento, que neste caso é o ensino diferenciado.

Dentro da perspectiva da Análise do Discurso, viu-se que a Escola *Tengatui* e o Projeto Pedagógico Diferenciado são “construções discursivas com seus efeitos de caráter ideológico” (ORLANDI, 2008, p.54). Isto pôde ser observado à medida que o Locutor 1 instaurou os seus enunciatários, o que esses pensam do mundo e do outro. É aí que está o sentido dos gestos de interpretação, quando todos os sujeitos passam pelo assujeitamento no processo de educação, ainda que não estejam cientes disso. Para esses sujeitos, socialmente organizados em sua condição de produção e interação, o discurso é uma dispersão e as Atas/textos são uma dispersão do sujeito.

A relação entre o discurso e o texto é o que existe entre o objeto teórico e o da análise. “Na análise do discurso, o objeto teórico é o discurso e o objeto empírico (analítico) é o texto” (ORLANDI, 2008, p.22). Diante disso, pode-se fazer uma relação, neste trabalho, atribuindo, ao objeto teórico, o discurso administrativo e o discurso pedagógico, vendo o segundo como o discurso dominante e o objeto empírico (Ata em sua materialidade), uma forma de abordar o texto pelo viés ideológico.

Vendo por este viés, qualquer que seja a formulação, seu objetivo será compreender o movimento das posições nas relações interpessoais, para então poder saber o modo de funcionamento do discurso indígena.

Como já foi dito, neste trabalho utilizou-se da materialidade das Atas da Escola *Tengatui Marangatu* entre os anos de 1999 e 2002 como critério de análise e, para saber o funcionamento do discurso, buscamos identificá-las segundo os tipos de discursos categorizados por Orlandi (1996): lúdico, polêmico e autoritário, para apreender a singularidade do uso da linguagem dos sujeitos e poder, enfim, desvelar o funcionamento de cada discurso. E, diante de um total de vinte Atas analisadas, concluiu-se que cerca de doze pertencem à categoria do *discurso polêmico*, enquanto outras seis estariam na categoria do *discurso autoritário*, restando apenas duas Atas, que poderiam ser consideradas dentro da categoria do *discurso lúdico*.

Para situá-las é preciso sublinhar que, para a AD, o dizer do sujeito não lhe pertence e o discurso pertence à formação discursiva (que faz parte de uma formação ideológica). Sob essa perspectiva, pode-se dizer que qualquer discurso possui multiplicidade de sentidos. Porém, as Atas se diferem segundo seu funcionamento. Isso ocorre porque para cada formação discursiva correspondente a ela está ligada a um conjunto de atitudes e de representações que se ligam a posições de classes em constante enfrentamento. São, portanto, formações discursivas opostas, como é o caso da própria Aldeia Indígena de Dourados.

Diante disso, pode-se dizer que, para cada materialidade (Ata) há um sentido que lhe é próprio, enfatizando-se que, em AD, qualquer discurso é polissêmico e nem todos os discursos são passíveis de deslocamentos. Por deslocamento se entende a capacidade do sujeito de produzir sentido outro, ou seja, mudar de posição e ser capaz de interferir em seu próprio conhecimento.

O *discurso polêmico* indica que a possibilidade de movimento do sujeito é pouca, isso quer dizer que, apesar da reversibilidade (da capacidade de interação entre os sujeitos), a possibilidade de o sujeito se expor é limitada, uma vez que os sujeitos não conseguem expor os seus pontos de vista, muito menos ocupar posições significativas.

Nas Atas analisadas, os sujeitos, em sua maioria, são contidos pelo discurso do *poder* e do discurso da dominação no interior da Escola. Na prática não significa que os sujeitos não queiram deslocar-se, ou seja, assumir posições significativas.

O *discurso autoritário* revelou-se em seis Atas, sendo que os sujeitos inscritos pelo Locutor das mesmas têm uma exposição relativa à polissemia, ou seja, não encontraram espaço para abertura, para uma mudança de posição, ou mesmo para produzir sentido.

Tomando-se a materialidade ideológica das vinte Atas analisadas neste trabalho, pode-se dizer que a maioria dos discursos está direcionada para o *discurso autoritário*, uma vez que, mesmo sendo *polêmico*, a polissemia é relativa. É relativa na medida em que os interlocutores buscam definir-se enquanto sujeitos do discurso pela troca de papéis na interação com o Outro. E, quando a reversibilidade é contida afirmamos que o sujeito produz sentidos pelo silenciamento. De acordo com Orlandi (1993), o silêncio atravessa as palavras e indica, assim, outro sentido; esse silêncio é classificado pela autora como fundante.

No *discurso autoritário*, o ouvinte e o locutor são de tal forma capturada pela palavra que a reversibilidade é estancada. Como podemos observar, todos os tipos de discursos propostos possuem como parâmetro a noção de reversibilidade, conforme destacou Orlandi. Vale lembrar, ainda, que os tipos de discurso não são modelos estáticos, pois eles são decorrentes do processo de interação dos interlocutores (neste caso, os discursos são decorrentes de situação de reunião pedagógica entre os sujeitos na Escola *Tengatui Marangatu-Polo*).

O que se observou nas materialidades analisadas é que os discursos, para ganhar legitimidade, precisam ser sólidos. Ao institucionalizar-se historicamente, contudo, os sujeitos etnicamente diferenciados, isto é, partes das condições de produção do dizer, foram e continuam sendo silenciados. Isso se mostrou à medida que se analisou a materialidade de cada Ata, nas quais se comprovou haver pouca interação entre os sujeitos, a qual ficou prejudicada, impossibilitando que houvesse uma total reversibilidade entre os mesmos.

O sujeito é um efeito do simbólico e do histórico, no qual os sentidos constituem-se em processos nos quais a ideologia se faz sempre presente. Dessa forma, o sujeito indígena, tanto como o não-indígena, não existe sem uma ideologia. Isso pode ser perfeitamente encontrado nas Atas analisadas, nas quais podemos ver que as inscrições, feitas pelo Locutor estão marcadamente inscritas no interdiscurso, produzindo, assim, um efeito interpretativo.

Por isso, no trabalho de análise, foi importante conhecer o processo de constituição do *corpus* – que é voltado para o discurso pedagógico –, para saber como os sujeitos envolvidos se utilizavam de sua língua para construir identidades, mais especificamente o grau de empenho dos sujeitos ao se colocarem em defesa de sua identidade, ou seja, utilizando-se da

linguagem para defender sua Língua Materna, o Guarani, conforme era a proposta de educação diferenciada iniciada no ano de 1999.

Destaque-se, ainda, neste trabalho, a importância do que se depreendeu como o que *não foi dito*, isto é, o efeito de sentido do discurso do *poder* e da *dominação*. Exemplifique-se com o fato de que em nenhum momento ouviu-se falar sobre o idioma Guarani, seja na produção do conhecimento nos processos próprios de aprendizagem ou mesmo nos métodos de trabalhos de ensino-aprendizagem da língua. Isso mostra como o sujeito é interpelado pela ideologia e como essa sujeição é abordada pela AD.

Observou-se que o discurso materializado não vai ao encontro do que está escrito no Projeto Pedagógico Diferenciado, sobretudo quando se inseriu, no Regimento da Escola *Tengatui Marangatu* e extensões, o idioma Guarani. Na prática, não se ouviu *falar a* Língua Guarani e nem mesmo *sobre* ela, mesmo tendo consciência de que a língua materna é o Guarani, assim como a língua no atendimento específico para os Guarani e Kaiowá. O uso do idioma Guarani, como primeira língua na Aldeia Indígena de Dourados, tem a finalidade de sanar o alto índice de evasão e repetência nas escolas indígenas. Porém, na prática o discurso é contraditório se comparado ao que diz o Projeto Diferenciado:

Considerando o universo cultural, religioso e econômico, ficou definido que na Escola “Tengatui Marangatu” haveria a partir de 1999 uma sala de Educação infantil e nas extensões a alfabetização seria na língua materna (guarani), respeitando o próprio processo cultural do referido povo. Observamos também que a língua materna estaria presente em todos os momentos da Educação Infantil e das séries iniciais, sendo que a língua portuguesa seria sempre a Segunda língua (PROPOSTA DE ENSINO DIFERENCIADO, 2002, p.1).

Dessa forma, o Projeto não é efetivado e arrefece-se o respeito à especificidade étnico-cultural dos povos que convivem na Aldeia, pois não se leva em consideração a realidade sociolinguística, exceto no projeto, no qual os modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena ficam a desejar.

No decorrer do estudo ficou claro que a atividade docente, naquela época, não era exercida prioritariamente por indígenas, e mais: o material didático específico continuou sendo o livro didático. Sabemos que o simples uso do livro didático já indica alienação ideológica, pois este tipo de material não condiz com a realidade vivenciada pelas crianças na Aldeia Indígena, portanto está muito distante dos alunos. O funcionamento discursivo mantém a cultura dominante e, dessa forma, mantém-se também sua reprodução, ou seja, não se vai em busca de uma escola transformadora, visto que não se dá abertura à alteridade.

A Análise do Discurso, como já dito, trabalha com os efeitos de sentido determinados pelas condições de produção do discurso. Nesse sentido, o resultado do processo de interação é decorrente de seu processo histórico, visto que discurso e sujeitos são resultantes desse contexto histórico e, como tal, estão em construção permanente. O mesmo se pode dizer do Ensino Diferenciado, que não é tão diferenciado assim.

Há que se considerar, ainda, que este trabalho deve ser entendido como um recorte referente ao período compreendido entre 1999 a 2002, que é o tempo histórico da Reserva Indígena de Dourados, da Escola *Tengatui Marangatu-Polo*. Este tempo marca a consolidação do Projeto Pedagógico YVYRA-GUA'A (1999), bem sua implantação, nas três Aldeias: Bororó, Jaguapiru e Panambizinho, totalizando quatro escolas: a Extensão Agostinho, a Extensão Araporã, a Extensão Yverá e a Extensão Panabizinho (2002). Todas essas extensões da Escola *Polo* passariam a trabalhar com a Proposta Pedagógica Diferenciada, tendo em seu Currículo Específico a Língua Guarani.

Observe-se, ainda, que as condições de produção incidiram no resultado da pesquisa, visto que se tratou de sujeitos sociais e históricos, considerados segundo sua cultura. Procuramos nos vestígios da formulação, a ideologia materializada através da linguagem e o discurso como resultante do processo histórico. Dessa forma, entende-se que não se separa sujeito e contexto e leva-se em conta também os efeitos de disputas intensas e de situações de conflito a que a Aldeia Indígena de Dourados, em especial seus habitantes, está submetida, onde a grande problemática está na luta pela busca de um *Tekohá*.

Viu-se também que os estudos levam a entender que o que está em jogo é a *língua* (produto de valor para cada etnia) e o *discurso* (relacionado ao poder), visto que não se pode excluir a questão ideológica, materializada na língua, seu produto cultural, do discurso.

Essa reflexão sobre o funcionamento da linguagem não é estável, visto que os valores se invertem e o poder muda, movimenta-se. O resultado deste trabalho não está alheio aos seus efeitos, o que amplia a possibilidade de o discurso no interior da escola manter-se entre o discurso *autoritário* e o *polêmico*. Não se pode esquecer de que, em AD, um lugar teórico é o próprio lugar da análise do discurso, onde a língua se inscreve no real para significar. Nesse embate, a formação discursiva que predomina é a da formação discursiva administrativa em detrimento da formação discursiva pedagógica. Podemos aventar aqui que é como se na escola indígena houvesse apenas um agente com o intuito de direcionar o discurso, mantendo a reversibilidade em zero. Por conta disso, se diz que houve pouca troca de papéis entre os interlocutores, descartando a possibilidade de o sujeito participar efetivamente da construção de uma escola diferenciada.

Diante do funcionamento do discurso na Escola *Tengatui*, compreendemos que a questão ideológica, materializada no discurso dos sujeitos sociais que atuam na Escola, interfere no processo educativo mais pelo desejo de manter-se no poder do que pela dominação do outro.

Nesse contexto de poder e de silenciamento do outro, não há instrumentos nem argumentos para garantir a manutenção do aluno na sala de aula, uma vez que não se trabalha de forma diferenciada, ou seja, ainda se mantém na Escola Indígena de Dourados um ensino tradicional e o ensino diferenciado permanece em pauta – ficou apenas “anunciado”.

Essa posição enunciativa foi sendo construída pela leitura das Atas, através da interpretação do Locutor, quando este anuncia os demais. De acordo com o que foi inscrito nas Atas, não há um acompanhamento específico para atender aos alunos etnicamente diferenciados, os quais são vistos como sendo problemas em sala de aula. Como se viu, a prática de ensino continua centrada no livro didático, este ocupa o espaço das histórias e da literatura indígena em sala de aula. A formação não atende a especificidade, a maioria parece não dominar a escrita da língua materna, mesmo porque a maioria dos professores que participam dessa formação não tem conhecimento da própria língua indígena. Grande parte das informações acerca da prática pedagógica foi passada por estagiários e não por assessores pedagógicos, ou mesmo por professores indígenas.

Diante de tudo o que foi possível observar por meio das leituras dos textos em questão, instauradores do fazer pedagógico na Escola, procurou-se marcar a posição de *poder* sobre o Outro, ou seja, os professores ainda não construíram conhecimentos suficientes a respeito do idioma Guarani, ou mesmo tem autonomia para produzir deslocamentos e sentidos referentes à Educação Diferenciada. O poder de manipulação que existe na escola anula todo e qualquer ato democrático, a ponto de impedir o sujeito de lutar e empenhar-se em prol de uma escola que realmente seja de categoria diferenciada, que lute pela alteridade, colocando-se contra as diferenças sentidas por eles como ameaças reais de sua identidade. Por isso, entendemos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa como silenciados, o que nos leva a pensar em um “silêncio fundador”, segundo a concepção de Orlandi (1993, p.14).

Chega-se, assim, ao momento de responder a questão levantada no início desta pesquisa: *Como o fenômeno ideológico se materializa na ação de linguagem dos sujeitos índios a ponto de interferir no processo de ensino?* Na Aldeia Indígena de Dourados, o fenômeno ideológico se materializa na ação de linguagem dos sujeitos administrativos, deixando entrever um discurso de *poder* e de *dominação*. Tal discurso acaba se refletindo no fazer pedagógico de tal maneira que interfere no processo de construção de uma escola

indígena diferenciada, posto que também não há espaço para que os sujeitos pedagógicos se posicionem de forma diferente a ponto de modificar o seu discurso.

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, pode-se dizer que chegamos a essa compreensão da ação de linguagem dos sujeitos, justamente porque a língua é um produto da herança cultural. Por outro lado, não procuramos entender a educação sem essa dimensão ideológica da linguagem. Portanto, não basta para os sujeitos terem projetos: é preciso que antes eles se entendam dentro de uma dimensão humana a ponto de transcenderem por meio de uma formação (sólida) dos professores para construir então um modelo idealizado pelos Guarani. Para tanto, os educadores indígenas precisam ser capacitados em sua língua materna e que aprendam a escrita e a comunicação na sua própria língua, dentro de uma concepção de mundo para a qual se busca resposta.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. de Walter José Evangelista & Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1976.

ARRUDA, R. S. V. Imagens do Índio: Signos da Intolerância. In: GRUPIONI, L. D. B; & LUX, B. V & F, R. (Orgs.). *Povos Indígenas e Tolerância: Construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, PP. 43-64.

AUTHIER-R, J. *Palavras incertas: as coincidências do dizer*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1998, pp. 133-161.

BACCEGA, M, A. *Palavra e discurso: história e literatura*. São Paulo: Ática, 2007.

BARONAS, R. L. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: Uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, V. & NAVARRO-BARBOSA, P. (Orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: Discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, pp.45-62.

BARROS, V. M. *Potencialidades sul-mato-grossenses*. Campo Grande/MS: Ed. Oeste, 2006.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*; trad. Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.

CARDOSO, S. H. B. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAMORRO, G. *Terra madura: YVY ARAGUYJE: fundamento da palavra guarani*. Dourados/MS: Editora UFGD, 2008.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. Editora brasiliense, 1989.

CHARAUDEAU, P & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. Trad. de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.

CORACINI, M. J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: Línguas (maternas e estrangeiras), plurilinguismo e tradução*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007.

DE NARDI. Identidade, memória e os modos de subjetivação. In: INDURSKY, Freda. & FERREIRA, Maria C. L. (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, pp.157-166.

DIJK, T. A. van. *Discurso e Poder*. Org. Judith Hoffnagel & Karina Falcone; Trad. Judith Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto, 2008, pp.10-85.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da análise de discurso no Brasil: Um breve preâmbulo (Introdução). In: INDURSKY, Freda. & FERREIRA, Maria C. L. (Orgs.) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, pp.13-22.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, pp.35-45.

GADOTTI, M. *Educação e poder: Introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 2003.

GREGOLIN, M. do R. V. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Paulo: Claraluz, 2004.

_____. Nas malhas da mídia: agenciando os gêneros, produzindo sentidos. In: BARONAS, R. L. (org.). *Identidade Cultural e Linguagem*. Cáceres/MT: Unemat Editora & Campinas/SP: Pontes. Editores, 2005.

GUIMARÃES, E. *Texto, discurso e ensino*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 87-146.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LIMBERTI, R. de C. A. P. *Discurso indígena: Aculturação e polifonia*. Dourados/MS: UFGD, 2009.

LOURENÇO, R. *A política indigenista do Estado Republicano junto aos índios da Reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 a 1968)*. Dourados/MS: UEMS, 2008.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MANGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. de Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes & Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. *Cenas da enunciação*. Org. Sírio Possenti & Maria Cecília Pérez de Souza e Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, pp.11-73.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. Curitiba: Edições Criar, 2007.

MARCONDES, D. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000, pp.119-164.

MARCONDES F., C. *O que todo cidadão precisa saber sobre ideologia*. São Paulo: Global, 1985.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

- NASCIMENTO, A. C. *Escola Indígena: palco das diferenças*. Campo Grande: UCDB, 2004.
- ORLANDI, Eni. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, Freda. & FERREIRA, Maria C. L. (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, pp.75-88.
- _____. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas/SP: Pontes, 1996.
- _____. *Análise do discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 2001.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. *Discurso fundador*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2003.
- _____. *Discurso e texto: Formulação e Circulação dos sentidos*. Campinas/SP: Pontes, 2005.
- _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2007.
- _____. *Vozes e Contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.
- PARO, V. H. *Educação como exercício do poder: Crítica ao senso comum de educação*. São Paulo: Cortez, 2008.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- _____. *O Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni Orlandi. Campinas/SP: Pontes Editores, 2006.
- POSSENTI, S. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- PREFEITURA DE DOURADOS. Secretaria Municipal de Educação. Escola Tengatui Marangatu. *Projeto Pedagógico YVYRA-GUA'A*. Reserva Indígena de Dourados, 1999.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Orgs. Charles Bally & Albert Sechehaye. São Paulo: Editora Cultrix.
- SHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: EDUSP, 1974.
- SILVA, A. L. Educação para tolerância e povos indígenas. In. GRUPIONI, L. D, B. & LUX, B. V. & FISCHMANN, R. (Orgs.). *Povos Indígenas e Tolerância: Construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, pp.100-129.

WERNEK, V. R. *A Ideologia na educação: Um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANEXOS

Cita de N° 01

Aos dez dias do mês de Março de um Mil novecentos e noventa e nove, Concoamos os pais dos alunos: Cleisimara Ramos Modre do, Alessandro da Silva, Valderi Brito Anarilha, Claudemar da Silva e Gasil da Silva. Ambos da 2ª série "A" Matutina que tem como professora titular e responsável a professora Clarice Scherer e Fereis Pereira Bunc, Supervisor e também responsável pela mesma Sala e Série. Após vinte dias de Sondagem e diagnósticos feitos neste início do ano letivo de 99. Concluímos que estes alunos não copiam do quadro-negro e tinham inumeras dificuldades em relação aos colegas — por isto levamos ao conhecimento dos pais e deixamos claro o nosso objetivo de recuperá-los e de que forma faríamos isto, já que precisamos do apoio de todos responsáveis. Os pais e responsáveis pelos crianças que estiveram presentes, gostaram muito da nossa explicação que temos pelos seus filhos e todos disseram que estavam dispençados, pois seus filhos estavam em "boas mãos". Quanto os demais alunos desta sala, estão à nível de 2ª série e estamos trabalhando dentro da proposta pedagógica desta Escola. Até o momento, não há nada que possa desahonar os trabalhos realizados dentro desta sala de aula — 2ª série "A" Matutina. Por ser verdade eu Fereis Pereira Bunc, Supervisor, letado neste

Escola, lourei esta ate, onde vai assinada por
mim e demais presentes — Dourados MS. Dez de
março de 1911 mil novecentos e nove
e oitenta e sete. P. Luna. / Cláudio C. Echeverria

Ata nº 02/99

Nos quinze dias do mês de março de hum mil novecentos e noventa e nove o diretor João Machado, reuniu-se com os supervisores, Jeremias Berena Luna, Franceline da Silva Souza e Edina Silva de Souza, com o objetivo de esclarecer as normas administrativas inseridas no Regimento Escolar em seja: determinou o diretor que a partir desta data fica expressamente proibido ^{professores} o atendimento aos pais sem que primeiro passe pela direção da Escola. Quanto ao diálogo dos professores na porta das salas, fora do horário do recreio somente em extrema necessidade assuntos inerentes à escola. Quanto ao recreio o diretor pediu pontualidade após o sinal por parte dos professores. Caso contrário autorizou os supervisores tomar as devidas providências. Lembrou também aos supervisores que vistam os planos de aula pelo menos uma vez por semana fazendo observância dos conteúdos a serem trabalhados. Por ser verdade em Franceline da Silva Souza lavrei esta ata que vai assinada por mim e demais pessoas presentes nesta reunião. Franceline da Silva Souza,

Jeremias A. Luna, João Machado.

João Machado

PORTARIA Nº 301/2000/99

DIRETOR

gr.

ata de nº 03/99

Aos trinta e um dias do mês de março de
hum mil novecentos e noventa e nove. ~~As~~
desseis dias, se inicia a reunião com os
professores e Diretor João Machado, sendo
que havia alguns assuntos a serem tratados
Como: assessoria de quarenta horas, seu
vinte teóricas e vinte horas práticas, cujo
Calendário deveria ser feito de defini-
los, apenas lembrando que: esta assessoria
seria no projeto pedagógico. O professor e
Diretor João Machado, encaminharam os
professores a avaliação feita pela
direção da escola, ler as questões e
juntos foi feito um comentário do mesmo.
Junto ao projeto pedagógico a professora
Leir, lembra que o projeto pedagógico de-
veria ser ao nível da realidade de
cada escola, ou seja um projeto com
os pés no chão. Foi posto aos professores
e presentes a decisão da assessoria de
Professora Adm. em uma notação de ac-
tiva "unânime" ficou aprovada pela maioria.
Não se há necessidade de um acompanhamento
muito da professora Adm.

Assinaturas: Celso R. Loureiro, Celina Machado
Liliane P. J. Norato, Elias Morais, Welton L. de Jesus
Márcia Aparecida Nunes, Apório, Sônia, Apicelso R.
Florinda S. da Silva, Wermirio Soares, Carmem Eulina Tajuchin
Joaquim Pedro, Francisco Luis Filho, Rebinomachado

ATA nº 04/99

Aos onze dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e nove, os dezesseis horas e cinquenta minutos, reuniram-se neste estabelecimento a comissão da Unidade Escolar para tratar assunto referente a homologação dos candidatos a diretores de 1999. Após a apreciação dos documentos: Escolaridade em Pedagogia - licenciatura plena, Escolaridade e Professor Ensino médio - normalista, Termo de posse na Prefeitura Municipal de Douxador, certidão negativa de Penalidades Administrativas e experiência comprovada (Coput 3º, lei 2264/99) e se fornecida no DAF/SEM, Certidão negativa de Ações, fornecidas pelo Contorno do distribuidor, Termo de compromisso, atualizadas, e Proposta de Implementação ao Projeto Pedagógico da U.E. (UNIDADE ESCOLAR). mediante a veracidade da documentação apresentada dar-se por homologada a candidatura de Teodora de Souza, seu Francisco Souza Filho, lavrei a presente ata, que tem seu encerramento às dezessete horas e dez minutos, a mesma vai assinada por mim e os demais participantes que formam a comissão desta Unidade Escolar, Francisco Souza-Filho, Edinaheira de Souza Salvador, Janete Claudiney Macedo

Jm

ATA Nº 05/99.

Aos dezessete dias do mês DE JUNHO DE um mil novecentos e noventa e nove, as quinze horas e trinta minutos, reuniram-se nos dependências da Escola TENGATUI MARANGATU - Pólo A comissão Eleitoral da Unidade Escolar, juntamente com a sua presidenta Professora Edina Silva de Souza, para tratar assunto referente a homologação da candidatura a direção da Escola do Professor João Machado, o mesmo apresentou os documentos exigidos na Instância Normativa nº 005/99 de 02/junho de 1999. mediante a veracidade dos documentos apresentados, dar-se-a por homologada a candidatura de João Machado. Nada mais a ser tratado foi dado por encerrado a reunião as quinze horas e cinqüenta minutos, em Francisco Souza Filho, Laureci o presente ata que vai assinada por mim e os demais participantes. Francisco Souza Filho, Edinapêra de Souza Alvarado Sanchez, Claudiney, Pedrina machado

ATA nº 06/99

Nos vinte e sete dias do mês de agosto de hum mil novecentos e noventa e nove as oito horas da manhã deu-se início ao II Jejotopa MBO'EHAAY Kuera G/K. na Escola Tença Tui Marangato, encontro dos professores guarani Kaiová de P.I.N. Doure dos e P.I.V. Caave pó pelo diretor João Machado e a Coordenadora do Projeto G/K Edina Silva do Souza e presente também a Profa Marina Weceoslau da UEMS e da Profa Anari da UCDB, esse encontro tem parceria com a Funai do Departamento de Educação na pessoa da Profa Celia Maria, e tem como objetivo na troca de informações e relatos de experiências dos professores guarani-Kaiová que estão a mais tempo na educação diferenciada e foi proposto como início dos trabalhos do dia a apresentação do Profus, Rádio e Ekiel a forma como desenvolvem em sala de aula os temas de ensino, segundo explicações escolhe-se um tema gerador exemplo: Tetoha tendo como objetivo: conhecimento, visão crítica da realidade, arrendamento da Terra, Aldeia e a cidade, e muito depoimentos deixam retratar a grande dificuldade que há na comunidade dando continuidade, no período vespertino a Profa Ekiel continuou a falar sobre as atividades a serem desenvolvidas sobre o Tema Tetoha já para as séries mais adiantadas, e nesse encontro houve manifestação de professores para um outro encontro para reforçar cada vez mais o Projeto de Educação Diferenciada e ficou como data prevista para a primeira semana de dezembro, local a determinar, esses encontros e de vital importância para o resgate da cultura guarani Kaiová, no encerramento do encontro, estiveram presentes

gr

os caciques Getúlio de Oliveira e Jorge e falou o cacique Getúlio da necessidade e da importância de preservar a nossa cultura agora como uma responsabilidade da escola que o único meio que podemos alcançar as crianças retornando a história e a cultura do povo dentro da educação escolar. e falou o cacique rezador Jorge sobre seu trabalho em várias áreas indígenas, e encerrou o encontro com a reza indígena, e eu lavei a seguinte ata que vai assinada por mim e demais participantes do encontro Edineia de Souza Ressalvo entre Linhas Profa Anairi da Secretaria Municipal de Caarapó e também a participação dos professores da aldeia Panambiênto.

Arildo Rodrigues, Marlete da Silva Souza, Vagner Rodrigues, Juliana Cabreira, Márcia Rodrigues, Cláudio Soares, Alécio Soares Martins, Filho, Rogério Vilhena Costa, Rosenildo Barbosa de Carvalho, Fedrina Machado, Alvaro Edoen Alencar, Elio Luziano.

Braulino Smarky
Kriselma B. Clara B. A

Chil Benites

Ricarda

Otoniel Ricardo

Rodolfo de Souza

Délia M. da Silva Alceu.

ATA Nº 07/99

AOS vinte e seis dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e nove, às quinze horas, reuniram-se professores e funcionários administrativos, juntamente com os pais alunos e chefe do posto, reunião esta presidida pelo Diretor João Machado, para tratar assuntos referentes à informação censal da Associação de Pais e Mestres A.P.M. e eleição do Conselho Didático Pedagógico. De início o Presidente da A.P.M. JOSIAS PEDRO MARQUES usou da palavra para explicar aos presentes de como está o andamento e a aplicação dos verbos recebidos. Neste mês recebemos o dinheiro no valor total de R\$8.900,00 (oito mil e novecentos reais) já estamos com um débito de R\$12.900,00 (doze mil e novecentos reais) e o restante será gasto de acordo com as necessidades da Escola. Logo após foi formado o Conselho Didático Pedagógico com presentes: um doante Prof. DORCAS, um coordenador APRENSÃO PEREIRA LUIZ, um Diretor JOÃO MACHADO, um representante dos pais ALVARO ABIGARAL e um secretário PEDRINA MACHADO. Na sequência foi tratado, foi dada por encerrada a reunião às 15:30, quinze horas e trinta minutos, em Francisco Souza Filho, lavrei a presente ata que lvi por mim assinada e os demais participantes. Francisco Souza Filho, Agnaldo Rodrigues, Zenir L. Neves Benites, Maria Telma Plercar, Cláudia, Dorcas, Maria de Moisés Pontes, Vânia Rodrigues, Francelina da Silva Souza, Clarice Lúcia Echeverria Sidos Oliveira, Custódia Idalva Rodrigues, Medina, Izabela, Rozzi, Maria Izabel, Luíza Oliveira, Marcia Gomes Galvão, Maria Tereza Rocha, Roseli Batista da Silva, Rosemire Feijó, Jonas, José, Moraes, Odalio R. Santiago Souza, Elias, Maria, Maria Aparecida Nunes, Celso, Genaro, Celso, Marilete da Silva Souza, Celina, Madalena, Maria Flora, Aguiar, Soraia, Carlos, Amaro, M. Machado, Teodora de Souza, Florinda Souza da Silva, Elizabeth, Valério,

ju.

Spemil Silva de Souza, Edmundo de Souza
Helio Ninkij, Mariana goncalves, MARCIO A. P. Velasquez
Lazar Zamad, Celia Reginaldo Faustino
Edio Felipe Neto, Jussara Nolasco

Cita nº 08

no dia²¹ do mês de Setembro de um mil novecentos e noventa e nove, a Escola Tengatú Marangatu, juntamente com os extensões direção, supervisores, professores e alunos deram início à plantio de mudas frutíferas e ornamentais nas dependências das Escolas pelo e extensões. Anteriormente foi trabalhado conteúdos didáticos pedagógicos referente ao meio ambiente, que inclusive faz parte de nosso currículo. Lembrando que as mudas foram trazidas do Centro de reflorestamento da Prefeitura Municipal deste Município. O trabalho voltado para ecologia teve continuidade através da Escola FEAK (ingles), que deu 140 mudas, frutíferas e ornamentais, foram plantadas as margens da lagoa, ¹ Campo do Raul² e Comunidade, em Gênes Pereira Louira, lauri o presente registro onde vai assinado por mim e demais que participaram dos trabalhos ecológicos. Dado em 21 de Setembro de 1999.

Gênes Pereira Louira.

Ato de nº 9

No dia 17 de mês de Novembro de 1999 às 8:00h na Escola Francisco Hibiapira, deu se início a palestra sobre o mosquito Aedes Aegypti, conhecido como vetor, causador das doenças da dengue e febre amarela. Na abertura da palestra o Diretor, Yacô Machado, aproveitou o momento para alertar as crianças a necessidade de preservarmos o meio ambiente, lembrar dos queimados, dos agrotóxicos nas proximidades do lago e do problema que nos traz o lixo. Conscientizaram os crianças de preservar a natureza. Em seguida a Sra. Cláudia Rodrigues Araújo, palestrante, esclareceu a todos o que é a dengue e os perigos que ela nos causa, os sintomas, os sintomas e o mais importante; como evitá-la. Da mesma forma como aconteceu na Escola Francisco Hibiapira, foi realizado na Escola Tengatui Marangatu - pela. Após a palestra a ministrante fez até os alunos de aula complementar o trabalho. Queremos lembrar também que o mesmo trabalho aconteceu nos extensões. pois temos cano; lixo, doenças várias dengue, e muitos outros, por parte dos temas transmissíveis dos PCN's. Em Yereis, Peris Juc acompanhei e registrei os trabalhos ocorrido em nossa Escola. Dourados - MS. 17 de Novembro de 1999.

Yereis Peris Juc

Ata de nº 10

Aos treze dias do mês de novembro de hum mil novecentos e noventa e nove, reuniram-se na Escola Lengatu Marangatu funcionários da mesma com a finalidade de avaliar o trabalho escolar desenvolvido neste ano e também o Projeto Pedagógico. O diretor João Machado deu início a reunião colocando a pauta da mesma que logo após ser feita oralmente foi registrada no quadro pelo professor Sílvio. Na parte administrativa serão avaliados: (o) serviços gerais, merenda, limpeza, materiais didáticos, biblioteca, vídeo, supervisão, direção, horário de trabalho. (a) parte pedagógica: Ensino Aprendizagem, rendimento escolar, Pontualidade com o horário, deveres para com a coordenação e secretaria, Ensino diferenciado e os Temas referentes ao Projeto Pedagógico. Estiveram presentes na reunião o chefe do Posto Indígena de Mourado, Sr. Alexandre Croner, o Capitão Luciano Urévalo e o Cacique da tribo Guarani, Sr. Catalino. O chefe e o Capitão elogiam o trabalho que a Escola vem realizando. Logo após a fala das lideranças aconteceu a avaliação sobre a merenda e limpeza. Quanto a merenda os professores pediram que no ano que vem tenha uma pessoa certa para chamar as turmas para o lanche e assim não acontecer de (cho) esquecer alguma turma. Os professores de extensão Francisco Hibrapina disseram que seria melhor que se no ano que vem o lanche fosse feito na própria escola. O supervisor Jeremias, que este ano ficou responsável pela TV Escola como seleção e gravação de fitas, falou a respeito disso, colocando a falta de vídeos relacionados aos conteúdos trabalhos. O supervisor falou também a respeito do seu trabalho e pediu para os professores colocarem também suas ideias e fazer a sua avaliação a respeito do trabalho da supervi-

jm.

são. Em seguida a professora Edine que este ano atuou como supervisora, elogiou seus professores do Ensino Diferenciado e falou das dificuldades que teve principalmente por não ter o curso de Pedagogia. Em supervisora Francelina, coloquei sobre a dificuldade que tive de acompanhar mais de perto os meus professores devido às muitas outras atividades que tivemos durante o ano como: cursos, projetos pedagógicos, Requirimento Escolar. Quanto à direção o diretor colocou que o trabalho na escola deve ser em conjunto. É necessário a cooperação de todos para que a escola melhore cada vez mais. Na avaliação da professora Teodora ela falou a respeito da limpeza dos salões para que melhore mais e da cooperação de todos nas atividades como elaboração do Projeto Pedagógico. O diretor falou ainda a respeito do projeto de Ensino Diferenciado que foi aprovado pelo MEC, e também saiu na revista da TV Escola. Quanto ao turismo na escola definiu-se que poderá continuar mas ainda será feita uma outra forma de organização. Foi proposto uma taxa de Cem Reais por cada visita, ou seja, por ônibus. Nada mais a ser tratado deu-se por encerrada a reunião. Em Francelina, lavei esta ata que vai assinada por mim e os demais funcionários. Juliano, Geni Silva, Souza Maximiano, Rodrigues, Genes J. Silva, Edis J. Silva, Fidalgo Rodrigues, Aurio Cáceres, Vânia Rodrigues, Florinda Souza da Silva, Celia R. Faustino, Pedrina Machado, Zaira L. N. B. Marieli Aído Marques, Deila, Celina Machado, Marilete da Silva Souza, Célia B. da Silva, Filene C. S. Norato, Maria Aparecida Nunes, Dorcas M. M. Santos, Maria Marques Norato, Clarice Lúcia Echeverria, Edinalva dos Santos, M. R. de Oliveira, Jairo Aído Marques, Edinete Vazário.

Ata de nº 11

As quinze dias do mês de Dezembro de hum mil noveca e noventa e nove reuniram-se na escola Tengatu' to os professores concursados, supervisores e diretor para preenchimento da ficha de avaliação referente ao ano de noventa e nove. Foi discutido com os professores cada item referente a avaliação.

ata nº 12

aos 17º dias do mês de Dezembro de 1999 reuniram-se nas dependências da E. M. Tenjati Marangatu o Diretor da escola, Técnica da Sem Prof: Luciene, Prof: Adir Cesaro da UFMS, Professoras Estagiárias da UFMS e Professores da Tenjati que receberam as estagiárias. No 1º momento a Profª Luciene falou sobre o encontro que seria de avaliação, em seguida a prof: Adir falou que a avaliação dos trabalhos serão para melhorar outras atividades futuras. A coordenadora achou que o estágio muito contribuiu para o andamento da escola e houve um bom intercâmbio entre professores das salas e alunos. A prof: Flávia e Francilina verificaram que sempre deve ter esse relacionamento e ficar numa única sala e antes do começo do estágio deverão dialogar de preferência mais com as professoras das salas. Gostei do resultado do estágio na escola e renderam mais nos 2º, 3º e 4º séries. A profª Adir o estagiário conhecer na real sala de aula e o mundo escolar e a vivência professor, alunos e até administrativamente. Todas as professoras acham que a escola devam continuar recebendo futuros estagiários. Gostei achou que o estágio mais organizado no ano de 99

foi ao da UFMS. e também incluir
 as extensões, escola do Agostinho, Araporã e
 outras. Prof^a Matilde foi gratificante e conhe-
 ceu a realidade da comunidade, ela
 gostaria que continuasse o rodízio de estágios
 e a organização da escola é boa.
 Sugestão adquirir mais livros de literatura
 infantil para os alunos. A Prof^a Eliza-
 bete gostou das aulas e os alunos das
 atividades de reforço. A recepção e a
 acolhida foram marcantes para professora
 Cristine e verificar solução para as
 faltas de presença dos alunos. A rea-
 lidade local local deveria ser trabalhada
 mais em "loco" segundo a Prof^a Ivete
 e deixar mais o livro didático. Eliane
 acha bom o relacionamento na escola,
 dificuldade por não ter muito de comuni-
 cação e informatizar a secretaria
 da escola para produzir mais e
 melhorar e gostaria de trabalhar na
 escola chegar a pensar. A escola deveria
 procurar uma outra dinâmica melhor
 para dar aula para não haver derin-
 tenses dos alunos e criar materiais di-
 dáticos. A produção de sucesso de uma
 escola depende do conhecimento que ela tem
 dessa comunidade, principalmente a cultura
 onde ela está inserida, sem mais eu gostaria de
 lauri e vai assinado.

Edy Casariz, Francisco de Paula, Maria Cristina
 M. P. (assinado), J. Bonastri, Nélluz, Francisca de Silva Souza,
 Elizabeth Viterio, Zenir L. Neres Brites, Florinda S. da Silva,

Josias Aído Marques, Maria do Rosário Nunez, Mari Aído Marques,
Theodora de Souza; Odalicia, Reginaldo e Austino Souza

Ata n° 13 / 2000

Ao décimo Terceiro dia do mês de março do ano dois mil reuniram-se membros do Conselho Didático Pedagógico da Escola Tengatui para dar o parecer sobre a reclassificação do aluno Ronaldo Leite Almirão. Estiveram presentes os coordenadores Jeremias P. Luna, Francilina S. Souza e as professoras Teodora de Souza e Pedrina Machado. A decisão tomada pelo grupo é que o aluno acima referido deverá passar pelo processo de avaliação cujo resultado da mesma decidirá se o aluno irá ou não para a Terceira série. Eu Francilina S. Souza, lavrei esta ata que vai assinada por mim e os demais presentes. Francilina da Silva Souza, Jeremias P. Luna

Ata nº 14 / 2000

De acordo com o parecer sobre o rendimento escolar e diagnóstico feito recentemente com os alunos que vieram transferidos do sistema de ensino através de ciclo, fica definido que o aluno Claudemir Reginaldo França, continuará cursando a 1ª série do Ensino Fundamental e Cláudia Reginaldo França, prosseguirá seus estudos no 3ª série. Eu coordenadora Franceline da Silva Souza, leio esta ata que vai assinada por mim. Franceline da Silva Souza.

Acta n.º 15/2000

Às vinte dias do mês de maio de dois mil na Escola Municipal Tengalvi Marangatu reuniram-se para a direcção da Escola os supervisores Jeremias N. Lima, Edina de Souza, juntamente com a professora Maria Veneslan, chefe do Posto P.N. - Alexandre de Abreu e demais professores incluindo AP Extensões. A reunião deu-se início às 8:00 hrs com a fala do director Jeco Machado que explicou que a reunião seria administrativa / pedagógica. Falou das contratações dos convocados e também tirou as dúvidas quanto à lotação do quadro docente desta Escola. A professora Maria Veneslan demonstrou preocupada com os professores do ensino diferenciado O.S.R. Alexandre de Abreu explicou que em breve poderá ter o Concurso aberto, mas com especificidades indígenas, direccionado ao índio, disse também que o índio já está ocupando o seu lugar e que os Capacitadores levarão o índio ocupar todo o seu espaço, com a visão de todo. Viu também um aspecto positivo ao respeito da Educação que tem muito evoluído nos últimos anos. A professora Maria disse que gostaria de ter em mãos a relação de nomes de alunos desta Comunidade com 2º Grau Completo para que possa encaminhá-los para o 3º Grau. A Coordenadora Edina de Souza agradeceu a conquista do acréscimo remunerado para os professo-

res do diferenciado, nos lembram da necessidade dos professores cumprir o horário, ou seja não chegar atrasado em sua sala de aula. Quanto a Capacitação garantido em reuniões anteriores e registrado no Calendário de Nossa Escola. Os professores perceberam que a necessidade maior seria nas disciplinas Português/Matemática. Após a reunião Administrativa reiniciou a reunião pedagógica na escolha do livro didático pedagógico. Apenas lembrando que a Coordenadora Francilina de Souza esteve presente coordenando os professores de suas séries na escolha do livro didático, no tempo integral. Nada mais a ser tratado deu-se por encerrada a reunião, em féria peira sua larrei esta ato que vai assinado por mim e demais presentes.
Jeremias Peira Junc.

Ata de n.º 16/2001

Aos quinze dias do mês de novembro do ano dois mil e hum, às oito horas e vinte e cinco minutos, reuniram-se nas dependências da Escola Tengatui marangatu todos os professores, funcionários administrativos e A.G.O., com o objetivo de discutir os últimos detalhes para a Amostra Cultural que será no dia trinta de novembro deste ano. No início o funcionário administrativo Francisco Souza Filho, apresentou um formulário da Caixa Econômica Federal, para ser descontado através da folha de pagamento o seguro de vida coletivo, para quem estiver interessado. Também fez alguns encaminhamentos com relação a vida escolar dos alunos. Proseguindo o diretor João Machado disse que a SEMED está interessada em abrir nesta U.E. Salas do EJA, os professores interessados devem fazer inscrição dos candidatos e alunos e apresentar a direção da escola. A hora cívica será no dia 19 de novembro, dia da Bandeira. Quanto a amostra cultural, terá a participação dos caciques, Torua, Kaiwa e Guarani cada etnia terá sua cultura exposta. Teremos cartazes e faixas de propaganda. A FUNAI irá participar deixando a disposição tractor, carreta e ampliação de fotos para o folheto. Na parte pedagógica as professoras irão montar os textos para os folhetos. Os professores irão fazer maquete com famílias tradicionais e mapa da aldeia da parte do ensino diferenciado. Edina sugeriu de fazer um grande cocar de sapé decorado com utensílios tradicionais. As horas para pesquisa do ensino diferenciado será usado para confecção de material para a amostra cultural. Os professores do Ensino Fundamental decidiram que irão fazer a apresentação por série: Grupo da primeira série, segunda, terceira e quarta série. As atividades a ser apresentadas: Mural com fotos Marketing das três etnias e artesanatos será apresentada pela primeira série. As 2ª séries ficaram com as seguintes atividades ainda a ser definidas, pesquisa das lideranças dos anos 50 até a data de hoje. Quanto a terceira, quarta e C.A.-II da escola

91

Pelo e extensões as atividades serão; apresentação da ervas
medicinais, alimentos típicos, animais que existia, exposição
dos trabalhos dos alunos, o ensino noturno EJA irá apresentar e
expor utensílios domésticos; o ensino diferenciado irá expor fotos, tra-
balhos dos alunos, maquetes com a hidrografia antes e atual a
maquete será geograficamente, artesanatos e armadilhas. Será urriado
alguns tecidos para confeccionar as roupas tradicionais, como sacó
branco, estopa. Também teremos a bebida típica para encerramento.
O cacique Getúlio disse da importância de mostrar o nosso costume
tradicional, ele disse que o fato de ter uma escola bonita não impede
de usarmos nosso costume, ele falou que já adquirimos pelo menos cin-
coenta por cento dos costumes que não pertence ao nosso povo mas ainda
temos muita coisa conosco ou com nossos pais que ainda sabe fazer os
artesanatos antigo. Sem mais nada a ser tratado a reunião deu-se
por encerrado às dez horas, e Eu peduina machado lazei esta ata
que vai assinado por mim e demais participantes. Peduina machado
, João Pedro Marques, Rui P. de Oliveira, Carlos F. Vitorino, Elizabeth Valério
Celina Machado, Glória Aparecida Nunes,, Maria Elora, Raica Martin
Mailete da Silva Souza, Geni Terra da Silva, Eliete M. Marques, Adalberto Faustino
João M. da Silva

ata de nº 17/2001.

aos 16º dias do mês de Novembro do 2001 comparem na secretaria da escola pelo a senhora Irina Vera goncalves, mãe dos alunos Domingete Vera goncalves Savala da 2ª série matutino da prof: Leticia Reginaldo e Kelvin Vera goncalves Savala da 1ª série vespertino do prof: Vicenta Ismaide, a mãe declarou que os alunos ficaram 45 dias nas praças da cidade de Ourelos, indagado porque? a mãe disse que é, para ganhar alguns dinheiros para comprar refrigerantes e outras coisas que crianças gosta, a mãe foi advertida que pede oficialmente a escola mas se responabilizarem pelo desenvolvimento dos alunos, visto que faltaram muito. Sem mais nada em João Medeiros, Leitura e vai assinado, juntos com a mãe professores e Presidente do C.E. Ourelos - m, 16-11-2001.

João Medeiros. Irina Vera Goncalves, Leticia R. Faustini
Educativa de Ourelos

Cita de nº 18 / 2001

No décimo oitavo dia do mês de Dezembro do ano dois mil e um reuniram-se para realizar uma avaliação do desempenho escolar dos alunos da classe de Aceleração II A matutino, a professora da turma, Zeni Valério Felipe Rodrigues e a coordenadora pedagógica Franceline da Silva Souza. Analisando a produtividade obtida nesta classe, observamos que os alunos Fabson Benites Villalva e Angelina Garcia, não terão condições de serem aprovados para a 5ª série, conforme objetivos do projeto, por não conseguirem obter as habilidades mínimas necessárias que são básicas para o ingresso nesta série. De acordo com a Resolução nº 619/SEMED, de 21 de Novembro de 2001, os alunos acima mencionados ficarão retidos na série de origem, ou seja, 3ª série da 1ª etapa do Ensino Fundamental. Nada mais a ser tratado, eu Franceline da Silva Souza, lavrei esta Cita que vai assinada por mim e a professora da Classe de Aceleração II A matutino. Franceline da Silva Souza, Zeni Valério Felipe Rodrigues.

Ata de nº 19 / 2002

Aos 15º dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dois reuniram-se nas dependências da Escola Tem-gatui Marangatu todos os professores, coordenadores pedagógicos e a Direção com o objetivo de realizar uma lotação prévia do corpo docente concursado e convocado. O Diretor João Machado deu início a reunião, dizendo que seria feita a lotação para deixar tudo organizado para o começo das aulas, apesar de ainda não estar nada definido, pois a última decisão será tomada pela SEMED. Cumpridamente foram lotados os professores das extensões Agustinho, Yverá, Panambizinho, Araporã e Francisco Miliopina, faltando ainda professores nas extensões Yverá e Araporã. Na escola Tem-gatui Marangatu Pólo foram lotados todos os professores concursados e em seguida os convocados. Ao terminar a lotação, o Diretor João Machado passou alguns encaminhamentos aos professores em relação ao cumprimento de horário, uso de vídeo, materiais da biblioteca. Em seguida, as coordenadoras Francielina, Edina e Florinda, juntamente com os professores, iniciaram o Planejamento da Avaliação Diagnóstica Inicial. Nada mais a ser tratado, em Florinda Souza da Silva, lavrei esta Ata que vai assinada por mim e demais participantes. Florinda S. da Silva,

Ata de nº 20 / 2002

Nos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dois na sala da Escola M. Tengatui marangatu reuniram-se as 15 horas o Conselho Didático Pedagógico para resolver algumas situações pendentes de alunos e discutir e avaliar a prática pedagógica na sala de aula, e esteve presente na reunião a mãe de aluno Emilia Machado e declarou que seu filho Fábio frequentou o ano letivo de dois mil e dois com quase cem por cento de presença e questiona o motivo pelo qual o mesmo foi reprovado, e devido a isso a mesma declarou que já pediu transferência para outra escola, a coordenadora Flávia Souza e Silva falou que o aluno passou para a 2ª série com dificuldades de alfabetização e também que a professora titular da sala teve que se ausentar por períodos por motivo de saúde e tudo isso contribuiu para que o aluno tivesse um bom rendimento na escola, a coordenadora Francilina falou que os alunos com dificuldades de leitura que passam para a 2ª série deve-se ter o cuidado desde o início do ano letivo fazer um trabalho diferenciado pois a alfabetização é um processo e a professora Elizabeth declarou que nesse ano teve que se ausentar por motivos inadiáveis de saúde ficando como substituta a professora Roseli Batista e a mesma declarou que já no final do ano no quarto bimestre já conseguia fazer uma leitura coerente e produção de textos curtos, mas mesmo assim a professora declarou que o aluno não está

totalmente pronto para a 3ª série, após as várias colocações e ponderações dos conselheiros presentes a mãe do aluno resolveu pedir transferência do seu filho para outra escola, e em Edina Silva de Souza lavei a presente ata que vai assinada por mim e demais presentes. Edina Silva de Souza, Emílio D. Machado.

em tempo fica registrada a questão do aluno Claudemir Peixoto da 2ª série da professora Elizabete Valério que sempre recusou a entrar na sala de aula e também com problemas de alfabetização, pouco interesse nos estudos escolares, outro caso que seia, do aluno Gustavo Echeverria que não foi tratado por ausência dos pais. Joias Aida Marques, Emacilina de Silva Souza, Roseli Batista da Silva Gilmene, Rebers R. Ribeiro; Elizabete Valério, Leni Silva de Souza, Flávia Souza da Silva, Célia R. Faustino, João M. M. M.
